

Relatório Integrado de Gestão

Exercício 2019





**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

Relatório Integrado de Gestão do Exercício de 2019, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN TCU n.º 178/2019, e conforme o modelo de relato integrado do *International Integrated Report Council (IIRC)*.

Bagé/RS, 2020



Universidade Federal do Pampa

REITOR

Roberlaine Ribeiro Jorge

VICE-REITOR

Marcus Vinicius Morini Querol

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Munhoz da Silveira

**PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E
COMUNITÁRIOS**

Edward Frederico Castro Pessano

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Paulo Rodinei Soares Lopes

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Charles Quevedo Carpes

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Pedro Daniel da Cunha Kemerich

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
INOVAÇÃO**

Fabio Gallas Leiva

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

Viviane Kanitz Gentil

Lista de Siglas

AGP – Apoio a Grupos de Pesquisa	HUVet – Hospital Universitário Veterinário	PROBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação
AUDIN – Auditoria Interna	IFES – Instituições Federais de Ensino Superior	PROEXT – Pró-reitoria de Extensão e Cultura
BICT – Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	IGC – Índice Geral de Cursos	PROGEPE – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	IN – Instrução Normativa	PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação
CCA – Comissão Central de Avaliação	INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	PROPPi – Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
CGU – Controladoria-Geral da União	INOVAPAMPA – Apoio à Inovação na UNIPAMPA	PROPLAN – Pró-reitoria de Planejamento e Infraestrutura
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas	LAI – Lei de Acesso à Informação	RAP – Restos a pagar
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	MEC – Ministério da Educação	RT – Retribuição por titulação
CONCUR – Conselho Curador	MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	RU – Restaurante Universitário
CONSUNI – Conselho Universitário	NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade	SEI – Sistema Eletrônico de Informações
CPA – Comissão Própria de Avaliação	NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional	SESu – Secretaria de Educação Superior
CPADS – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos	NUDEPE – Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
CPC – Conceito Preliminar de Curso	PDA – Programa de Desenvolvimento Acadêmico	SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente	PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional	SIE – Sistema de Informação para o Ensino
DEaD – Diretoria de Educação a Distância	PDTIC – Plano Diretor da Tecnologia, Informação e Comunicação	SIEPE – Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão
DN – Decisão Normativa	PET – Programa de Educação Tutorial	SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
DTIC – Diretoria de Tecnologia, Informação e Comunicação	PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	SIPPEE – Sistema de Informação para Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão
EaD – Educação a Distância	PIBIC-EM- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio	SiSU – Sistema de Seleção Unificada
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	PIBIC/AF – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ações Afirmativas	SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio	PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência	TAE – técnicos administrativos em educação
e-Sic – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão	PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	TCU – Tribunal de Contas da União
FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul	PLS – Plano de Logística Sustentável	TED – Termo de Execução Descentralizada
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	PRAEC – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	TI – Tecnologia da Informação
GAUCHA – Gestão Administrativa e Unificada de Chamados	PROAD – Pró-reitoria de Administração	UAB – Universidade Aberta do Brasil
GURI – Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais	PROBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	UFMS – Universidade Federal de Santa Maria
		UPC – Unidade Prestadora de Contas
		UG – Unidade Gestora
		AH – Análise Horizontal
		AV – Análise Vertical

Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma Institucional 2019	19
Figura 2 – Modelo de cadeia de valor.....	23
Figura 3 – <i>Campi</i> da UNIPAMPA.....	24
Figura 4 – Presença da UNIPAMPA no Rio Grande do Sul.....	25
Figura 5 – Total de pedidos por mês.....	29
Figura 6 – Total de pedidos por ano	30
Figura 7 – Número de manifestações por ano.....	30
Figura 8 – Fluxo do planejamento	32
Figura 9 – Excelência acadêmica.....	42
Figura 10 – Compromisso social	43
Figura 11 – Aperfeiçoamento institucional.....	44
Figura 12 – Desenvolvimento humano	45
Figura 13 – Evolução do número de inscritos no ENEM e no SiSU	49
Figura 14 – Número de cursos participantes do SiSU e vagas ofertadas.....	50
Figura 15 – Evolução do número de alunos diplomados por ano.....	52
Figura 16 – Evolução do PDA.....	53
Figura 17 – Quantitativo de bolsas dos programas institucionais.....	54
Figura 18 – Evolução do número de convênios de estágio vigentes.....	55
Figura 19 – IGC contínuo de 2015 a 2018.....	57
Figura 20 – Elementos relacionados à evasão e a retenção	59
Figura 21 – Orçamento executado na área em 2019.....	61
Figura 22 – Distribuição dos recursos nas chamadas internas publicadas em 2019.	62
Figura 23 – Quantitativo de bolsas de iniciação científica e tecnológica com financiamento interno e externo.....	62
Figura 24 – Evolução dos cursos <i>lato sensu</i>	63
Figura 25 – Evolução dos cursos <i>stricto sensu</i>	64
Figura 26 – Evolução dos alunos da pós-graduação.....	64
Figura 27 – Evolução de auxílios e bolsas destinados aos discentes da pós-graduação.	65
Figura 28 – Docentes envolvidos com os cursos de pós-graduação.....	65
Figura 29 – Comparação do número de alunos matriculados por curso de especialização em 2018-2019.	67
Figura 30 – Distribuição das inscrições por área no SIEPE 2019.	68
Figura 31 – Distribuição das inscrições por modalidade no SIEPE 2019.	69
Figura 32 – Quantitativo de discentes contemplados com os auxílios e os valores gastos no SIEPE 2019.	70
Figura 33 – Ações de extensão registradas e apoiadas.	73
Figura 34 – Evolução dos recursos da extensão de 2015 a 2019.....	74
Figura 35 – Evolução da participação em equipes de ações de extensão.....	75

Figura 36 – Evolução de registro de ações de extensão por <i>campus</i>	75	Figura 52 – Evolução orçamentária período 2017 a 2019 (valores correspondentes à dotação atualizada + TEDs)	96
Figura 37 – Público alcançado em ações de extensão.....	76	Figura 53 – Percentual de dotação orçamentária por grupo de despesa em 2019.	96
Figura 38 – Evolução das ações registradas por áreas da extensão.	76	Figura 54 – Percentual de Execução Orçamentária por Grupo de Despesa	97
Figura 39 – PROFEXT.	78	Figura 55 – Distribuição dos servidores segundo gênero, pessoas com deficiência e etnia.	100
Figura 40 – PAPEC.....	78	Figura 56 – Demonstrativo da evolução das despesas com pessoal nos últimos três anos.	103
Figura 41 – PROFOR.....	79	Figura 57 – Vantagens da terceirização.....	119
Figura 42 – PROFOR EaD.	79	Figura 58 – Percentual do orçamento de custeio da instituição nos contratos de serviços terceirizados.	121
Figura 43 – Recursos destinados à Assistência Estudantil em 2018.....	83	Figura 59 – Distribuição percentual das despesas de tecnologia de informação e comunicação.	125
Figura 44 – Recursos destinados à assistência estudantil em 2019	84	Figura 60 – Estrutura da unidade de Contabilidade.....	154
Figura 45 – Alunos contemplados por programa.....	84		
Figura 46 – Programa de Apoio ao Ingressante.....	85		
Figura 47 – Valores executados em 2018.	89		
Figura 48 – Valores executados em 2019.	89		
Figura 49 – Subsídio integral para RUs.....	90		
Figura 50 – Subsídio parcial para RUs	90		
Figura 51 – Execução orçamentária de despesas discricionárias nas principais ações orçamentárias em 2019 (dotação atualizada).	94		

Lista de Quadros

Quadro 1 – Quantidade de pedidos por assunto.....	28
Quadro 2 – Quantitativo das respostas.....	28
Quadro 3 – Questões 1 e 2.....	29
Quadro 4 – Eixos e objetivos estratégicos	33
Quadro 5 – Principais Processos.....	39
Quadro 6 – CPC dos cursos referente a 2018.	57
Quadro 7 – Valores dos recursos da CAPES recebidos para manutenção dos cursos de pós-graduação.....	65
Quadro 8 – Recursos destinados aos editais de extensão.....	77
Quadro 9 – Demonstrativo do número de beneficiários do Programa Permanência entre 2016 e 2019	86
Quadro 10 – Números de bolsistas PASP entre 2016 e 2019.	87
Quadro 11 – Número de discentes contemplados no Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos.....	88
Quadro 12 – Gestão orçamentária de despesas empenhadas em 2019	92
Quadro 13 – Receitas Própria de 2019.....	95
Quadro 14 – Distribuição dos servidores por faixa salarial e carreira.	98
Quadro 15 – Distribuição dos técnicos administrativos em educação por carga horária.	99
Quadro 16 – Distribuição dos docentes por carga horária.	99

Quadro 17 – Grau de escolaridade dos servidores separados por gênero.	100
Quadro 18 – Distribuição dos docentes por unidade de exercício e faixa etária.	101
Quadro 19 – Distribuição dos professores substitutos por unidade de exercício e faixa etária.	101
Quadro 20 – Distribuição dos TAEs por unidade de exercício e faixa etária.	102
Quadro 21 – Distribuição da lotação efetiva por área de trabalho.....	102
Quadro 22 – Regime de proventos/aposentadoria.	104
Quadro 23 – Regime de proventos do servidor instituidor.	105
Quadro 24 – Progressão docente em 2019.....	106
Quadro 25 – Número de servidores que concluíram o estágio probatório em 2019.	107
Quadro 26 – Quantitativo de cargos.	107
Quadro 27 – Modalidades de contratação e despesas.....	110
Quadro 28 – Bens permanentes por unidade	111
Quadro 29 – Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros.	112
Quadro 30 – Área construída e valor dos imóveis.....	113
Quadro 31 – Obras entregues em 2019.....	115
Quadro 32 – Contratos de obras vigentes.	116

Quadro 33 – Licitações de obras realizadas.....	117	Quadro 53 – Obrigações contratuais por contrato	150
Quadro 34 – Informações sobre contratos de serviços terceirizados.	120	Quadro 54 – RAP.....	154
Quadro 35 – Gastos em bens e serviços de TI.	124	Quadro 55 – Declaração do Contador.....	156
Quadro 36 – Balanço financeiro	129	Quadro 56 – Recomendações da CGU	158
Quadro 37 – Balanço orçamentário	130	Quadro 57 – Indicadores do TCU.....	166
Quadro 38 – Balanço patrimonial	133	Quadro 58 – Indicadores de Avaliação Institucional	172
Quadro 39 – Demonstrações dos fluxos de caixa.	135		
Quadro 40 – Demonstrações das variações patrimoniais.....	138		
Quadro 41 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido.	141		
Quadro 42 – Imobilizado – composição.	143		
Quadro 43 – Bens móveis – composição.....	143		
Quadro 44 – Bens imóveis – composição.....	144		
Quadro 45 – Bens de uso especial – composição	145		
Quadro 46 – Intangível – composição	147		
Quadro 47 – Fornecedores e contas a pagar – composição	148		
Quadro 48 – Fornecedores e contas a pagar	148		
Quadro 49 – Fornecedores e contas a pagar – por fornecedor.....	148		
Quadro 50 – Fornecedores – principais transações.....	149		
Quadro 51 – Obrigações contratuais – composição.....	149		
Quadro 52 – Obrigações contratuais – UG Contratante.....	149		

Sumário

Mensagem do Dirigente Máximo.....	12
Visão geral organizacional e ambiente externo.....	17
2.1. Identificação da Instituição e declaração da sua missão e visão	18
2.2. Principais normas direcionadoras de atuação.....	18
2.3. Estrutura organizacional e de governança.....	18
2.4. Modelo de cadeia de valor.....	22
2.5. Relação com o ambiente externo e sociedade	24
Governança estratégia e alocação de recursos.....	31
3.1. Como a unidade planejou o cumprimento da sua missão.....	32
3.2. Planejamento de recursos necessários para o alcance dos objetivos	34
3.3. Avaliação de como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos	34
3.4. Mecanismos, ações e atividades implementadas e determinadas para garantir a legalidade, economicidade e eficiência e eficácia e a legitimidade dos atos processos e procedimentos da organização.....	35
3.5. Manifestação da alta administração sobre as medidas adotadas em relação aos indicadores de governança TCU	36
Riscos, oportunidades e perspectivas	38
4.1. Gestão de Riscos	39
Resultados e desempenho da gestão.....	41
5.1. Objetivos, indicadores e metas de desempenho definidos para o exercício	42

5.2. Resultados alcançados no exercício de referência frente aos objetivos estabelecidos	42
5.3. Resultados das principais áreas de atuação ou operação	46
GRADUAÇÃO	48
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	61
EXTENSÃO	73
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	83
5.4. Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados no exercício e do desempenho em relação às metas	92
5.5. Forma de monitoramento das metas não alcançadas.....	92
5.6 Avaliação sobre o resultado das áreas relevantes de gestão que tenham contribuição decisiva para o alcance dos resultados	92
Orçamento e Finanças	92
Gestão de Pessoas.....	98
Gestão de Licitação e Contratos	109
Gestão Patrimonial	111
Gestão de Infraestrutura	114
Serviços Terceirizados	119
Tecnologia da Informação.....	122
Custos e Sustentabilidade.....	125
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	127
6.1. Demonstrações Contábeis	128
6.2. Notas Explicativas.....	142

6.3. Informações acerca da unidade de Contabilidade	154
6.4. Conclusões de órgãos de controle público	155
6.5. Indicação de locais ou endereços eletrônicos de balanços, demonstrações e notas explicativas	156
Anexos e apêndices	157

Mensagem do Dirigente Máximo





O ano de 2019 marcou um período de intensas reflexões e transformações para a universidade pública brasileira. Para a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), muitas dessas reflexões tiveram a finalidade de avaliar criticamente o passado da Universidade, com foco na construção do futuro de nossa Instituição. Esse processo de

avaliação e projeção serviu como base para muitas ações apresentadas no Relatório Integrado de Gestão 2019. Acreditamos que esse material possa servir como importante ferramenta de transparência, pois reúne uma coletânea de informações das mais distintas ações desenvolvidas pela Instituição.

Embora tenha assumido como Reitor em dezembro de 2019, tenho o dever de assegurar a integridade das informações aqui discutidas, devo considerar o empenho da gestão anterior (2016-2019) até o presente momento, uma vez que, por meio da implementação de inúmeras medidas e ações administrativas e de gestão de recursos, a Universidade segue atendendo uma ampla gama de compromissos assumidos. Este relatório está fundamentado em atividades que

buscaram contemplar maior inserção da UNIPAMPA na sociedade e atender aspectos do PDI 2019-2023. As ações destacadas são a síntese de um intenso trabalho de caráter teórico-prático, que foi planejado, executado e avaliado de forma coletiva. A construção deste documento contou com a participação de diversos órgãos e instâncias da Universidade e foi realizada de forma mais integrada possível, com vistas à consolidação de uma fonte de informações precisas e úteis.

Importante ressaltar que chegar a esse alinhamento integrado e transversal do relatório de gestão tem sido, do meu ponto de vista, uma tarefa difícil nos últimos anos, muito embora a universidade não tenha poupado esforços para alinhar seu relato a estrutura definida pelo Tribunal de Contas da União. Esse fato deve-se à alteração do PDI e às dificuldades em se estabelecer um diálogo constante entre os diferentes setores (instâncias e *campi*). Embora a Universidade tenha alcançado alguns resultados bastante positivos nos últimos anos, em termos de gestão e governança existem setores que ainda se encontram em defasagem. A reestruturação do organograma proposto pela nova gestão superior da UNIPAMPA tem como uma das principais metas a busca definitiva desse alinhamento em sua plenitude. Para isso, a definição de papéis estratégicos específicos para os cargos de Reitor e Vice-Reitor será fundamental na condução deste processo de integração em todas as

unidades e setores da Universidade. É importante salientar que, por entrar em exercício em 18 de dezembro de 2019, a atual gestão não pôde participar mais ativamente da maior parte do processo de planejamento e execução da série de ações que são apresentadas neste documento.

Estamos seguros de que a UNIPAMPA apenas iniciou sua trajetória. Com apenas 11 anos de existência e 13 de atuação, ainda existem muitas demandas e desafios para a Instituição. Tais demandas estão relacionadas ao processo de adequação de infraestrutura de ensino, consolidação de aparato analítico (laboratório e equipamento) e

estrutura de transporte que possa ampliar a realização das ações práticas de ensino e extensão. Entretanto, ao considerarmos a conjuntura socioeconômica do País e os desdobramentos da crise econômica mundial, percebemos a nobreza de nossa missão: levar adiante o tripé “ensino-pesquisa-extensão” de qualidade, numa perspectiva inclusiva, laica, pública e gratuita. Evidentemente, sempre contamos com nosso mantenedor, o MEC.

Algumas informações e resultados importantes, referentes ao exercício de 2019, são apresentados sinteticamente a seguir:

NOSSOS RECURSOS

Pessoal e encargos sociais	R\$ 267.369.474,83
Outras despesas correntes	R\$ 63.094.200,12
Investimentos	R\$ 15.777.080,06
Total	R\$ 364.240.755,01

BENS IMÓVEIS

m2 de área construída no exercício	11.474,59
------------------------------------	-----------

RECURSOS HUMANOS

nº de servidores	1771
funcionários terceirizados	279

PESQUISA

Bolsas de iniciação científica e tecnológica	404
patentes e registros	4

GRADUAÇÃO

Número de Ingressantes	2929
Número de formandos	1025
Valor investido nos programas de auxílio estudantil	R\$ 6.003.060,00
Pessoas que frequentaram os RU's	9.270
Nº de refeições servidas	486.000

PÓS-GRADUAÇÃO

Total de Alunos da Pós-Graduação	1032
Novos mestres	122
Novos Doutores	9
Matrículas ativas nos mestrados	512
Matrículas ativas nos doutorados	99
Matrículas ativas nas especializações	421
Alunos matriculados nas residências médica e veterinária	66

EXTENSÃO

Público alcançado em ações de extensão	23.168
Ações de extensão registradas	537



O contato com os diferentes segmentos da sociedade civil e com os agentes políticos permitiu à UNIPAMPA apresentar-se à comunidade em eventos, palestras, reuniões de trabalho, grupos de debates e outros eventos locais e regionais. Essa forma de interação serviu para ampliar o debate, levando as prioridades da Instituição em associação com o processo de desenvolvimento socioeconômico dos municípios atendidos por ela, assim como com demais estados da federação e países vizinhos. Algumas delas permitiram aspectos importantes na ampliação da estrutura da Universidade, tais como: i) elaboração de ações conjuntas de trabalho; ii) ampliação da visibilidade da UNIPAMPA em regiões fronteiriças, ocasionando incremento do número de ingressos de estudantes provenientes de países vizinhos; iii) participação em visitas e eventos técnicos; iv) aumento da relevância e do nível de cooperação da produção científica em regiões de fronteira, por meio do protagonismo da organização do 11^o SIEPE.

Por outro lado, por meio das ações relacionadas à educação a distância, a UNPAMPA pode ampliar sua capilaridade em outras localidades. Isso se deve, principalmente, aos polos de EaD que permitiram incrementar o processo de inclusão social na Universidade e favorecer a formação acadêmica de sujeitos.

A UNIPAMPA é construída ao longo de vários anos. Muitas contribuições e produções intelectuais, provenientes de projetos de ensino, pesquisa e extensão, cursos de graduação e pós-graduação e eventos formativos foram iniciadas ou continuadas neste último ano. O que realmente interessa à sociedade é o que, de fato, é capaz de ultrapassar os muros da Universidade. Assim, a UNIPAMPA busca sempre articular o envolvimento da sociedade com a comunidade acadêmica e fortalecer a criação de instrumentos de comunicação e de intervenção na realidade onde nossa Instituição está inserida. Dessa forma, seguimos com foco em nossos objetivos estratégicos e em nossa missão social.

Visão geral organizacional e ambiente externo



2.1. Identificação da Instituição e declaração da sua missão e visão

A Universidade Federal do Pampa é composta por dez *campi* espalhados pela metade sul do Rio Grande do Sul e definiu sua missão (sua razão de existência) e sua visão de futuro, ouvindo a comunidade acadêmica, no seu PDI para o período 2019-2023:

Missão: a UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

Visão: a UNIPAMPA busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do País e do mundo.

2.2. Principais normas direcionadoras de atuação

As principais normas direcionadoras da atuação da UNIPAMPA são:

- i) Estatuto da UNIPAMPA (<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/estatuto-nova-versaodocx.pdf>);
- ii) Regimento da UNIPAMPA (Resolução n.º 5/2010). (<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>)

Outros documentos também são importantes no direcionamento da atuação da Universidade, tais como:

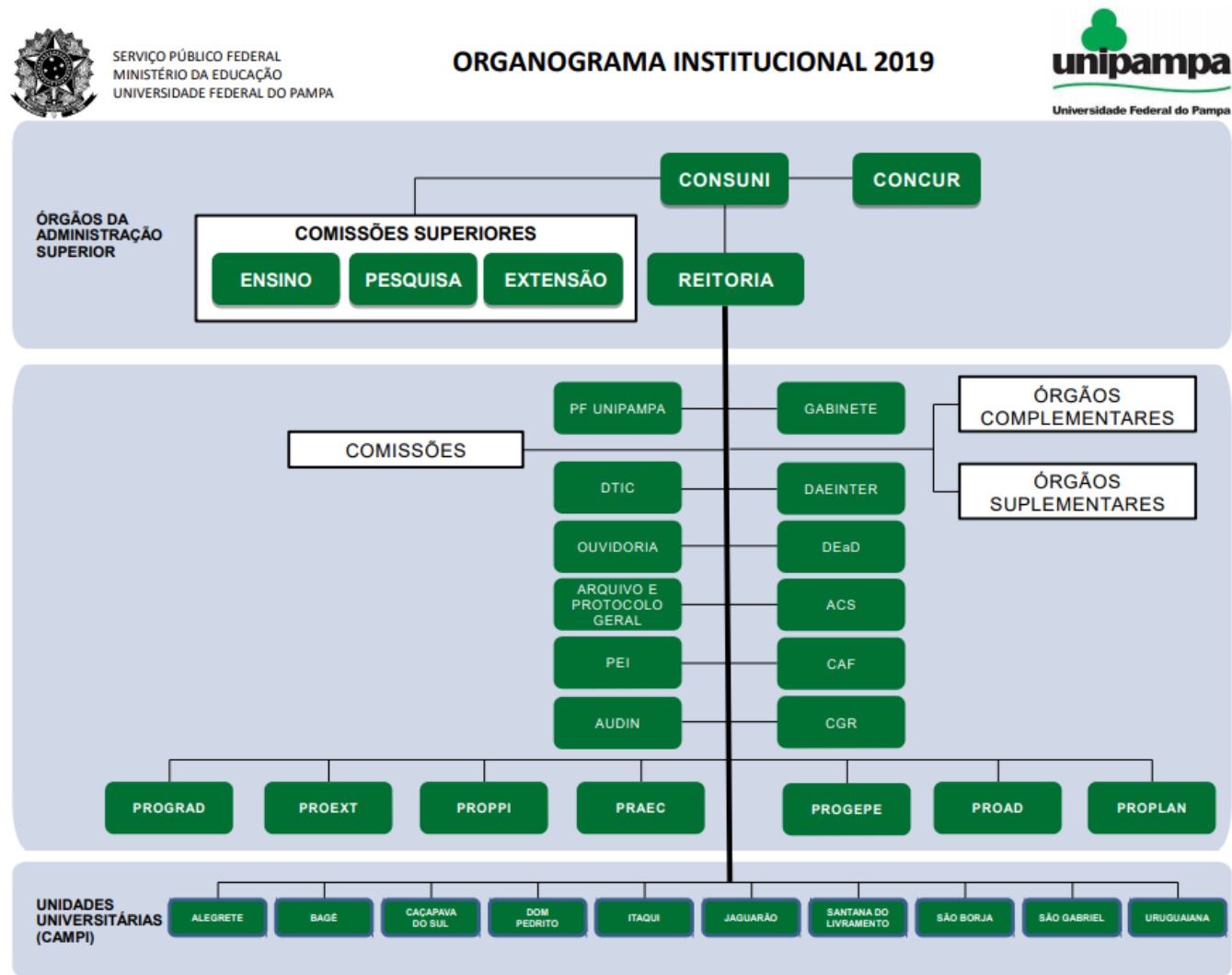
- PDI 2019-2023 (<https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2019/09/pdi-2019-2023-publicacao.pdf>);
- Regimento do CONSUNI (Resolução n.º 33/2011) (<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/9-res-33-2011-alterada-pela-res-235-2019-1.pdf>);
- Elementos do Projeto Político-pedagógico de Cursos de Graduação da UNIPAMPA/2019 (https://sites.unipampa.edu.br/dpd/files/2019/09/elementos-ppc-graduacao_2019_13_09.pdf);
- Relatório Técnico Inclusão e Acessibilidade na UNIPAMPA/2012 (<https://sites.unipampa.edu.br/nina/files/2015/02/Relat%C3%B3rio-T%C3%A9cnico-Inclus%C3%A3o-e-Acessibilidade-na-Unipampa.pdf>).

Além desses, ainda outros documentos suplementares auxiliam o processo de atuação da Universidade, embora de forma mais pontual.

2.3. Estrutura organizacional e de governança

A concepção da estrutura organizacional da UNIPAMPA foi estabelecida pela Portaria n.º 900/2016, sendo atualizada pela Portaria n.º 881/2019.

Figura 1 – Organograma Institucional 2019



Fonte: PROPLAN.

Em 2019, duas normas regeram a estrutura de governança da Universidade. A Norma Operacional n.º 02/2018 estabeleceu a Política de Governança, Integridade e Gestão de Riscos da UNIPAMPA que, posteriormente, foi revogada pela Norma Operacional n.º 07/2019.

A Norma Operacional n.º 07/2019, que estabeleceu a Política de Governança e Gestão de Riscos da UNIPAMPA, tem como objetivo instituir a metodologia de gerenciamento de riscos e impactos dos processos da Universidade, detalhando os processos de gestão de riscos e impactos.

A estrutura de governança é organizada em dois comitês, o Comitê Estratégico (formado pelo Reitor e pró-reitores) e o Comitê Gerencial (formado por áreas específicas da Universidade relacionada à gestão dos processos).

A Norma Operacional n.º 07/2019, prevê, ainda as instâncias que formam a estrutura de governança da UNIPAMPA:

- Procuradoria Federal; - Auditoria Interna (AUDIN); - Conselho Universitário (CONSUNI); - Conselho Curador (CONCUR); - Conselhos de *Campus*; - Comissão Própria de Avaliação (CPA); - Comitê de Governança e Gestão de Riscos; - Comitê de Gestão da Integridade; - Proprietário do risco.

Procuradoria Federal. Unidade responsável pela representação jurídica da Universidade e pelas atividades de consultoria jurídica e assessoramento jurídico.

Auditoria Interna (AUDIN) – A AUDIN realiza uma atividade independente e objetiva, prestando serviço de avaliação e de consultoria, com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações da Universidade. Na Instituição, auxilia a gestão a alcançar suas metas, adotando uma abordagem sistemática para a avaliação e a melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa, com o propósito da boa e regular utilização dos recursos públicos sob a guarda da Universidade. A Auditoria Interna teve seu Regimento aprovado pela Resolução CONSUNI n.º 123/2015, e pela Resolução CONSUNI n.º 149/2016 passou a vincular-se ao Reitor da Universidade.

Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A estrutura e o funcionamento da Unidade de Auditoria Interna (AUDIN), bem como seu relacionamento com as demais instâncias de governança da UNIPAMPA, ocorrem de acordo com o Regimento da Auditoria Interna, Resolução n.º 123/2015, e atualizações da Resolução n.º 149/2016, disponíveis em <https://sites.unipampa.edu.br/auditoria/regimento-da-auditoria-interna>.

A independência e a objetividade da Unidade são garantidas pela autonomia técnica e pela atuação de forma imparcial e isenta. A AUDIN vincula-se ao Reitor e sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

O Coordenador da AUDIN é nomeado pelo Reitor, na forma da legislação vigente, das orientações normativas e das portarias do controle interno do Poder Executivo Federal, de acordo com a Portaria

n.º 2.737, de 20 de dezembro de 2017, da Controladoria Geral da União (CGU), e dependem de prévia aprovação desse órgão, nos termos do Art. 15, §5º, do Decreto n.º 3.591, de 06 de setembro de 2000.

A Unidade de Auditoria Interna está centralizada na Reitoria e exerce suas atividades no âmbito da UNIPAMPA em conformidade com seu Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), aprovado pelo Reitor e pela CGU (disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/auditoria/paint/>). Em relação às demais unidades da Instituição, a estratégia de atuação da AUDIN segue o previsto em seu Regimento, no Art. 18, “os auditores e o Coordenador da AUDIN, no desempenho de suas funções, têm acesso irrestrito a todos os documentos, informações, processos, sistemas, bens, pessoas e instalações físicas da Universidade”. As demandas devem ser atendidas de forma completa e tempestiva e, ao servidor no exercício da coordenação da AUDIN, é garantido livre acesso aos Conselhos Superiores ou aos órgãos colegiados equivalentes.

Ainda, de acordo com o Art. 15, seus servidores não podem ser designados, por incompatibilidade, para integrar comissões de sindicância ou de processo administrativo disciplinar que sejam resultados de auditorias realizadas, nem realizar atos típicos de gestão que possam prejudicar sua independência.

Nos trabalhos de auditoria, é feita a avaliação de riscos do processo auditado, sendo uma importante ferramenta de auxílio à gestão. O resultado dos trabalhos é apresentado através de Relatórios, os quais são encaminhados para ciência da área auditada, do Reitor e do Conselho Curador (CONCUR). Os Relatórios produzidos são submetidos à consulta da Comissão de Avaliação de Documentos

Sigilosos (CPADS) da Instituição para parecer sobre a classificação das informações em qualquer grau de sigilo. Após, os Relatórios considerados de informação “ostensiva” são publicados na aba “Transparência Ativa” no site da AUDIN (disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/auditoria/transparencia-ativa/>).

Uma vez ao ano, é elaborado o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), para apresentar as informações sobre a execução ou não das atividades previstas no PAINT, de acordo com a Instrução Normativa n.º 9, de outubro de 2018. O RAINTE é enviado para ciência do Reitor e do CONCUR e disponibilizado à CGU para exercício da supervisão técnica (disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/auditoria/raint/>).

Conselho Universitário (CONSUNI) – Órgão máximo da Administração Superior, com competências doutrinárias, normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da Universidade. As competências do CONSUNI podem ser conhecidas através do link <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/>

Conselho Curador (CONCUR) – Órgão superior de controle e fiscalização da gestão econômico-financeira, observada a legislação. As atribuições do CONCUR podem ser conferidas no *link* <https://sites.unipampa.edu.br/concur/>

Conselho de Campus – Órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito da Unidade Universitária.

Comissão Própria de Avaliação (CPA) – constituída nos termos da Lei n.º 10.861/2004, que instituiu o SINAES, tem as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA é um órgão colegiado permanente constituído pela Portaria n.º 697/2010, que assegura a participação dos segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. Considerando suas características *multicampi*, a CPA/UNIPAMPA é constituída por Comitês Locais de Avaliação (CLA) em cada *campus* e pela Comissão Central de Avaliação (CCA).

Comitê de Governança e Gestão de Riscos - Também denominado Comitê Estratégico, é responsável por estabelecer a Política de Governança e Gestão de Riscos no âmbito da Universidade, e tem como objetivos informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os objetivos descritos no PDI. Suas ações estão pautadas para atendimento do Decreto 9203, de 22 de novembro de 2017, e busca cumprir os princípios da governança pública, que elencam: I - capacidade de resposta; II - integridade; III – confiabilidade; IV - melhoria regulatória; V - prestação de contas e responsabilidade; e VI - transparência.

Comitê de Gestão da Integridade - É instruído pela Portaria CGU 57, de 01 de janeiro de 2019, sendo a base para a implantação do Plano de Integridade, Programa de Integridade e Risco de Integridade

da UNIPAMPA. Cabe ao Comitê de Gestão da Integridade a responsabilidade de articular, coordenar, estruturar, desenvolver, orientar, treinar, monitorar e aperfeiçoar o Plano de Integridade, com o apoio das demais áreas envolvidas.

Foi responsabilidade deste comitê a elaboração do Plano de Integridade, Fluxo interno para verificação de Nepotismo e Conflito de Interesse, assim como elaboração de Medidas de Tratamento para os Principais Riscos de Integridade na UNIPAMPA.

Proprietário do risco - corresponde a todo e qualquer servidor responsável pela execução de determinado processo de trabalho, inclusive sobre a gestão de riscos.

2.4. Modelo de cadeia de valor

A UNIPAMPA tem seu modelo de cadeia de valor estabelecido desde 2018 quando foi definido e aprovado pela Gestão Superior e pelo Comitê de Governança da Instituição conforme a figura seguinte:

Figura 2 – Modelo de cadeia de valor



Fonte: PROPLAN.

As **entradas** para o processo criação de valor para a sociedade são as demandas apresentadas e identificadas nas comunidades onde os *campi* da Universidade estão localizados. Essas demandas envolvem a formação de pessoas, acesso a conhecimento, acesso à cultura, orientação técnica, apoio a soluções tecnológicas e ao desenvolvimento das regiões. A fim de atender as demandas da sociedade, a UNIPAMPA organiza suas atividades em macroprocessos finalísticos e de apoio e gerenciamento.

Os **macroprocessos finalísticos** são um conjunto de processos com a mesma natureza e finalidade, que desenvolvem as atividades

essenciais da Universidade para cumprir a sua missão institucional e entregar valor a sociedade. Na UNIPAMPA, os macroprocessos finalísticos são os seguintes: graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos); pós-graduação (*lato e stricto sensu*); pesquisa e inovação (básica, aplicada e desenvolvimento tecnológico); extensão e cultura.

Os **macroprocessos de apoio e gerenciamento** são um conjunto de processos com a mesma natureza e finalidade, que desenvolvem as atividades de suporte e asseguram que os demais processos atinjam suas metas, contribuindo para a Universidade cumprir a sua missão institucional e entregar valor a sociedade. Os macroprocessos de apoio e gerenciamento são os seguintes: gestão orçamentária, gestão de suprimentos, gestão de infraestrutura, gestão de pessoas, governança, assistência estudantil, gestão de acervos, gestão de TI, relações institucionais e comunicação.

As **saídas ou entregas** da cadeia de valor para a sociedade são representadas pela geração de uma educação superior de qualidade, a produção e troca de conhecimento, o acesso à cultura e arte, e o desenvolvimento de tecnologia e inovação.

Em sua essência, as entregas da cadeia de valor visam ao alcance da missão institucional da Universidade: contribuir para o desenvolvimento regional, nacional e internacional.

2.5. Relação com o ambiente externo e sociedade

A UNIPAMPA é uma IFES integrada e comprometida com o desenvolvimento e, principalmente, com a formação de cidadãos para atuar em prol da região e do País. Através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de cidadãos comprometidos e capacitados. Figuram no mesmo ambiente de atuação da UNIPAMPA outras universidades federais, tais como: UFRGS (Porto Alegre), UFSM (Santa Maria), UFPel (Pelotas), FURG (Rio Grande) e UFFS (Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo). Além dessas instituições, cabe mencionar a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), universidades privadas, centros universitários e faculdades, assim como os Institutos Federais de Educação presentes na região.

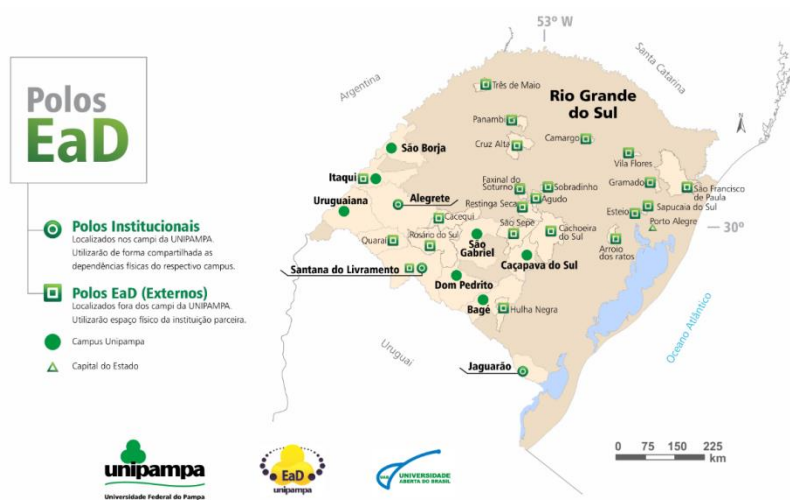
A UNIPAMPA é uma Instituição com atuação presencial em dez cidades do Rio Grande do Sul; sua sede administrativa, na cidade de Bagé. Além disso, atua na educação a distância em polos em outras 22 cidades do Rio Grande do Sul.

Figura 3 – Campi da UNIPAMPA



Fonte: DAEINTER.

Figura 4 – Presença da UNIPAMPA no Rio Grande do Sul



Fonte: DEaD.

Ambiente externo

A UNIPAMPA está sujeita a diversas variáveis externas, tais como: diretrizes educacionais internacionais e nacionais, oscilações e demandas do mercado e demandas e oportunidades da região onde está inserida.

Certos fatores externos impactaram as metas previstas e exigiram readequação de planejamento como: contingenciamento orçamentário e sua consequente liberação orçamentária gradual, cortes de bolsas, programas e recursos para ensino e pesquisa da CAPES e CNPq e órgãos estaduais, além da demanda de internacionalização das universidades brasileiras, isto é, adequação de seu ensino, pesquisa e extensão para formação de cidadãos com visão local e global a fim de

lidarem com as questões interculturais da globalização, sustentabilidade socioambiental e econômica e colocação no mercado de trabalho local e global.

A UNIPAMPA fortaleceu sua participação nos cenários externos, consolidando seu protagonismo em prol da educação superior de qualidade e gratuita. As ações externas visaram a consolidar a marca UNIPAMPA no cenário externo no intuito de prospectar novas oportunidades para solucionar os desafios impostos.

Fontes de potencialidades ou externalidades positivas

- Parcerias, através do Comitê da Região do Bioma Pampa, com instituições educacionais da região do pampa na Argentina, no Brasil e no Uruguai, para fomentar a projeção da região no mundo, a integração de políticas educacionais, a otimização de recursos e a geração de conhecimento (publicações e patentes);
- Participação ativa no Comitê da Integração Fronteiriça e na Rede Unifronteiras visando à melhor compreensão dos problemas sociais, econômicos, científicos e culturais das regiões de fronteira, para a defesa dos interesses, o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida da população das fronteiras brasileiras;
- Parcerias internacionais e nacionais com instituições públicas e privadas para fomentar a produção de conhecimento;
- Inserção ativa nas cidades da região através de parcerias com as prefeituras nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;
- Reconhecimento da excelência de alguns programas de graduação e pós-graduação;
- Curricularização da extensão para maior atuação na região;

- Enfoque em inovação educacional em grupos de pesquisa, na graduação e pós-graduação;
- A autorização da Fundação Luiz Englert para atuar como Fundação de Apoio da UNIPAMPA e a captação de recursos por meio da Agência de Inovação do Pampa (AGIPAMPA);
- Modernização da gestão pública administrativa e acadêmica totalmente informatizada via GURI, GAUCHA e SEI.
- Crescente demanda regional para a educação a distância e qualificação acadêmica e profissional;
- Realização de eventos internacionais e nacionais como o 11^o SIEPE da UNIPAMPA, com participação de brasileiros e uruguaios nas cidades de Santana do Livramento/Rivera, fronteira do Brasil com o Uruguai. O 11^o SIEPE foi organizado conjuntamente com o IFSul (Instituto Federal Sul-rio-grandense), a UTEC (Universidad Tecnológica /Uruguay), a UDELAR/CUR (Universidad de la República del Uruguay / Centro Universitário de Rivera), com o apoio da Prefeitura Municipal de Santana do Livramento e a Intendência Departamental de Rivera, com o tema “Educação e Ciência para o desenvolvimento sustentável”. Também foi realizado o Congresso de Pesquisadores/as Negros/as da Região Sul – **IV COPENESUL**, com a participação de movimentos sociais do Brasil e universidades africanas. O evento

divulgou a produção científica, tecnológica e cultural e promoveu a reflexão sobre racismo e identidade com o tema “Ancestralidades, conquistas e resistências em tempo de intolerância”.

Fontes de ameaças

- Restrições impostas pelos governos estrangeiros para o fluxo de pessoas, estudantes e pesquisas influenciando a internacionalização da Universidade;
- Contingenciamento dos recursos orçamentários e financeiros oriundos do MEC;
- Desprestígio da educação superior pública no atual contexto
- Pouca capacidade da Universidade para captação de recursos de parcerias privadas;
- Fragilidade na divulgação do potencial competitivo na região fronteiriça do Rio Grande do Sul;
- Impacto do ambiente econômico na dinâmica de atuação da Universidade;
- Burocracia;
- Falta de legislação específica e que facilite a internacionalização;
- Diminuição dos recursos para editais específicos de internacionalização.

CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Ouvidoria

626
Total

292

166

9

Solicitação: Pedido de atendimento ou de prestação de um serviço. Pode ser algo material ou a ação do órgão em uma situação específica.

Reclamação: Críticas, relatos de ineficiência, demonstração de insatisfação e casos de omissão na prestação de um serviço público.

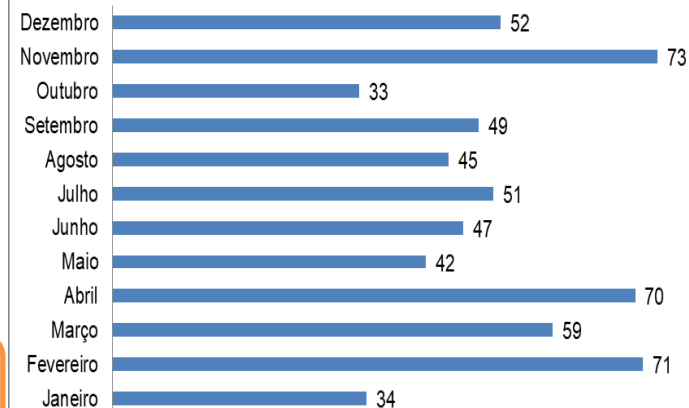
Denúncia: Comunica a ocorrência de um ato ilícito ou uma irregularidade praticada contra a administração pública.

Comunicação: Denúncias e reclamações de origem anônima.

Elogio: demonstração de reconhecimento ou satisfação sobre o serviço prestado ou atendimento recebido.

Sugestão: Ideia ou proposta de melhoria na prestação dos serviços públicos.

Quantitativo mensal de manifestações recebidas em 2019



Carta de Serviços ao Usuário

O documento tem por finalidade divulgar os serviços oferecidos pela Universidade e explicar como podem ser acessados. A carta é uma estratégia para potencializar a interação com o cidadão, na qual a Universidade e seus servidores colocam-se à disposição também para acolher críticas e sugestões que possam contribuir na qualificação da prestação de serviços à sociedade.

A [Carta de Serviços ao Usuário da UNIPAMPA](#) está disponível em meio eletrônico e pode ser acessada através do site da Universidade.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No site do [Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\) da UNIPAMPA](#) podem ser consultadas informações úteis à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão na Universidade. Exemplos: Documentos de Planejamento e relatórios institucionais; Prestação de Contas; Convênios e Transferências; Detalhamento da Execução Orçamentária; Licitações e Contratos; Dados relativos aos servidores; Concursos e processos seletivos e; informações sobre Participação Social.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Quadro 1 – Quantidade de pedidos por assunto

Assunto	2019
Educação – educação superior	61
Educação – profissionais da educação	39
Economia e finanças – administração financeira	11
Governo e política – administração pública	9
Ciência, informação e comunicação – informação – gestão, preservação e acesso	5
Ciência, informação e comunicação – ciência e tecnologia	4
Justiça e legislação – legislação e jurisprudência	2
Governo e política – política	2
Ciência, informação e comunicação – comunicação	2
Meio ambiente – gestão de meio ambiente	2
Outros assuntos	3
Total	140

Fonte: OUVIDORIA.

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários

A Ouvidoria e o SIC disponibilizam pesquisa de satisfação aos cidadãos através dos seguintes sistemas: Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria à Informação e e-SIC.

O questionário é disponibilizado ao final do atendimento prestado, sendo facultativa a participação do cidadão no preenchimento da referida pesquisa. Assim, a

Ouvidoria e o SIC podem emitir relatórios relacionados à satisfação dos usuários que foram atendidos pelo setor.

Do total de 626 atendimentos da Ouvidoria em 2019, 48 cidadãos responderam ao questionário de pesquisa de satisfação do Fala.BR, representando 8% do público atendido pelo setor e 578 não responderam, totalizando 92%.

Referente à questão 1 do questionário de pesquisa de satisfação do Fala.BR – “A sua demanda foi atendida?”, 32 cidadãos responderam que sim (66%); 8 responderam que não (17%) e 8 consideraram a demanda parcialmente atendida (17%).

Referente à questão 2 do questionário de pesquisa de satisfação do Fala.BR – “Você está satisfeito(a) com o atendimento prestado por esta Ouvidoria?”, os cidadãos responderam conforme o quadro seguinte:

Quadro 2 – Quantitativo das respostas

Nível de Satisfação	Número de cidadãos	Porcentagem
Muito satisfeito	17	35%
Satisfeito	9	19%
Regular	4	8%
Insatisfeito	6	13%
Muito insatisfeito	12	25%

Fonte: OUVIDORIA.

Em relação aos atendimentos do SIC em 2019, do total de 140 demandas, 27 cidadãos responderam ao

questionário de pesquisa de satisfação do e-SIC, representando 19% do público atendido pelo setor.

Referente à questão 1 do questionário de pesquisa de satisfação do e-SIC – “A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?”, considerando a escala, na qual 1 significa “não atendeu” e 5 “atendeu plenamente”, a média das respostas dos cidadãos ficou em 4,33.

Referente à questão 2 do questionário de pesquisa de satisfação do e-SIC – “A resposta fornecida foi de fácil compreensão?”, considerando a escala, em que 1 significa “difícil compreensão” e 5 “fácil compreensão”, a média das respostas dos cidadãos ficou em 4,81.

Quadro 3 – Questões 1 e 2

Questão 1 – A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?	
Não atendeu	1
Atendeu plenamente	5
Média dos atendimentos	4,33
Questão 2 – A resposta fornecida foi de fácil compreensão?	
Difícil compreensão	1
Fácil compreensão	5
Média dos atendimentos	4,81

Fonte: OUVIDORIA.

Comunicação com a sociedade

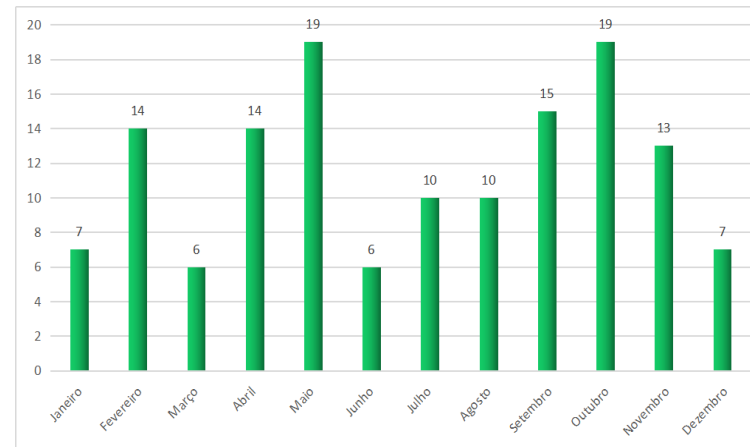
Os principais canais disponibilizados pela Universidade para o acesso do cidadão são:

SIC: os cidadãos podem solicitar pedidos de acesso à informação a respeito da Universidade através do e-SIC. A

LAI contribui com a transparência dos serviços prestados e favorece os cidadãos na solicitação de acesso às informações públicas, propiciando o exercício da cidadania e o controle social.

O SIC disponibiliza relatórios estatísticos anuais a respeito dos pedidos de acesso à informação e recursos direcionados à Universidade, os quais podem ser acessados através do *site*: <https://sites.unipampa.edu.br/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic/relatorios-atendimentos-sic-unipampa/>. Em 2019, o SIC recebeu um total de 140 pedidos de acesso à informação, discriminados na figura 5:

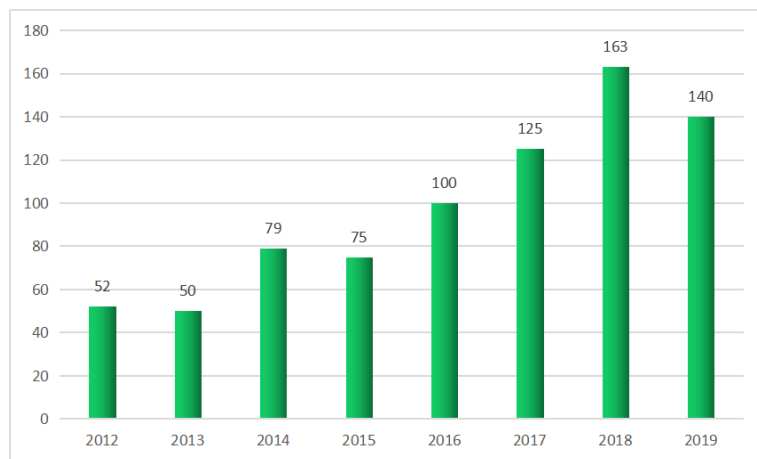
Figura 5 – Total de pedidos por mês



Fonte: OUVIDORIA.

A seguir, está apresentado o comparativo do quantitativo anual de pedidos de acesso à informação recebidos pelo SIC desde 2012 até 2019.

Figura 6 – Total de pedidos por ano



Fonte: OUVIDORIA.

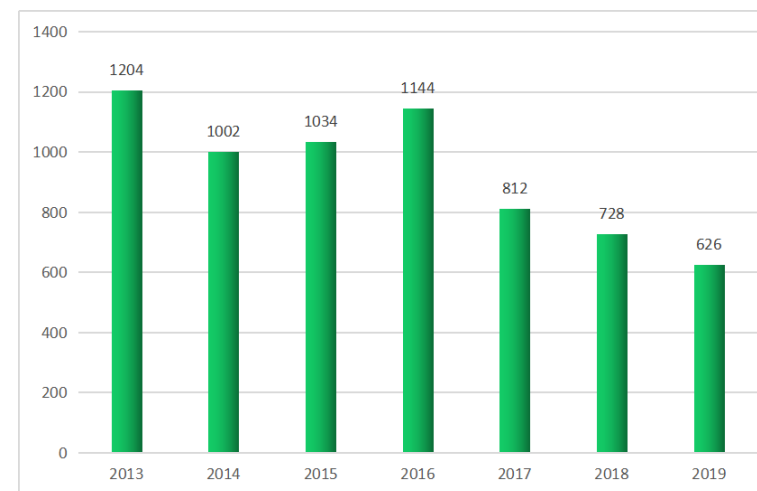
Ouvidoria: a unidade recebe as demandas dos cidadãos, as quais são registradas no Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, plataforma única de recebimento de manifestações de ouvidoria, nos termos do art. 16 do Decreto n.º 9.492/2018.

Os relatórios da Ouvidoria disponibilizam dados referentes às principais demandas de atendimento, contribuem para a transparência da gestão e podem ser

acessados através do site: [\(https://sites.unipampa.edu.br/ouvidoria/relatorios/\)](https://sites.unipampa.edu.br/ouvidoria/relatorios/).

A seguir, o comparativo do quantitativo anual de manifestações recebidas pela Ouvidoria.

Figura 7 – Número de manifestações por ano



Fonte: OUVIDORIA.

Governança estratégia e alocação de recursos



3.1. Como a unidade planejou o cumprimento da sua missão

O cumprimento da missão institucional percorre os caminhos estabelecidos no PDI do qual o planejamento estratégico é parte integrante. Tal planejamento é constituído de quatro eixos: excelência acadêmica, aperfeiçoamento institucional, compromisso social e desenvolvimento humano.

Em cada um desses eixos, são estabelecidos os objetivos estratégicos, que, por sua vez, se desdobram em iniciativas. Essas iniciativas são constituídas por metas e indicadores para o período de vigência do plano.

Dessa forma, é possível executar o planejamento traduzindo seus objetivos estratégicos em termos mais operacionais e exequíveis.

Por conseguinte, é possível perceber, por meio da Figura 8, como a Instituição trabalha, para sustentar sua missão através do seu planejamento estratégico.


A estrutura do planejamento estratégico 2019-2023, com seus eixos e objetivos, pode ser visualizada no quadro “Eixos e objetivos estratégicos” na página seguinte.

Figura 8 – Fluxo do planejamento



Fonte: PROPLAN.

Quadro 4 – Eixos e objetivos estratégicos



MISSÃO

A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.



Excelencia Acadêmica

APERFEIÇOAR O ENSINO DE GRADUAÇÃO

APRIMORAR O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE

DESENVOLVER AS AÇÕES DE PESQUISA E PROPORCIONAR O ESPAÇO PARA A PRODUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO NA PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

REFINAR A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE EM ATIVIDADES/AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

DESENVOLVER A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE NO CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL



Aperfeiçoamento Institucional

ADAPTAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, AS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E AS DEFINIÇÕES ORGANIZACIONAIS FRENTE AOS NOVOS DESAFIOS E A ESTRUTURA MULTICAMPI.

APERFEIÇOAR OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

DESENVOLVER MECANISMOS DE APERFEIÇOAMENTO AOS PROCESSOS DE GESTÃO

ORGANIZAR E DESENVOLVER A INFRAESTRUTURA DE EDIFICAÇÕES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS

OFERTAR SERVIÇOS E SOLUÇÕES DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

PROMOVER E DESENVOLVER PROCESSOS QUE VISEM A SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE NA UNIVERSIDADE



Compromisso Social

ACOMPANHAR O DISCENTE DA UNIVERSIDADE

PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS DISCENTES NA UNIVERSIDADE

PROMOVER A SAÚDE BIOPSISSOCIAL DO DISCENTE

GARANTIR A TODOS OS DISCENTES, EM ESPECIAL AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, A PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.



Desenvolvimento Humano

DIMENSIONAR AS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS DE PESSOAL

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES

APRIMORAR A GESTÃO DE PESSOAS BUSCANDO A QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR

Fonte: PROPLAN.

3.2. Planejamento de recursos necessários para o alcance dos objetivos

A estratégia institucional na alocação de recursos foi estabelecida para atender as atuais demandas contratuais para a manutenção da infraestrutura física e dos serviços prestados à sociedade. O emprego de recursos públicos teve como propósito maior a qualificação da atividade-fim e que visaram o alcance das metas estabelecidas em cada área para o período. Todos os procedimentos realizados tiveram como objetivo a excelência, tanto para a conformidade legal como para a transparência dos atos.

No exercício 2019, destaca-se a preocupação com a revisão e o aperfeiçoamento dos processos institucionais, em especial, perante as dificuldades enfrentadas pelo contingenciamento de recursos orçamentários imposto pelo MEC. A insuficiente disponibilidade de recursos ao longo do ano impôs à gestão universitária a obrigatoriedade da revisão de seus processos e, ao mesmo tempo, priorização de áreas para o recebimento de recursos, a fim de que as atividades acadêmicas e administrativas tivessem seus prejuízos atenuados. No que tange à seara administrativa, a racionalização do uso da frota institucional, a redução de gastos com serviços básicos – como água, energia e telefonia –, a redução dos gastos com diárias e passagens, a revisão de contratos de serviços terceirizados, a drástica diminuição de aquisições de materiais e contratações de novos serviços foram algumas das medidas na tentativa de sustentar a atividade-fim, diante dos inúmeros desafios e cenário de incertezas. Nesse sentido, a aplicação dos recursos públicos com eficiência e eficácia, constituiu-se, diante do atual contexto das contas públicas, impositivo à sustentabilidade institucional.

A despeito das dificuldades, houve um grande esforço da gestão para que a continuidade dos serviços essenciais fosse garantida. O cumprimento das obrigações para com os fornecedores, pagamento de bolsas e auxílios ao corpo discente e a destinação de recursos para os contratos de terceirização são algumas prioridades estabelecidas, que contribuíram para garantir a manutenção dos serviços prestados pela Universidade. Cabe igualmente à gestão, em que comungam Reitoria e equipes diretas das unidades acadêmicas, em 2020, atuar de maneira estratégica diante dos desafios, com a finalidade de que a UNIPAMPA, através do tripé ensino, pesquisa e extensão, siga cumprindo com sua missão institucional na comunidade regional em que está inserida.

3.3. Avaliação de como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos

Como já abordado anteriormente, a estrutura de governança é composta por uma série de instâncias e pela organização de dois comitês de funções específicas: Comitê Estratégico e Comitê Gerencial. Esses comitês têm ações voltadas à política de gestão de riscos da instituição. São estabelecidas reuniões de organização para o desenvolvimento das ações desses comitês para março de 2020.

Além da participação das instâncias e da organização do trabalho da estrutura de governança, é importante ressaltar que a UNIPAMPA deve passar por uma mudança significativa de seu organograma, ampliando a interação entre os diferentes níveis e processos de gestão. Importante salientar que o próprio Conselho de *Campus* também

compõe o conjunto de instâncias da estrutura de governança da UNIPAMPA.

Para tanto, a atuação da Procuradoria Federal e da Auditoria Interna são fundamentais, de modo a garantir a segurança jurídica dos mais diversos atos. O alcance dos objetivos estratégicos passa, necessariamente, pela definição do papel da UNIPAMPA na sociedade, e levando-se em conta se tratar de uma universidade *multicampi*, ainda não consolidada e inserida em regiões empobrecidas, os desafios são ainda maiores. A supervisão do relacionamento com a sociedade é muito importante para monitorar o alcance dos objetivos estratégicos. Alguns instrumentos importantes, nesse processo, são “a Carta de Serviços ao Usuário” e a “aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários”.

3.4. Mecanismos, ações e atividades implementadas e determinadas para garantir a legalidade, economicidade e eficiência e eficácia e a legitimidade dos atos processos e procedimentos da organização

A fim de garantir a legalidade a UNIPAMPA se compromete com a observância de todos os dispositivos legais e normativos que regem a atividade universitária, seja no que tange as atividades acadêmicas, seja no que tange as atividades administrativas. Todo o arcabouço legal vigente e suas constantes atualizações servem de base para guiar as ações estratégicas e os processos que se desdobram a partir dessas ações, com o objetivo de garantir, permanentemente, o cumprimento deste princípio constitucional. A revisão constante dos processos e a

auditorias internas e externas sistemáticas são exemplos de iniciativas de monitoramento da legalidade na Instituição.

A economicidade, igualmente representa uma preocupação na gestão da Universidade, princípio assumido pela Administração Pública e que vai ao encontro da gestão da despesa pública. Assumido como um princípio das licitações públicas, em que deverá ser selecionada a proposta mais vantajosa para a administração, o cuidado com a economicidade se estende desde a fase preparatória dos processos licitatórios, em suas diferentes modalidades, até ações do dia a dia voltadas para redução dos gastos como energia elétrica, água, telefonia, materiais e geração de resíduos.

Em consonância com os princípios anteriores, eficiência e eficácia são elementos fundamentais perseguidos pela gestão universitária. Eficiência no que se refere à racional utilização e alocação dos recursos nas diferentes áreas e ações, especialmente perante os desafios impostos às IFES nos últimos anos através de contingenciamentos orçamentários e/ou não atualização do orçamento total das instituições. Eficácia em relação à consecução dos objetivos institucionais, de maneira sustentável e transformadora, como é o caso da UNIPAMPA, incumbida de contribuir para o desenvolvimento regional. Exemplos de busca da eficiência e eficácia são as permanentes revisões dos processos institucionais, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos e à otimização dos produtos gerados para a comunidade acadêmica.

Todos os aspectos levantados levam à procura pela legitimidade dos atos, processos e procedimentos, ancorados nas bases do direito administrativo e norteados pelo PDI vigente. Há e deve sempre existir o cuidado para com a institucionalização dos processos e das competências das diferentes áreas organizacionais, além da integração de esforços para a consecução de ações igualmente integradas que legitimam as ações gerenciais e acadêmicas junto dos atores da comunidade, sempre com base nos pressupostos legais. O exercício da tomada de decisões democráticas bem como a constante interlocução entre diferentes categorias e atores integrantes do corpo universitário para levantamento de necessidades, controle de desempenho e mensuração da efetividade das políticas são exemplos de ações empreendidas nesse sentido.

3.5. Manifestação da alta administração sobre as medidas adotadas em relação aos indicadores de governança TCU

De forma geral, o Levantamento de Governança e Gestão Públicas de 2017 da UNIPAMPA, realizado a partir da aplicação dos indicadores apresentados no Acórdão n.º 588/2018 – TCU-Plenário e 2.699/2018 – TCU-Plenário apontam que, no geral, a Instituição encontra-se classificada como “estágio inicial” na faixa de classificação proposta para mensurar o nível de capacidade de governança e gestão. Para os indicadores “iGG” (índice integrado de governança e gestão públicas), “GestãoContrat” (índice de capacidade em gestão de contratos) e “gestãoTI” (índice de capacidade em Gestão de TI)

apresentaram pontuações bastante similares. Entretanto, o indicador “GestãoPessoas” (indicador de capacidade em gestão de pessoas), apresentou pontuação inferior ao da média das outras instituições de ensino avaliadas, revelando maior debilidade nesse aspecto. Por sua vez, o indicador iGovPub (índice de governança pública) apresentou a maior pontuação (50%), classificado como “estágio intermediário” no nível de capacidade de governança e/ou gestão. Com a operacionalização da estrutura de governança, sobretudo da dinâmica de funcionamento do Comitê Estratégico e do Comitê Gerencial, a alta administração da UNIPAMPA pretende concentrar esforços para a melhoria desses indicadores na realidade da Instituição.

Especificamente, no que se refere ao índice de gestão de TI (iGovTI) e ao índice de capacidade em gestão de TI (GestãoTI) – indicadores de governança previstos nos estudos realizados pelo TCU (Acórdão n.º 588/2018 e n.º 2699/2018) – foi criado o Comitê de Governança Digital (CGD) da UNIPAMPA pela Portaria n.º 494/2019. Entre as diferentes atribuições do CGD, encontra-se a proposição da Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que, atualmente, está em fase de elaboração. A preocupação na construção dessa política também está associada à melhoria dos resultados desses indicadores para a Instituição, conforme Levantamento de Governança e Gestão Públicas de 2017 (Acórdão n.º 588/2018 – TCU-Plenário).

A atual gestão tem consciência de que muitos desses indicadores de governança apontam que, em 2017 (quando foi realizado o último levantamento), nossa Instituição encontra-se na faixa de classificação “estágio inicial” (nível de capacidade em governança ou gestão dentro do intervalo de 15-39%), com alguns aspectos em estágio intermediário (40-69,9%) e aprimorado (70-100%). No entanto, alguns componentes desses indicadores mostravam, em 2017, pontuação no “estágio inexpressivo” (0-14% de capacidade de governança ou gestão) e inferior à média obtida pelas demais instituições de ensino. Essa desuniformidade na composição dos pesos desses indicadores de governança da UNIPAMPA precisa ser continuamente ajustada, permitindo a evolução progressiva e equilibrada da governança e da capacidade de gestão da Instituição nos próximos anos. Dessa forma, a alta gestão concentrará esforços na operacionalização das instâncias e órgãos colegiados relacionados à estrutura de governança no próximo período, buscando a melhoria desses parâmetros institucionais.

Riscos, oportunidades e perspectivas



unipar
Universidade Federal

4.1. Gestão de Riscos

O primeiro passo para a implantação da Gestão de Riscos na Universidade aconteceu a partir de janeiro de 2019, onde, a partir da Elaboração da Cadeia de Valor da UNIPAMPA e definição de seus macroprocessos, definiu-se uma forma de priorização baseada em metodologia semelhante à utilizada para identificação de riscos, onde se teve como objetivo a priorização dos processos críticos da Universidade. Este trabalho foi desenvolvido pelo Escritório de Processos da UNIPAMPA, contando com a análise e validação do Comitê de Governança e Gestão de Riscos e gestores das áreas.

Basicamente, a metodologia proposta apresentou os macroprocessos/processos identificados a partir da Cadeia de valor, e à eles, os gestores de cada área puderam associar notas de 1 a 5 levando em conta os critérios de impacto e probabilidade. Feita esta análise, chegou-se a um quadro que aponta de forma ordenada, aqueles processos que tiveram uma maior pontuação associada, indicando que estes apresentariam maiores “riscos” quando considerada a atividade fim da universidade. Desta forma, foram destacados os 8 processos que obtiveram maior nota, sendo estes os que deveriam ser priorizados pelo Escritório de Processos para o trabalho de Mapeamento e Modelagem, tendo sido formalizados através da Portaria n.º 357/2019.

Quadro 5 – Principais Processos

Riscos	Processos	Macroprocessos
1º	Processo de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Macroprocesso de pós-graduação
2º	Processo seletivo	Macroprocesso de graduação
3º	Processo de integralização curricular	Macroprocesso de graduação
4º	Processo de formação continuada	Macroprocesso de graduação
5º	Processo de criação, avaliação e revisão de cursos	Macroprocesso de graduação
6º	Processo de gestão do orçamento	Macroprocesso de gestão financeira e orçamentária
7º	Processo de regularização de imóveis	Macroprocesso de infraestrutura
8º	Processo de gestão de restaurantes universitários	Macroprocesso de assistência estudantil

Fonte: PROPLAN.

Hoje, com melhor estrutura e com a elaboração de instrumentos internos que começam a dar maior clareza à questão do Gerenciamento de Riscos, percebe-se que naquela oportunidade não foram definidos os riscos inerentes à que cada área/processo estava exposto, portanto, considera-se que há uma lacuna que não permite indicar precisamente os riscos os quais deverão ser priorizados e a definição do tratamento adequado, visando cumprir a missão e os objetivos da UNIPAMPA.

Em relação ao trabalho desenvolvido, o Escritório de Processos deu continuidade ao que foi acordado com o comitê, conforme Portaria n.º 357/2019. Porém, em alguns casos, identificou-se que o que foi definido como processo, ainda era amplo demais para o mapeamento. Considerando isto, foi necessária a análise junto à área para redefinir os processos, ainda dentro do macroprocesso indicado, viabilizando o trabalho de mapeamento e modelagem.

Como estratégia para o pleno desenvolvimento da Gestão de Riscos na Universidade, e indo ao encontro do que é estabelecido na Norma Operacional n.º 7/2019, pretende-se o desenvolvimento de um modelo em que o Mapeamento e a Modelagem de processos seja parte da estratégia de Identificação e tratamento dos riscos inerentes, mas que estes sejam identificados dentro de um contexto mais específico, considerando os objetivos e metas que fazem parte do planejamento estratégico da Universidade. Este trabalho deverá ser elaborado e implantado em um trabalho conjunto dos Comitês que integram a estrutura de Governança e Gestão de Riscos da UNIPAMPA e demais áreas.

Resultados e desempenho da gestão



5.1. Objetivos, indicadores e metas de desempenho definidos para o exercício

Os objetivos, indicadores e metas de desempenho para 2019 foram estabelecidos pelo PDI conforme capítulo que trata de governança estratégica e alocação de recursos.

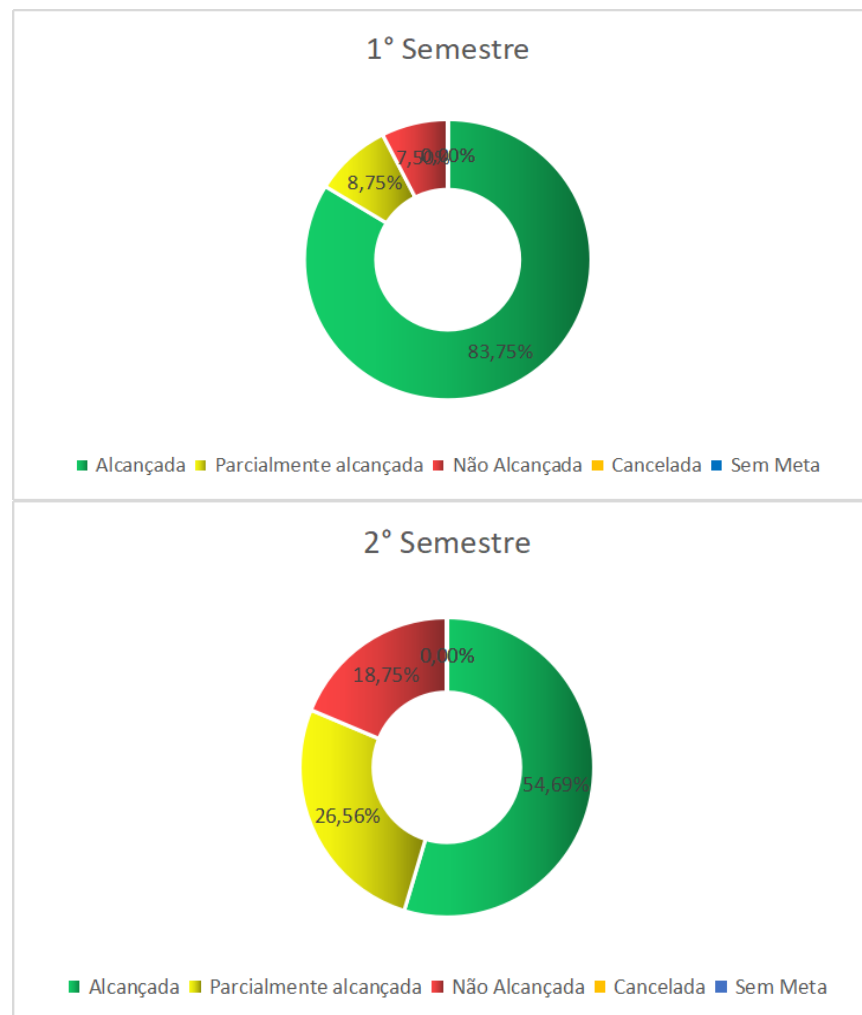
5.2. Resultados alcançados no exercício de referência frente aos objetivos estabelecidos

Em virtude da prorrogação do PDI 2014-2018, até o final do primeiro semestre de 2019, por meio da Portaria UNIPAMPA n.º 1.164/2019, a Instituição vivenciou a experiência de dois planos de desenvolvimento institucionais vigentes no mesmo exercício.

Portanto, a análise dos resultados alcançados no ano deve levar em consideração esses dois períodos distintos. As informações necessárias para desenvolver esse diagnóstico foram levantadas por meio de dois monitoramentos que colheram informações do primeiro e do segundo semestre de 2019, além das considerações dos gestores, dificuldade ou justificativas para metas que não foram cumpridas como previsto.

Mesmo se tratando de um novo plano vigente no segundo semestre, o planejamento estratégico descrito manteve o formato geral, baseado em quatro eixos estratégicos: excelência acadêmica, compromisso social, aperfeiçoamento institucional e desenvolvimento humano, permitindo um exame das metas alcançadas e do desempenho em cada um dos eixos nos dois semestres, conforme gráficos seguintes.

Figura 9 – Excelência acadêmica



Fonte: PROPLAN.

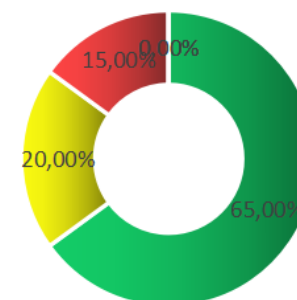
Figura 10 – Compromisso social

Excelência acadêmica: Neste eixo, conforme figura 9, é possível perceber uma queda de desempenho do primeiro para o segundo semestre. As metas alcançadas caíram de 83,75% para 54,69%, registrando também aumento no percentual de iniciativas parcialmente alcançadas e não alcançadas. Consta-se, portanto, a necessidade de maior atenção dos gestores responsáveis por essas iniciativas, pois é esse o eixo do PDI 2019-2023 que apresenta o maior número de objetivos estratégicos (cinco) e, igualmente, o maior número de iniciativas (29). O desempenho desse eixo impacta fortemente no comportamento global da Universidade, afetando, diretamente, sua capacidade de gerar valor para a sociedade.

A necessidade de ajustar algumas metas, assim como a baixa taxa de ocupação das vagas, foram fatores citados no monitoramento, influenciando negativamente no alcance de algumas metas.

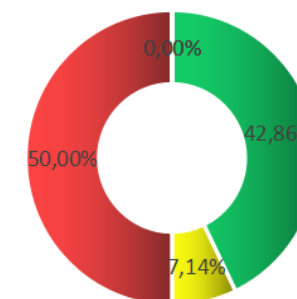
Ainda assim, pontos positivos merecem destaque, como o sucesso no oferecimento de componentes curriculares diversificados nos cursos de Graduação e a ampliação da oferta de vagas nos cursos de Pós-Graduação.

1º Semestre



■ Alcançada ■ Parcialmente alcançada ■ Não Alcançada ■ Cancelada ■ Sem Meta

2º Semestre



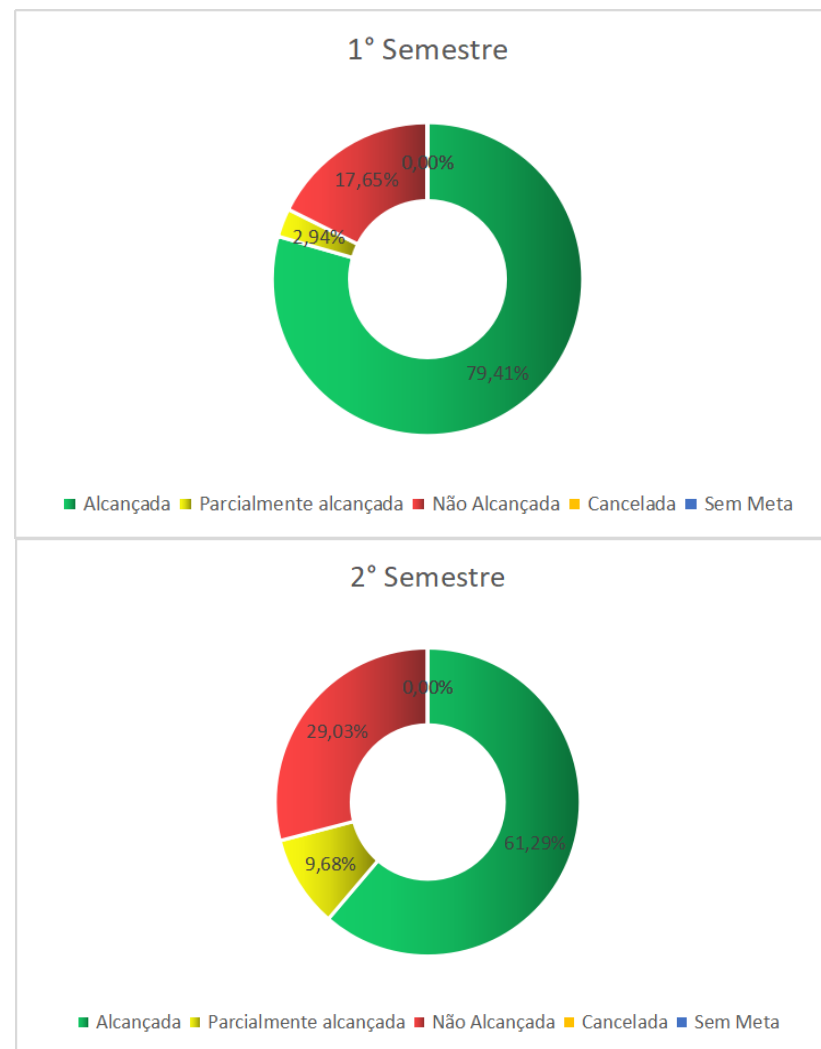
■ Alcançada ■ Parcialmente alcançada ■ Não Alcançada ■ Cancelada ■ Sem Meta

Fonte: PROPLAN.

Compromisso social: neste eixo, também se percebe queda no percentual de metas alcançadas, de 65% para 42,86% (figura 10). Destaca-se também o percentual de metas não alcançadas no segundo semestre, chegando a 50%. Não se deve deixar de considerar os impactos de deficiências internas sobre o desempenho desse eixo, pois algumas metas não foram atingidas em virtude da falta de *habite-se* e PPCI para as casas de estudantes por exemplo, ou a falta de técnicos especializados, como psicólogos para desenvolver atividades como a de apoio à saúde biopsicossocial do discente e dificuldades na operacionalização de editais como o Plano de Desenvolvimento Acadêmico.

Mesmo expostas essas dificuldades, foi possível atingir e inclusive superar as metas estabelecidas para este eixo, especialmente no que se refere às iniciativas para proporcionar condições de permanência dos discentes na Universidade e o acesso dos discentes a recursos para a participação em eventos.

Figura 11 – Aperfeiçoamento institucional

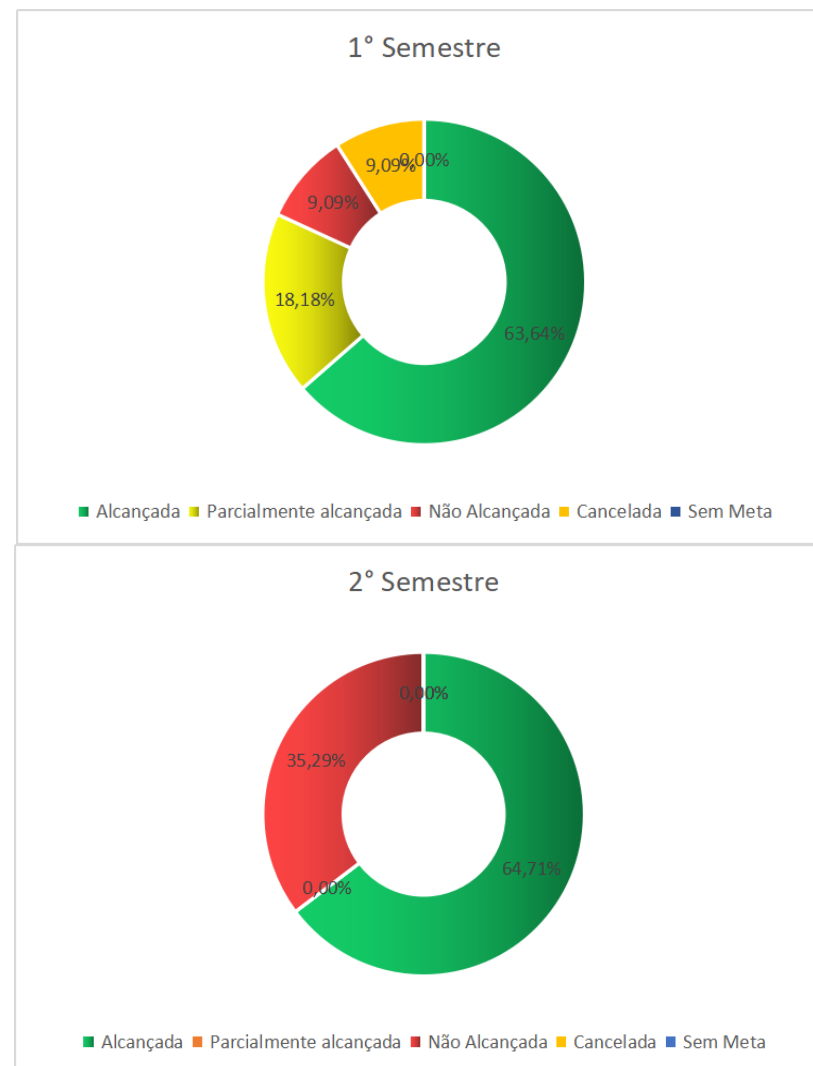


Fonte: PROPLAN.

Aperfeiçoamento institucional: sofreu uma redução de desempenho, caindo de um percentual de 79,41% para 61,29% no que se refere às metas alcançadas, o percentual de metas não alcançadas também teve significativo aumento, saltando de 17,65% para 29,03% (figura 11).

Alguns pontos positivos são o percentual de obras concluídas e as iniciativas referentes à TI. Entretanto, o aumento do percentual de metas não atingidas tem como explicação algumas deficiências citadas, como a falta de pessoal para desenvolver algumas atividades e a indisponibilidade de recursos orçamentários.

Figura 12 – Desenvolvimento humano



Fonte: PROPLAN.

Desenvolvimento humano: este eixo apresentou uma pequena melhora entre as metas alcançadas, saindo de 63,64% para 64,71%. Entretanto, é necessário mencionar um aumento no percentual de iniciativas não alcançadas, saltando de 9,09% para 35,29%. Conforme figura 12, este eixo foi o único que não demonstrou queda no percentual de metas atingidas, mas, pelo contrário, teve ligeira melhora nesse índice. Alguns fatos contribuíram para essa melhora, como o resultado referente à formação pedagógica do corpo docente e a realização de atividades do programa de qualidade de vida do servidor.

Ainda assim, o aumento expressivo de metas não atingidas demanda atenção do gestor, que deverá, nos próximos anos, tomar medidas corretivas nesse sentido. Foram mencionados desafios como a falta de ferramentas para a coleta de dados e as restrições orçamentárias como dificuldades enfrentadas.

Levando em conta os dados analisados, cabe fazer algumas considerações. Primeiramente, a Portaria UNIPAMPA n.º 1.164/2019 estabeleceu as metas específicas para o primeiro semestre, porém, ao entrar em vigência o PDI 2019-2023 já no segundo semestre, as metas não foram recalculadas, ou seja, as metas que, inicialmente, haviam sido estabelecidas para o período de um ano, tiveram apenas seis meses para serem executadas, explicando em parte a queda do desempenho no segundo semestre.

Também considerou-se as iniciativas que tinham metas estabelecidas para os referidos períodos, tirando do cálculo as iniciativas sem metas.

Diversos fatores, internos e externos afetaram o desempenho da Instituição tanto de forma positiva quanto negativa. As incertezas sobre

os aspectos orçamentários e financeiros tornam a gestão universitária um desafio ainda maior, o ambiente político e econômico também influencia o desempenho institucional.

A partir de 2019, iniciou-se o processo de cadastrar um plano de ação para cada iniciativa, ou seja, antes do final de 2019, cada gestor teve a possibilidade de planejar como desenvolver as iniciativas sob sua responsabilidade, deixando registrados esses planos para o ano seguinte.

5.3. Resultados das principais áreas de atuação ou operação

Os principais resultados da gestão estão demonstrados neste item, subdivididos entre as principais áreas de atuação da Universidade, ou seja, Graduação, Pesquisa e Pós-graduação, Extensão e Assistência Estudantil.



Graduação

Quantitativo

Diplomados

1025

Vagas ofertadas SiSU

3270

Ingressantes SiSU

2929

GRADUAÇÃO

A UNIPAMPA exerce seu compromisso por meio do ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa científica e tecnológica, extensão, cultura e gestão. Os cursos de graduação, oferecidos nas modalidades presencial e a distância, contemplam a formação nas grandes áreas do conhecimento (CNPq): Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Multidisciplinar, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

Para o cumprimento desse compromisso, as ações realizadas pela Universidade têm como referência a ampliação do acesso (oferta, preenchimento e ocupação de vagas), a permanência dos discentes e a qualidade dos cursos de graduação (formação docente, atualização curricular e avaliação interna – autoavaliação, acompanhamento dos egressos e avaliação institucional – e externa – autorização,

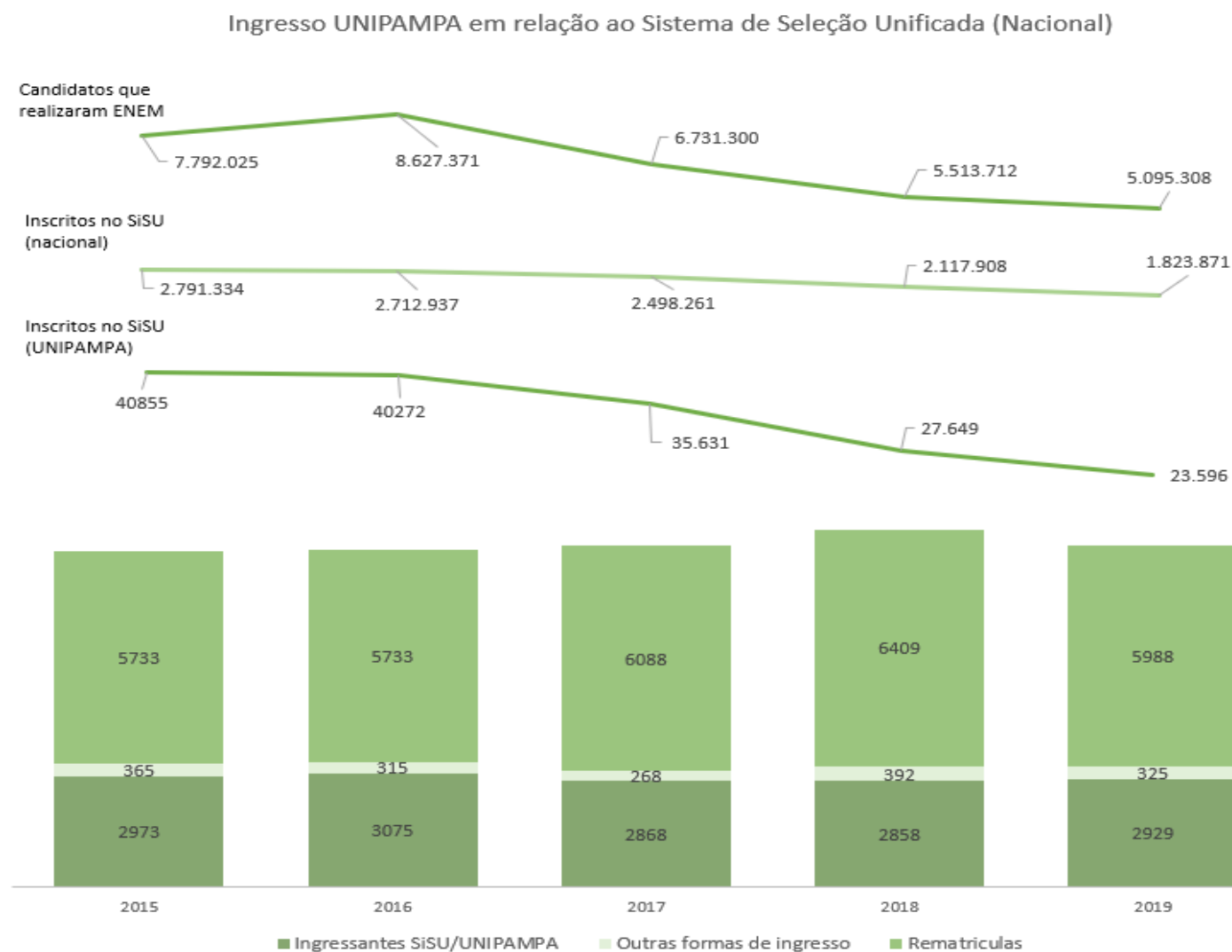
reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos, tendo em vista a integralização curricular e a diplomação dos discentes.

Ingresso na graduação

O ingresso em grande parte dos cursos de graduação (Figura 13) ocorre através de processos seletivos realizados de três formas distintas: SiSU, chamada por notas do ENEM e chamada por notas do ensino médio.

Outras formas de ingresso são realizadas por meio do Processo Seletivo Complementar nas modalidades de reingresso, portador de diploma, transferência voluntária e segundo ciclo de formação ou através de processos seletivos específicos, utilizados para editais para os cursos EaD, Educação do Campo e para ações afirmativas (indígenas aldeados, moradores de comunidades remanescentes de quilombos e fronteiriços). Esses editais são realizados para preenchimento de vagas ociosas com objetivo de garantir melhor utilização dos recursos humanos e de infraestrutura da Instituição.

Figura 13 – Evolução do número de inscritos no ENEM e no SiSU



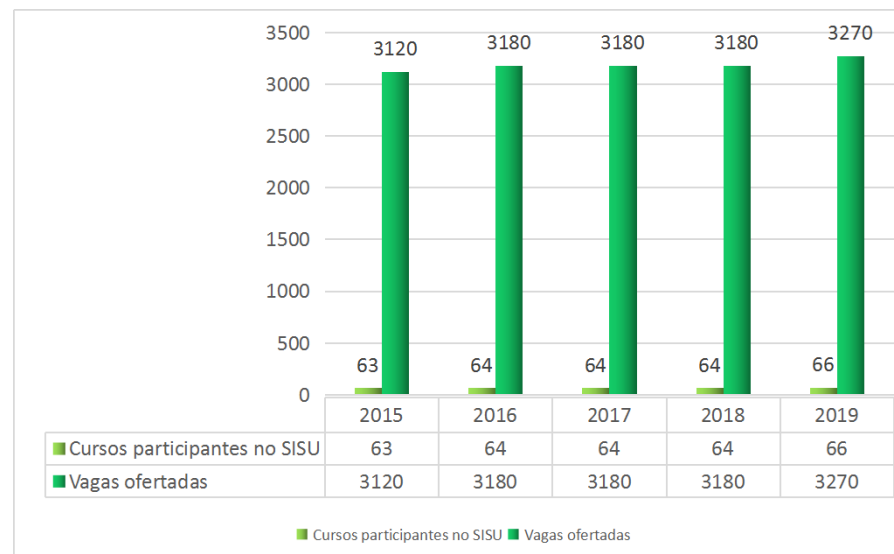
Fonte: PROGRAD.

Em 2019, a UNIPAMPA teve 23.596 inscritos no SiSU para concorrer às vagas ofertadas nos cursos de graduação. Diante dos dados de anos anteriores, observa-se menor número de inscritos, o qual pode ser relacionado, diretamente, ao número de inscritos no ENEM.

A Figura 14 expressa a evolução do número de vagas ofertadas no Processo Seletivo SiSU. Neste ano, a Universidade ofertou 3.270 (três mil, duzentos e setenta vagas) distribuídas em 64 cursos presenciais¹. Esse aumento no quantitativo de vagas demonstra o alinhamento das políticas de ingresso com as políticas de desenvolvimento da Universidade, com a oferta de 110 vagas em cursos novos (Direito, Letras: Espanhol e Literatura Hispânica e Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa), ampliação de 30 vagas no Curso de Agronomia e redução da oferta de 50 vagas de Letras Português e Espanhol (em extinção). Em relação aos demais cursos, a UNIPAMPA tem desenvolvido ações que visam a sua consolidação e são orientadas pelo eixo estratégico de excelência acadêmica do PDI. Os dados das Figuras 13 e 14 também demonstram que, embora a Universidade tenha aumentado o número de vagas ofertadas, o total de inscrições no SiSU vem diminuindo anualmente, o que, embora reflita um cenário nacional, indica a necessidade de a Instituição diversificar as formas de ingresso para além do SiSU bem como realizar outras ações para dar maior visibilidade aos cursos ofertados. Além disso, observa-se que também houve redução no número de rematrículas (matrículas de não ingressantes), totalizando 5.988, o que reitera a importância de ampliação das ações institucionais em prol da qualificação dos cursos e o acompanhamento dos discentes no processo de combate à evasão e à retenção.

O SiSU contabiliza 66 cursos, pois contabiliza os dois turnos de ingresso dos cursos de Administração e BICT.

Figura 14 – Número de cursos participantes do SiSU e vagas ofertadas



Fonte: PROGRAD.

Também fomenta-se a mobilidade acadêmica intrainstitucional e interinstitucional. Em 2019, houve adesão de 101 alunos. A Universidade disponibiliza vagas para alunos do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

Após a realização dos processos seletivos para ingresso de discentes, obtém-se a taxa de ocupação e o número de vagas ociosas, determinada a partir do número total de vagas do curso de graduação subtraído do total de alunos regulares e do total de estudantes do PEC-G e/ou matrícula de cortesia diplomática.

1

Ao observar as taxas de ocupação de vagas da Instituição, identifica-se uma média de 68%, sendo que se constata que os cursos de licenciatura têm taxas de ocupação de vagas inferiores à média, enquanto os da área da saúde apresentam taxas de ocupação superiores. A análise desses dados denota a necessidade de ampliação de políticas de investimentos nos cursos de licenciaturas, assim como do fortalecimento e de ações para maior participação de discentes em programas institucionais como o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de Residência Pedagógica (PRP), além do estudo da possibilidade de editais específicos de fomento à qualidade dos cursos da área licenciatura. Nesse sentido, a UNIPAMPA elaborou a Política Institucional de Formação de Professores da Educação Básica, aprovada pela Resolução CONSUNI n.º 267/2019, através da Comissão Institucional de Formação Educacional (CIFORME), instituída pela Portaria n.º 852/2018 (atualizada pela Portaria n.º 945/2019). A Universidade também tem incentivado os gestores dos cursos de bacharelado e tecnológicos para a divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas nas respectivas páginas institucionais, com o intuito de ampliar a visibilidade dos cursos na comunidade acadêmica e externa, contribuindo para a ocupação de vagas.

No cálculo da média da taxa de ocupação, foram contabilizados os dados referentes ao Curso de Letras Português e Espanhol (*Campus Jaguarão*) – o qual está em extinção e não tem ofertado vagas de ingresso – e dados referentes a cursos EaD (Administração Pública, Pedagogia, Letras Português e Geografia) ofertados pela UAB, que não ofertaram vagas em 2019 – o que depende da publicação de editais pelo MEC. A

oferta de vagas nos cursos citados poderia contribuir para o aumento do índice de ocupação das vagas ociosas.

Considerando os dados referentes às vagas ociosas, a Universidade, além da realização do Processo Seletivo Complementar, tem empreendido outras ações que visam à ocupação das vagas e à qualificação dos cursos de graduação, entre elas: a atualização das respectivas páginas institucionais, de modo a dar maior visibilidade aos cursos; incentivo à divulgação das boas práticas acadêmicas; disponibilização de recursos a partir de chamadas internas de apoio aos cursos; investimento em ações de formação e qualificação de servidores; acompanhamento nos processos de avaliação interna e externa; orientação nos processos de atualização curricular.

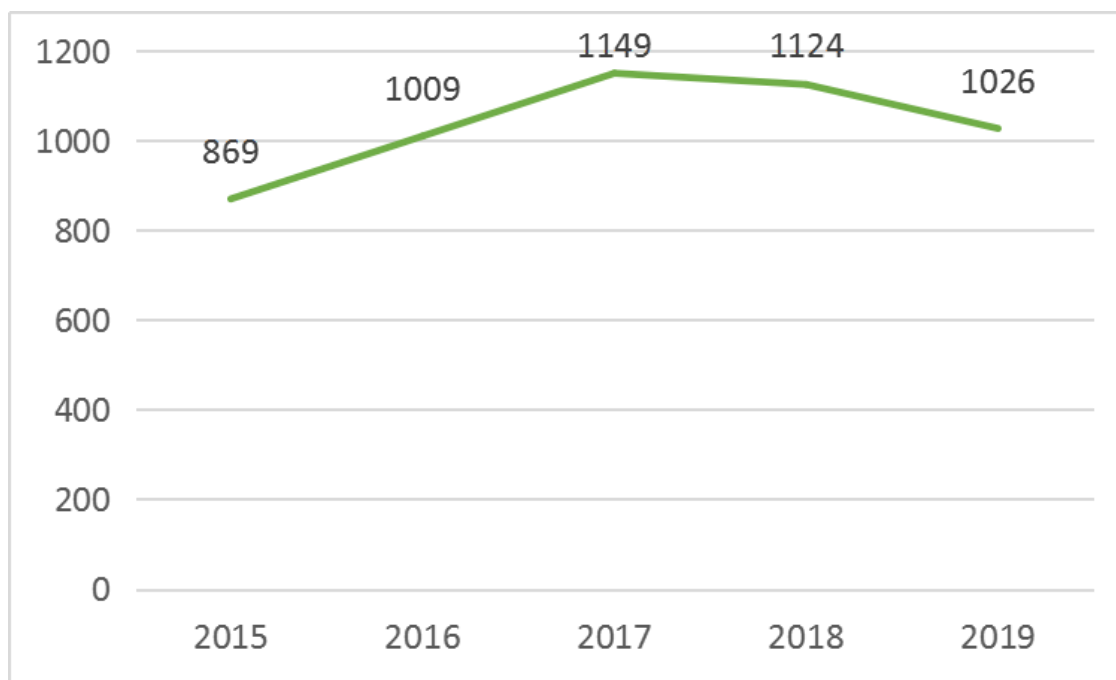
Além disso, foi aprovada a Resolução CONSUNI n.º 260/2019, a ser implantada em 2020, que prevê a possibilidade de ingresso para além do SiSU. Com essa resolução, processos seletivos específicos (por exemplo, nota do ENEM e do ensino médio) podem ser feitos concomitantemente ao ingresso via SiSU, garantindo que todos os ingressantes, independentemente da modalidade, estejam matriculados antes do início do semestre letivo.

Para além da ocupação das vagas, ações foram empreendidas com vistas a diminuir os índices de evasão e retenção nos cursos. Nesse contexto, destaca-se a constituição da Comissão Especial para Acompanhamento da Evasão e Retenção (CAER), da qual participam, atualmente, membros de todos os *campi* organizados em comissões locais. A Comissão tem trabalhado em três frentes: desenvolvimento de iniciativas locais e institucionais para combate a evasão e retenção;

elaboração de diagnósticos através de pesquisas para coleta de dados com discentes ingressantes e alunos regulares para identificação de componentes curriculares, semestres e cursos com maiores índices de evasão e retenção); elaboração do Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Evasão e Retenção, com ações institucionais a partir dos diagnósticos.

Além da ocupação das vagas, a Instituição tem realizado ações direcionadas à permanência dos acadêmicos e à conclusão do curso. Dessa forma, a cada semestre, a UNIPAMPA entrega à sociedade sujeitos comprometidos e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional. Esse compromisso materializa-se no número de estudantes diplomados pela Universidade.

Figura 15 – Evolução do número de alunos diplomados por ano.



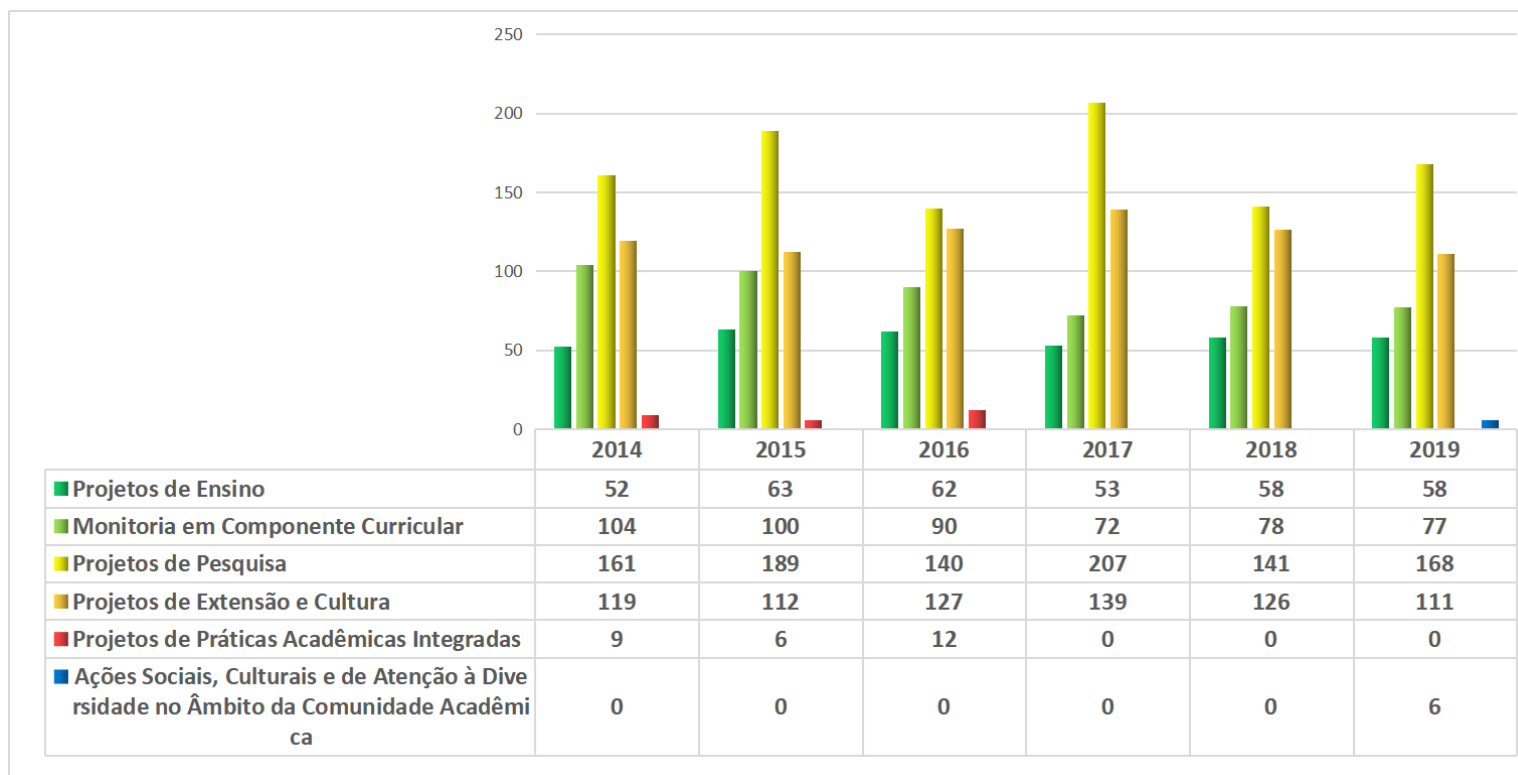
Fonte: PROGRAD.

A UNIPAMPA completou, em 2019, onze anos de história. Dos 69 cursos ofertados nesse ano, 60 integralizaram a carga horária total e têm diplomado acadêmicos, conforme dados da Figura 15, referente ao período de 2015 a 2019.

Apoio à permanência dos acadêmicos

Fator relevante na garantia da excelência acadêmica, diante dos dados de ingresso à graduação (oferta, preenchimento e ocupação de vagas), a realização de ações contribuem para a permanência dos acadêmicos e oportunizam seu desenvolvimento educacional, entre as quais se destacam os programas institucionais desenvolvidos em 2019.

Figura 16 – Evolução do PDA



Fonte: PROGRAD

Segundo a Resolução n.º 208/2018, o PDA caracteriza-se como política institucional de fomento de atividades acadêmicas no contexto da graduação, com os principais objetivos: promoção de boas práticas acadêmicas; melhoria contínua do desenvolvimento acadêmico e redução dos índices de evasão e retenção, assim como formação sociocultural, artística e de atenção à diversidade.

A Figura 16 demonstra a evolução do quantitativo de bolsas e pouca variação no número de projetos aprovados, exceto nas modalidades de ensino e monitoria em componente curricular de graduação, que apresentam redução, o que pode ser atribuído à diminuição no interesse dos discentes em concorrer às bolsas devido ao baixo valor. A modalidade “Projetos de Práticas Acadêmicas Integradas” não foi contemplada nos editais publicados em 2017 e 2018. A Resolução n.º 208/2018 não prevê essa modalidade, mas contempla a de “Ações

sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade acadêmica”.

Com o objetivo de oportunizar aos discentes espaços de práticas profissionais e oportunidades de permanência, assim como fortalecer os cursos de licenciatura, como já mencionado, a Instituição aderiu ao PIBID e PRP, que visam a proporcionar aos discentes dos cursos de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que estão inseridas. Outro programa institucional é o PET, que, através de ações coletivas e de caráter interdisciplinar, visa à formação de um cidadão com ampla visão do mundo e responsabilidade social. A Figura 17 demonstra o quantitativo de bolsas disponibilizadas para discentes e docentes nos três programas.

Figura 17 – Quantitativo de bolsas dos programas institucionais

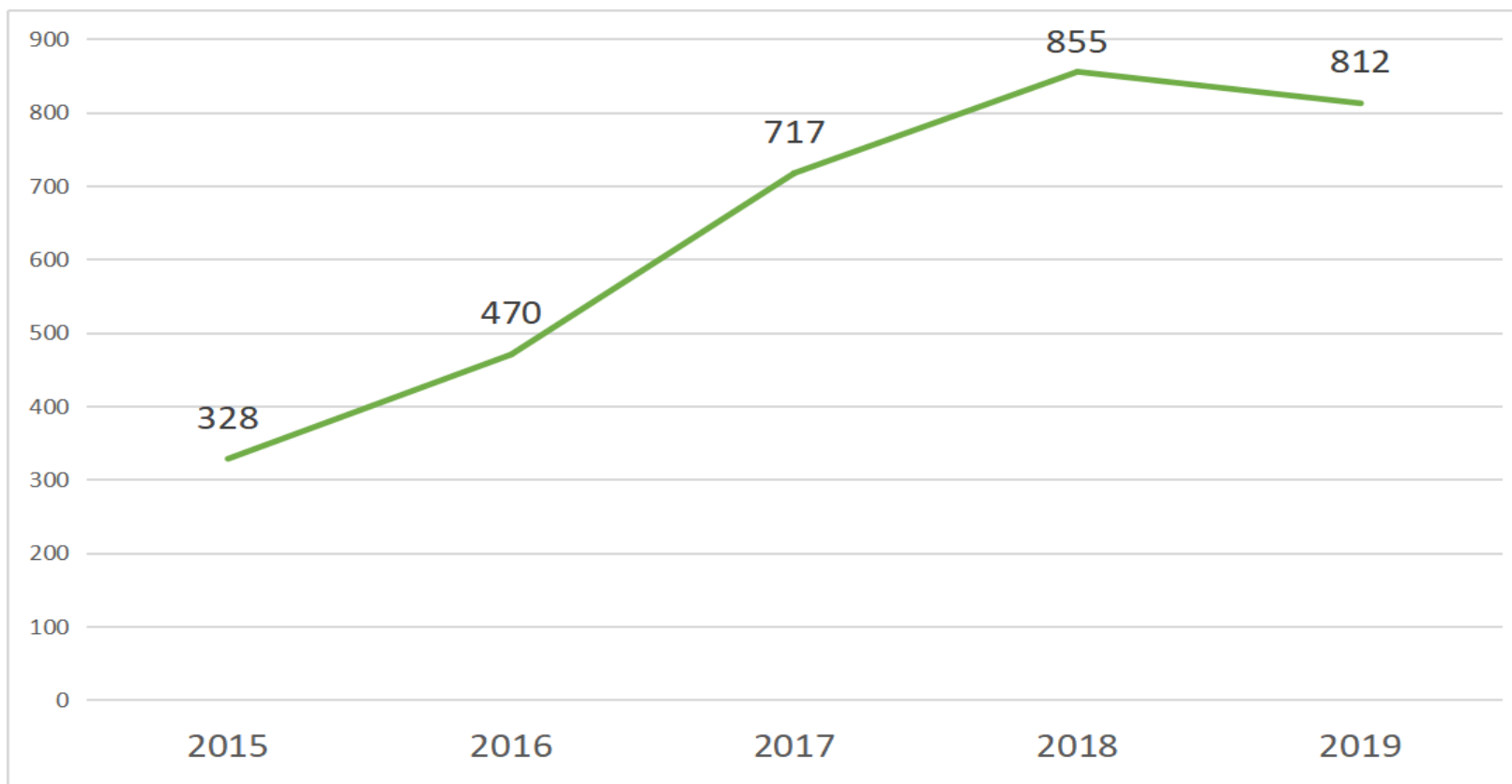


Fonte: PROGRAD.

Tendo em vista a inserção dos acadêmicos na realidade de atuação profissional, em consonância com o perfil do egresso expresso no PDI, além dos programas institucionais, destacam-se o apoio à realização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios pelos acadêmicos bem como a participação em atividades de prática como componente curricular

(cursos de licenciatura) e das práticas profissionais previstas na organização curricular do PPC conforme a formação profissional e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação. A Figura 18 demonstra a evolução no quantitativo de convênios de estágios.

Figura 18 – Evolução do número de convênios de estágio vigentes.



Fonte: PROGRAD.

Com o objetivo de contribuir para a permanência dos estudantes na Instituição, foram aprovadas a Resolução CONSUNI n.º 240/2019, referente ao tempo máximo de integralização curricular dos cursos de graduação; a Resolução CONSUNI n.º 249/2019, que trata das licenças e dos afastamentos acadêmicos. Além disso, está em tramitação a resolução que institui percursos formativos flexíveis para estudantes com deficiência e garante a acessibilidade pedagógica nos cursos de graduação. Para além disso, ao longo de 2019, foram realizadas chamadas internas com vistas a apoiar a proposição de cursos de nivelamento, com foco nos componentes curriculares de maior retenção. Essas chamadas ampliam o número de bolsas voltadas aos discentes, colaborando para a permanência dos estudantes e o combate à evasão e à retenção.

A qualidade do ensino na graduação

O acompanhamento da qualidade do ensino na graduação considera a relação entre ações de planejamento, desenvolvimento, avaliação e formação dos professores, tendo em vista os desafios do contexto institucional e os índices de ocupação de vagas e de diplomação.

Assim sendo, a Universidade realiza ações de planejamento e acompanhamento aos cursos de graduação, atuando nas orientações para revisão de projetos político-pedagógicos de curso (PPCs), considerando os resultados de processos avaliativos e a importância da atualização dos currículos em relação ao mundo do trabalho e a novas normativas. Em 2019, o trabalho de revisão de PPCs contemplou 13 cursos presenciais e a distância, com a emissão de 30 pareceres, dos quais três eram propostas de cursos novos.

Também foram realizadas diversas ações articuladas entre PROGRAD e PROEXT, tendo em vista a inserção da extensão nos cursos de graduação, conforme Resolução CNE/CES n.º 07/2018. Entre as ações, foi elaborado um planejamento para os próximos dois anos, com a organização de um cronograma para envio dos PPCs para revisão. Além disso, foi elaborada a minuta de resolução institucional.

Decorrente do acompanhamento sistemático do desenvolvimento acadêmico dos cursos, a avaliação e a autoavaliação de cursos são fatores relevantes na garantia da qualidade dos cursos de graduação, através de processos internos (autoavaliação e avaliação institucional) e externos, desenvolvidos pelo INEP, cujos resultados são denotativos da qualidade no âmbito da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura, possibilitando que a Instituição, na sua totalidade, analise suas potencialidades e fragilidades.

Dessa forma, o cálculo e a divulgação do CPC ocorrem no ano seguinte ao da realização do ENADE, para os cursos que têm, pelo menos, dois concluintes participantes no exame. O quadro a seguir apresenta os resultados relativos ao CPC 2018, divulgados em 2019. O ENADE 2018 avaliou cursos vinculados ao Ano III do ciclo avaliativo – cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e áreas afins; cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento Ciências Humanas e áreas afins que não tenham cursos também avaliados no âmbito das licenciaturas; e cursos superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

Quadro 6 – CPC dos cursos referente a 2018.

Nome do Curso	Grau	Modalidade	CPC
Administração*	bacharelado	presencial	4
Ciências Econômicas*	bacharelado	presencial	4
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda*	bacharelado	presencial	4
Gestão Pública*	bacharelado	presencial	4
Jornalismo*	bacharelado	presencial	3
Relações Internacionais*	bacharelado	presencial	3
Serviço Social*	bacharelado	presencial	4
Média CPC			3,71

Fonte: PROGRAD.

Observa-se no quadro 6 que a média de avaliação atingiu 3,71 pontos em uma dimensão de até 5 pontos. Esse dado demonstra que a Instituição deve ampliar as ações de formação dos gestores dos cursos, de preparação dos discentes para a participação na prova do ENADE e a análise dos resultados obtidos, tendo em vista a qualificação dos cursos e a melhoria dos conceitos.

Em 2019, foram abertos dois processos de reconhecimento de curso, bem como ocorreram visitas *in loco* para reconhecimento dos seguintes cursos, os quais obtiveram os conceitos de curso (CC): Direito (Santana do Livramento) 5 e Educação do Campo (Dom Pedrito) 5;

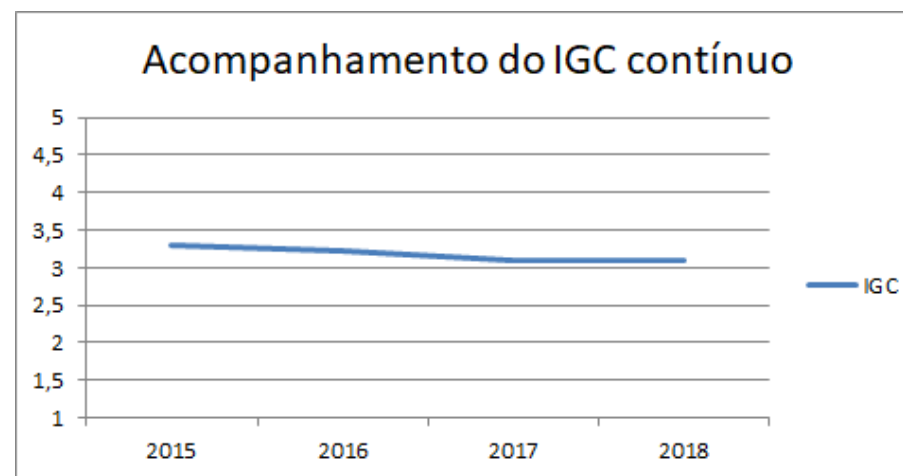
enquanto no processo de renovação de reconhecimento, Biotecnologia (São Gabriel) recebeu CC 4 e Gestão de Turismo (Jaguarão) 5.

Ainda com relação à avaliação externa, em 2019, foram abertos os processos de renovação de reconhecimento de sete cursos, os quais receberam visita *in loco* porque não têm diretrizes curriculares nacionais (não participam do ENADE) ou têm CPC abaixo de 3 (três).

Também, no processo de regulação de cursos, em 2019, foram protocolados processos de autorização para abertura de dois cursos novos.

Os resultados obtidos pelos cursos de graduação compõem o IGC, calculado anualmente (com divulgação no ano subsequente) e leva em consideração a média do CPC e dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, atribuídos pela CAPES. Para 2018, o IGC manteve-se com o valor faixa 4,0 e valor contínuo 3,1038.

Figura 19 – IGC contínuo de 2015 a 2018.



Fonte: PROGRAD

Em 2019, a Universidade realizou diversas ações para a melhoria dos índices de avaliação externa e interna, envolvendo a formação e capacitação de gestores para preparação e acompanhamento da avaliação, tendo em vista a qualificação dos processos e melhoria dos índices. Também encontra-se em desenvolvimento o projeto-piloto do Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), cuja minuta de resolução está em tramitação.

Os processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação ocorrem de modo vinculado à formação docente, buscando a qualificação contínua do ensino e da gestão universitária. Assim sendo, a Universidade compreende que a formação do corpo docente reflete na qualidade do ensino oferecido e, conseqüentemente, na ocupação de vagas, permanência dos discentes e diplomação, tendo em vista a excelência acadêmica.

Dessa forma, a Universidade ofertou aos docentes da Instituição ações de formação continuada, presenciais e a distância, em diversas áreas de atuação na Universidade. Entre estas ações, foram realizadas: pesquisa das demandas de formação com os servidores; promoção de espaços de reflexão e debate sobre as práticas docentes e de gestão acadêmica; socialização de ações e de práticas inovadoras desenvolvidas pelos docentes nas diversas áreas de atuação na Universidade; realização de atividades que promovem a interação, a atualização e aprofundamento nas áreas de conhecimento específicas dos docentes, contribuindo para a atuação na sala de aula universitária e na gestão acadêmica.

Para além das ações formativas, em 2019, foram realizados o Fórum das Ciências Sociais e Sociais Aplicadas e o Fórum das Agrárias.

Como inovação, neste ano, a maioria das ações de formação continuada tiveram transmissão simultânea para todas as unidades da Instituição, ampliando o número de participantes e reduzindo custos.

Além de constituírem-se como espaços de valorização da docência e de seu aperfeiçoamento, as ações formativas também promovem a qualificação da articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e da oferta da Educação a Distância (Fórum EaD), dentre outros. Nesse sentido, é importante mencionar a aprovação da Resolução CONSUNI n.º 273/2019 referente ao Programa de Formação Docente dos Integrantes da Carreira do Magistério Público Superior, o qual institucionaliza as ações de formação para servidores ingressantes, permanentes e gestores.

Desafios e perspectivas

Entre os desafios atuais, está o combate aos altos índices de evasão e retenção. Segundo o Relatório Andifes (2018), a evasão de estudantes é um fenômeno complexo e comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Diante desse cenário, foi constituída pela UNIPAMPA a Comissão Especial para Acompanhamento da Evasão e Retenção (CAER), a qual tem realizado estudos que visam a identificar o contexto das taxas de evasão e retenção dos cursos de graduação; os fatores internos e externos que contribuem para a ocorrência do fenômeno, considerando as peculiaridades dos cursos e dos *campi*; definir e desenvolver a metodologia de coleta de dados e de trabalho; estabelecer estratégias de ação voltadas à redução dos índices, a serem institucionalizadas através do Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Evasão e Retenção.

Como pode ser observado na Figura 20, o fenômeno da evasão e da retenção faz parte de um ciclo que precisa ser enfrentado por meio

do desenvolvimento de uma série de ações institucionais com vistas à redução da incidência de retenção e evasão nesse contexto. Entre essas ações, destacam-se o fortalecimento do apoio aos discentes no processo de ingresso e na consolidação das políticas, programas e projetos institucionais em busca da permanência e do engajamento dos estudantes; a formação docente para a atualização e qualificação dos cursos (currículos), bem como a UNIPAMPA deve estar atenta às perspectivas da comunidade acadêmica acerca dos processos e dos cursos, considerando as realidades e os contextos emergentes.

Figura 20 – Elementos relacionados à evasão e a retenção



Fonte: PROGRAD.

Além do fenômeno da evasão e da retenção, há uma série de outros desafios institucionais, como a necessidade de aperfeiçoamento das tecnologias de comunicação e informação tendo em vista o uso eficiente das mídias para o encurtamento de distâncias entre os *campi* e a otimização de recursos; ampliação dos valores das bolsas do PDA, de modo a incentivar a participação discente; maior articulação com os setores da Reitoria e com as equipes gestoras dos *campi*, tendo em vista o engajamento de todos para a qualificação dos processos e dos cursos em prol da obtenção de melhores resultados de avaliação interna e externa; o fortalecimento das ações de acompanhamento das condições de permanência dos discentes, com a criação do Programa de Acolhimento Psicossocial, em conjunto com a PRAEC; planejamento de ações com a PROGEPE direcionadas à promoção da saúde da comunidade acadêmica; fomento e proposição de ações de formação continuada em articulação com as comissões de ensino (subcomissões de formação docente) dos *campi* e o NUDEPE, as quais possibilitem a interação do coletivo docente e de técnicos administrativos no contexto da *multicampia*; e a orientação para a revisão dos PPCs no processo de implantação das atividades de extensão nos currículos dos cursos (em conjunto com a PROEXT), de atualização da legislação e de adequação dos PPCs e das páginas às condições de acessibilidade.



Pesquisa e Pós-Graduação

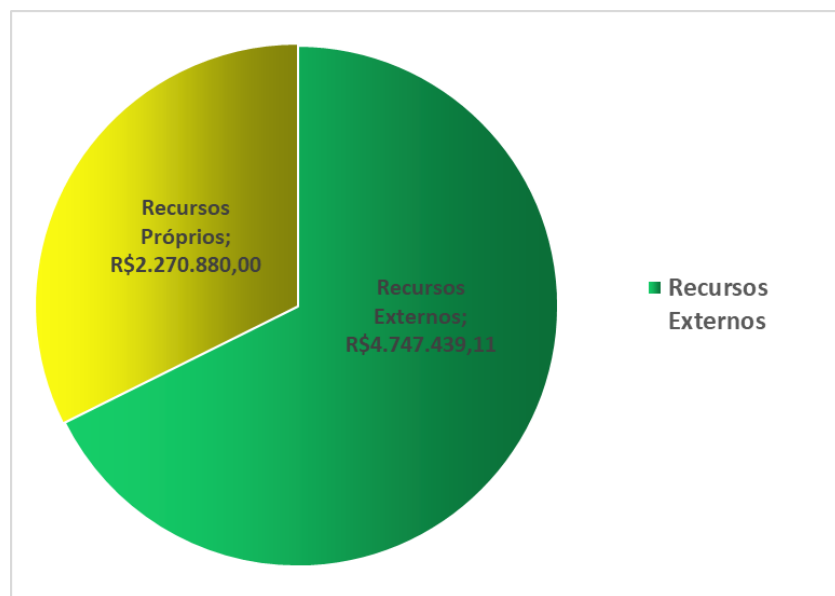
Quantitativo

Orçamento executado pela área	R\$7.018.319,11
Bolsas de Iniciação Científica e tecnológica	404
Patentes e registros	4
Egressos Lato sensu	350
Novos mestres	122
Novos doutores	9

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Em 2019, com o objetivo de incentivar a pesquisa científica, tecnológica e em inovação, além do desenvolvimento dos programas de pós-graduação, foram desenvolvidas ações para atender as políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação previstas no PDI. Essas ações foram planejadas e, em sua maioria, o fomento viabilizado por meio de Chamadas Internas ou Editais. Além dos recursos oriundos do orçamento da UNIPAMPA, foram captados recursos externos de órgãos de fomento, como FINEP, CAPES, CNPq e FAPERGS. A Figura 21 apresenta o orçamento executado na área em 2019.

Figura 21 – Orçamento executado na área em 2019.



Fonte: PROPPI.

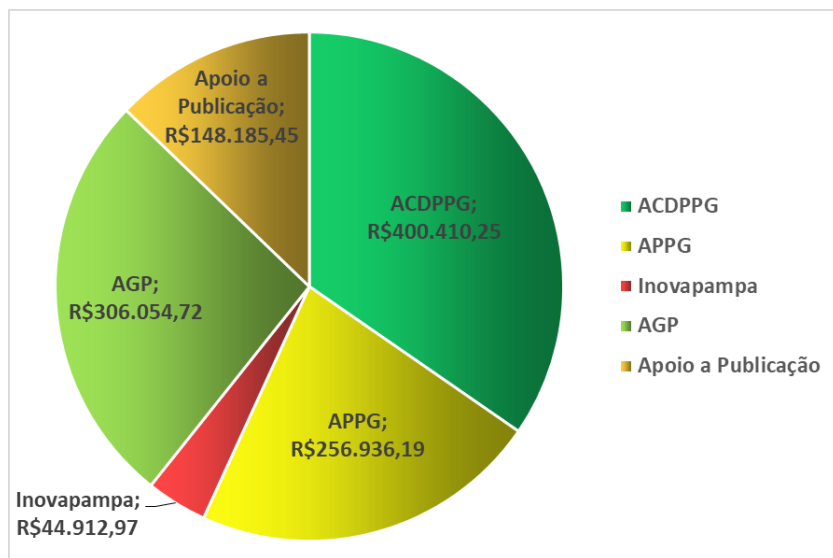
Para executar as ações planejadas em 2019, ao todo, foram publicadas dezoito chamadas internas e seis editais. A Chamada Interna de Apoio a Grupos de Pesquisa (AGP) contemplou 39 grupos de pesquisa da Universidade, e foi executado o valor de R\$ 306.054,72 investidos na aquisição de material de consumo, manutenção de equipamentos para pesquisa científica e tecnológica, diárias e passagens para saídas de campo e missões de pesquisa. Esse montante foi inferior ao de 2018 em, aproximadamente, 38%. Essa redução ocorreu devido ao contingenciamento orçamentário que a Universidade teve por parte do MEC.

As Chamadas Internas de Apoio a Programas de Pós-graduação (APPG) e Apoio ao Desenvolvimento dos Cursos de Doutorado pertencentes aos programas de pós-graduação *stricto sensu* (ACDPPG) forneceram recursos de capital e custeio, para aquisição e manutenção de equipamentos para pesquisa e aquisição de material de consumo. A Chamada APPG concedeu um total de recursos no valor de R\$ 256.936,19. Já a Chamada ACDPPG totalizou um montante de R\$ 400.410,25. Este total de mais de R\$ 650 mil foi superior ao recurso repassado aos PPGs em 2018. Isso foi possível porque, após o descontingenciamento orçamentário de outubro, redirecionaram-se os recursos aos PPGs da Instituição, buscando fortalecer tanto os cursos quanto a pesquisa científica.

A UNIPAMPA, assim como nos últimos anos, continuou a incentivar o financiamento para publicação de artigos científicos em periódicos indexados por meio de duas chamadas internas. Essas chamadas destinaram-se ao pagamento dos custos de publicação de artigos em periódicos nacionais e internacionais de livre acesso (*open access*). As publicações podem ser acessadas sem custo, aumentando a

probabilidade de citação e a disseminação do conhecimento científico e melhorando a inserção na sociedade das pesquisas realizadas na UNIPAMPA. Em 2019, foram publicados 19 artigos, sendo dois em periódicos nacionais e 17 em periódicos internacionais, com custo total de R\$ 148.185,45. Na Figura 22, são apresentados os valores investidos nas chamadas internas realizadas em 2019.

Figura 22 – Distribuição dos recursos nas chamadas internas publicadas em 2019.

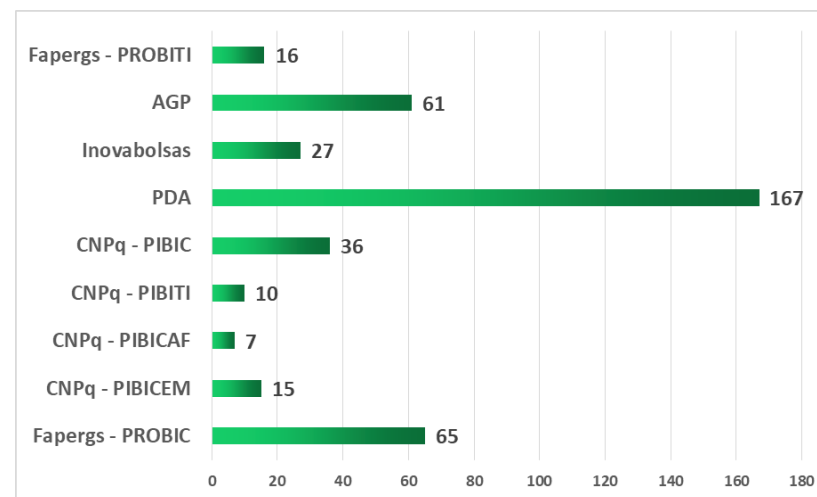


Fonte: PROPPI.

Nas chamadas internas, aproximadamente 60% do recurso foi destinado aos PPGs, e houve o apoio a grupos de pesquisa, além do apoio a publicações e ações específicas de estímulo à inovação. Todas estas chamadas visam a atender os objetivos do PDI no eixo da pesquisa, pós-graduação e inovação.

Com relação às bolsas de iniciação científica e tecnológica, foram concedidas aos alunos de graduação 404 bolsas: 255 oriundas do recursos da UNIPAMPA, 68 provenientes do CNPq e 81 da FAPERGS. A Figura a seguir apresenta o quantitativo de bolsas de cada edital.

Figura 23 – Quantitativo de bolsas de iniciação científica e tecnológica com financiamento interno e externo.



Fonte: PROPPI.

Em relação às ações de inovação, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) protocolou, em 2019, o registro de duas patentes e dois programas de computador e recebeu mais sete pedidos de patentes e dois registros de programas de computador orientados quanto à redação e documentação necessária para registro. Isso representou um acréscimo de 400% em relação ao número de pedidos que chegam ao NIT, quando comparado aos anos anteriores (2015-2018), no qual, em média, recebia-se três pedidos. Foi também iniciado o processo de construção da política de inovação. Um marco importante foi o

lançamento do Edital n.º 477/2019 de fluxo contínuo, para que possam ser realizadas as transferências das tecnologias desenvolvidas na Universidade. O aumento no número dos pedidos de registros e patentes deveu-se ao trabalho inovador de aproximação do NIT dos *campi* e dos PPGs para a captação de potenciais propostas inovadoras resultantes de dissertações e teses desenvolvidas na UNIPAMPA.

Quanto às ações de fomento e incentivo à inovação, a Chamada Interna de Apoio à Inovação – INOVAPAMPA 2019 contemplou cinco projetos, totalizando R\$ 48.919,26 com despesas de custeio. Já a Chamada INOVABOLSAS ofertou 27 (vinte e sete) bolsas de inovação tecnológica, totalizando R\$ 41.760,00. Essa foi a primeira chamada exclusivamente para financiamento de bolsas para iniciação tecnológica promovida pela Instituição.

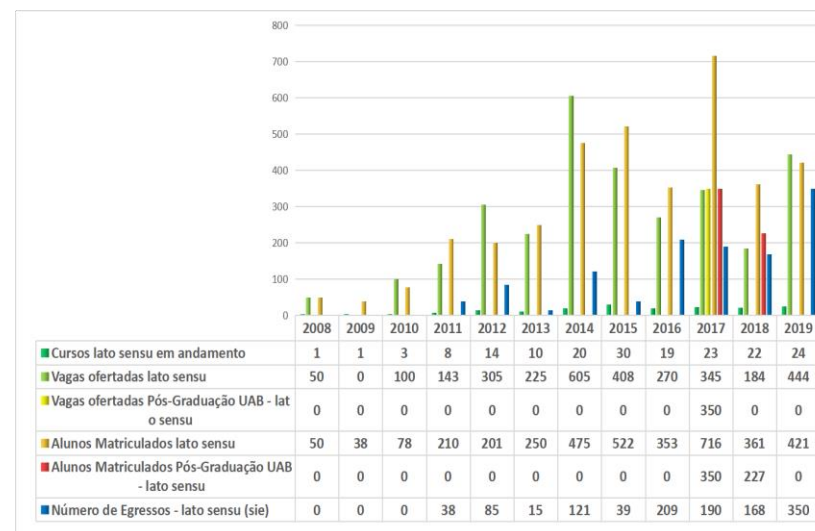
Em relação à pós-graduação *stricto sensu*, três novos cursos foram ofertados em 2019 (Mestrado Profissional em Engenharia de Software; Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais; Doutorado em Ciência Animal), totalizando 25 cursos.

Buscando o crescimento da pós-graduação, estão em andamento a análise das chamadas 15 e 16/2019 para apresentação de novos cursos *stricto sensu*, nas quais foram apresentadas quatro propostas em análise, para submissão à CAPES em 2020.

No âmbito dos cursos *lato sensu*, foi realizada Chamada Interna 2019, com quatro cursos submetidos e aprovados. Outros quatro cursos tiveram parecer favorável para oferta de nova edição. Em relação às chamadas para cursos a distância, foram submetidas nove propostas de cursos de especialização, os quais foram aprovados no âmbito institucional e, posteriormente, submetidos à validação pela CAPES, cuja avaliação foi positiva. No entanto, como não houve repasse de recursos financeiros pela CAPES, eles não foram ofertados.

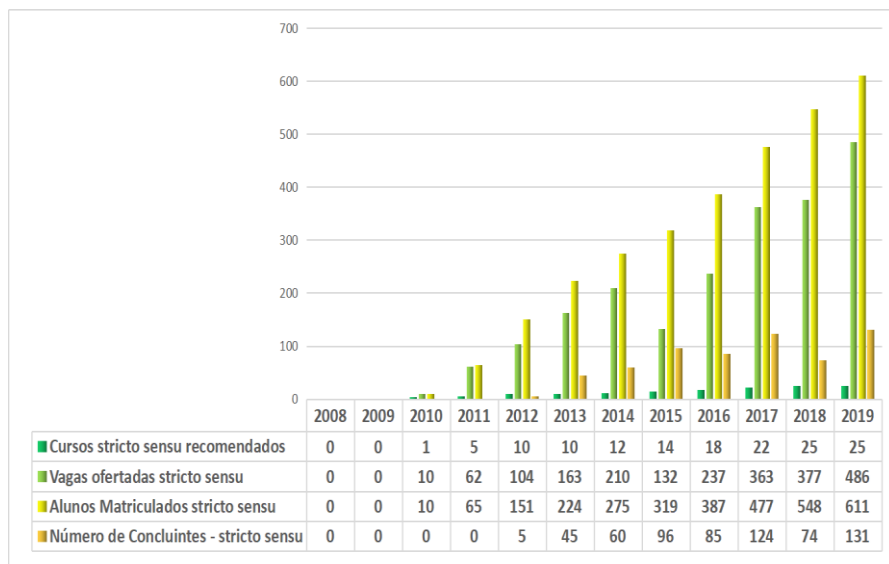
As figuras seguintes demonstram a evolução nos cursos de pós-graduação, tanto *lato* quanto *stricto sensu*. A pós-graduação é consolidada gradualmente, o que é demonstrado pelo aumento do número de cursos e aumento do número de egressos. Há a preocupação com a diminuição da evasão dos discentes. Os números da evasão discente têm sido influenciados negativamente, em parte, pela política de bolsas adotada pelas agências de fomento. Esse fomento aos discentes torna-se imprescindível para que eles possam se manter e, conseqüentemente, desenvolver suas atividades perante os PPGs, em especial, quando se leva em consideração as características socioeconômicas da região de abrangência da Universidade.

Figura 24 – Evolução dos cursos *lato sensu*.



Fonte: PROPPI.

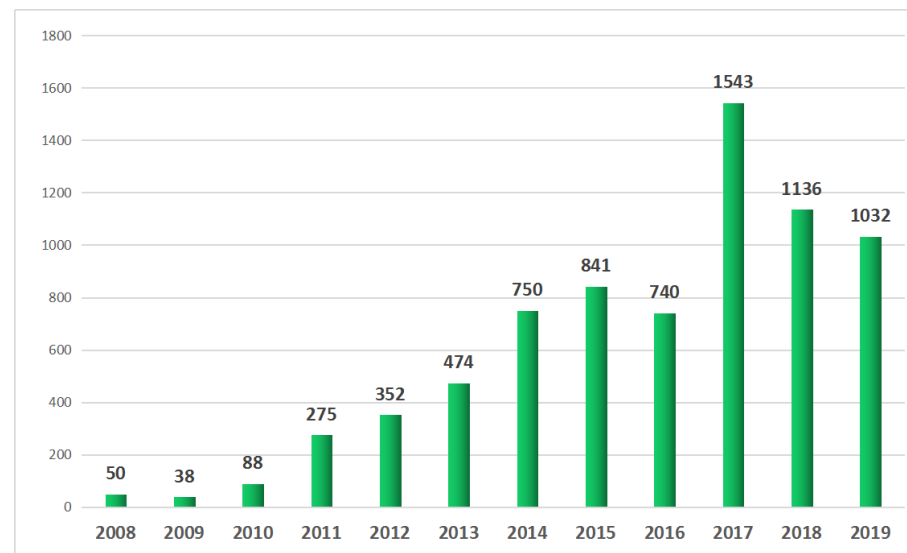
Figura 25 – Evolução dos cursos *stricto sensu*.



Fonte: PROPPI.

Em 2019, devido ao bloqueio orçamentário por parte da CAPES, os PPGs da UNIPAMPA ficaram impossibilitados de cadastrar novos bolsistas, refletindo um bloqueio/congelamento de 25% nas cotas de bolsas. Esse cenário impacta, diretamente, a qualidade das pesquisas, uma vez que alunos não bolsistas não têm garantia de dedicação exclusiva às suas atividades científicas. Como consequência do cenário nacional negativo, houve diminuição da procura de alunos e, conseqüentemente, do número de inscrições nos processos seletivos, principalmente devido às medidas de contingenciamento orçamentário e do cenário nacional de enfrentamento do MEC com as universidades públicas, conforme pode ser visto na Figura a seguir.

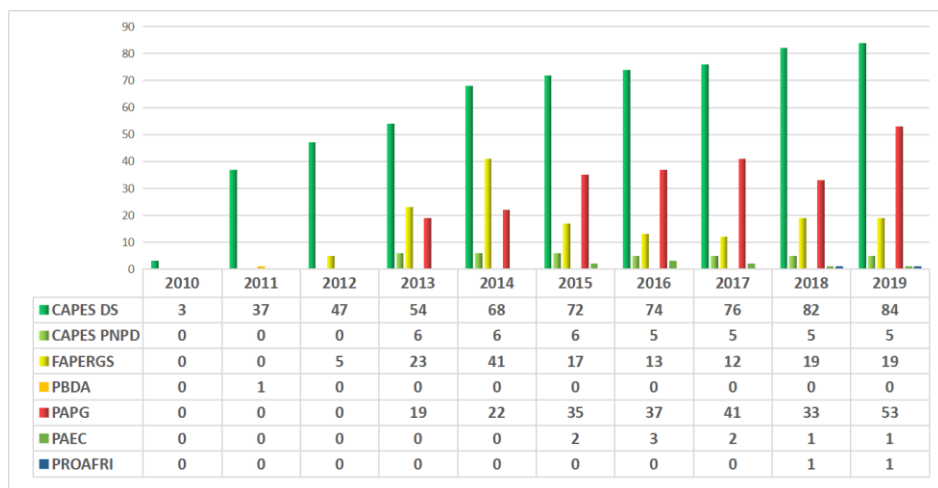
Figura 26 – Evolução dos alunos da pós-graduação.



Fonte: PROPPI.

Com a finalidade amparar e apoiar aos discentes dos programas de pós-graduação, inclusive àqueles de cursos de mestrado profissional, que não têm qualquer subsídio da CAPES, a Instituição implantou a partir de 2013, o Programa de Auxílio à Pós-graduação (PAPG). Em 2019, foi publicada uma nova chamada válida por 24 meses que proporcionou um aumento de 38% em relação à chamada anterior. A Figura 27 apresenta os auxílios e bolsas destinados aos discentes da pós-graduação.

Figura 27 – Evolução de auxílios e bolsas destinados aos discentes da pós-graduação.

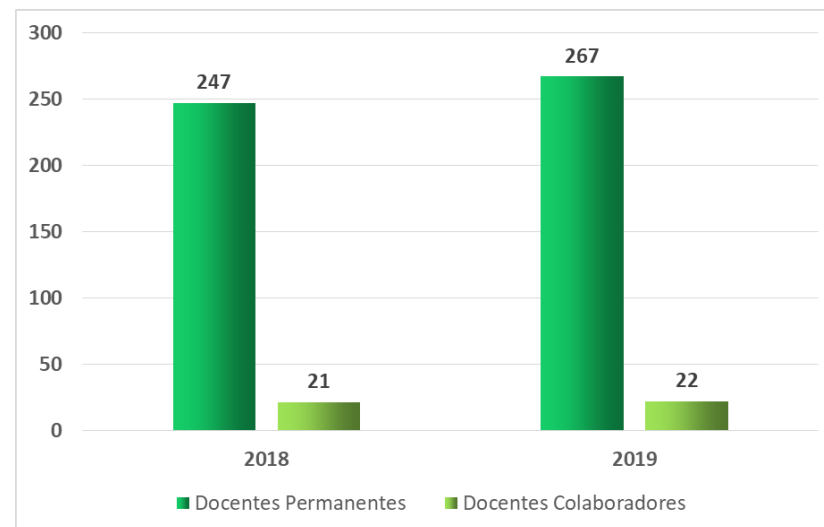


Fonte: PROPPI.

Outra ação iniciada em 2019, voltada aos discentes dos cursos de pós-graduação, foi o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), em ação conjunta da PROGRAD e PROPPI, para, através da realização de pesquisas com os egressos, estabelecer ações de melhoria nos cursos e programas da Instituição.

Em relação ao número de docentes envolvidos em cursos de pós-graduação, houve aumento de 7,5% no número de docentes permanentes de 2018 para 2019, respectivamente, e de 4% no número de docentes colaboradores no mesmo período analisado.

Figura 28 – Docentes envolvidos com os cursos de pós-graduação.



Fonte: PROPPI.

No quadro 7, são apresentados os valores recebidos da CAPES para manutenção dos PPGs.

Quadro 7 – Valores dos recursos da CAPES recebidos para manutenção dos cursos de pós-graduação.

	PROAP-PNPD/CAPES	Pró-equipamentos	Bolsas Demanda Social	Bolsas PNPD
2011	90.008,00	354.235,00	145.200,00	0
2012	167.200,00	353.928,00	637.200,00	0
2013	200.200,00	373.846,42	843.000,00	16.400,00
2014	226.600,00	394.368,36	918.300,00	200.900,00

2015	270.600,00	0,00	1.259.900,00	205.000,00
2016	106.359,50	0,00	1.388.800,00	229.600,00
2017	141.916,60	0,00	1.510.800,00	221.400,00
2018	137.256,09	0,00	1.600.800,00	246.000,00
2019	140.546,99	0,00	1.764.000,00	246.000,00

Fonte: PROPPI.

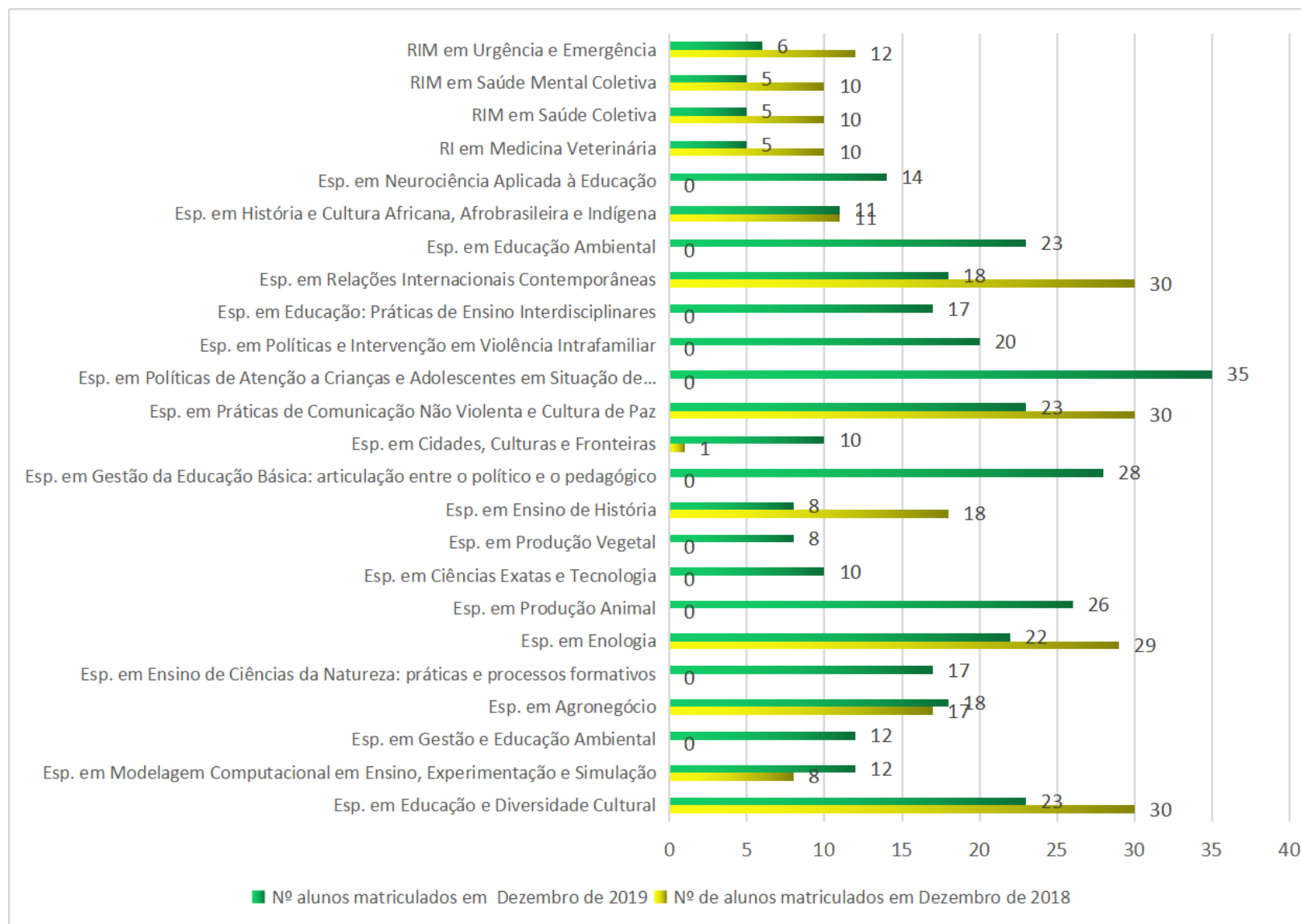
Conforme quadro anterior, observa-se a diminuição dos recursos provenientes do PROAP-PNPD a partir de 2016, e, a partir de 2015, não

foram repassadas verbas do Edital Pró-equipamentos. Por outro lado, o investimento em bolsas apresentou aumento, devido ao aumento do número de cursos e, conseqüentemente, de cotas de bolsas. Mesmo com os cortes orçamentários, os programas conseguiram se manter e realizar as suas atividades, tendo em vista o esforço de investimento da Instituição na captação de recursos proveniente de fontes externas.

Cursos de pós-graduação *lato sensu*

A figura 29 apresenta os dados dos cursos de especialização em andamento.

Figura 29 – Comparação do número de alunos matriculados por curso de especialização em 2018-2019.



Fonte: PROPPI.

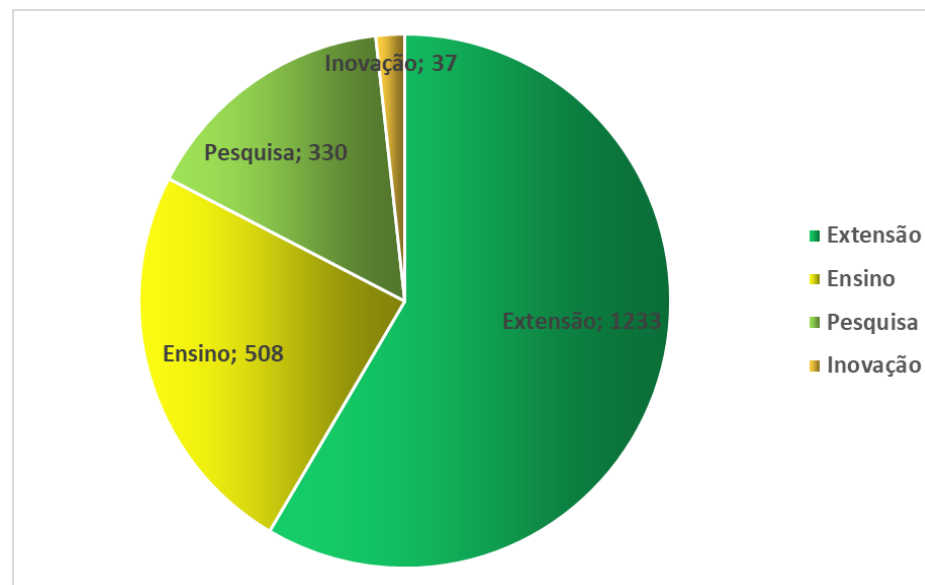
Nota-se uma diminuição do número de alunos matriculados em cursos de especialização de 2018 para 2019. Essa variação é cíclica e depende da oferta de cursos no período.

11º SIEPE

O 11º SIEPE da UNIPAMPA, realizado de 22 a 24 de outubro de 2019, contou com a participação de, aproximadamente, 3.400 pessoas, tanto brasileiros quanto uruguaios nas cidades de Santana do Livramento/Rivera, fronteira do Brasil com o Uruguai. O 11º SIEPE teve a sua organização conjunta entre IFSul (Instituto Federal Sul-rio-grandense), UTEC (Universidad Tecnológica /Uruguay), UDELAR/CUR (Universidad de la República del Uruguay/Centro Universitario de Rivera), UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul), com o apoio da Prefeitura Municipal de Santana do Livramento e da Intendência Departamental de Rivera, com o tema “Educação e ciência para o desenvolvimento sustentável”.

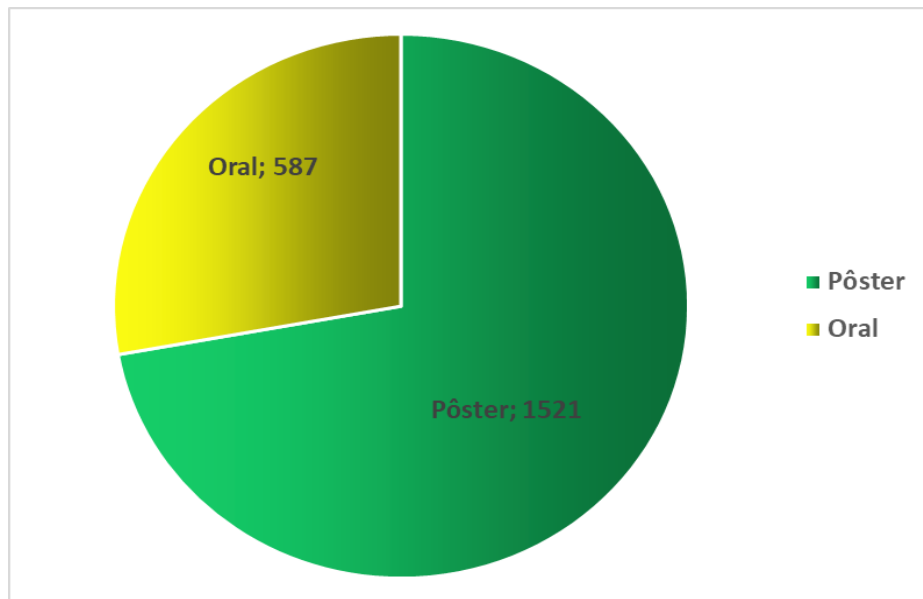
Foram submetidos 2.108 trabalhos, distribuídos nas categorias ensino (508), pesquisa (330), inovação (37) e extensão (1.233), apresentados na modalidade oral (587) e pôster (1521). E foram realizadas 14 oficinas. Esses dados podem ser observados nas figuras seguintes.

Figura 30 – Distribuição das inscrições por área no SIEPE 2019.



Fonte: PROPPI.

Figura 31 – Distribuição das inscrições por modalidade no SIEPE 2019.

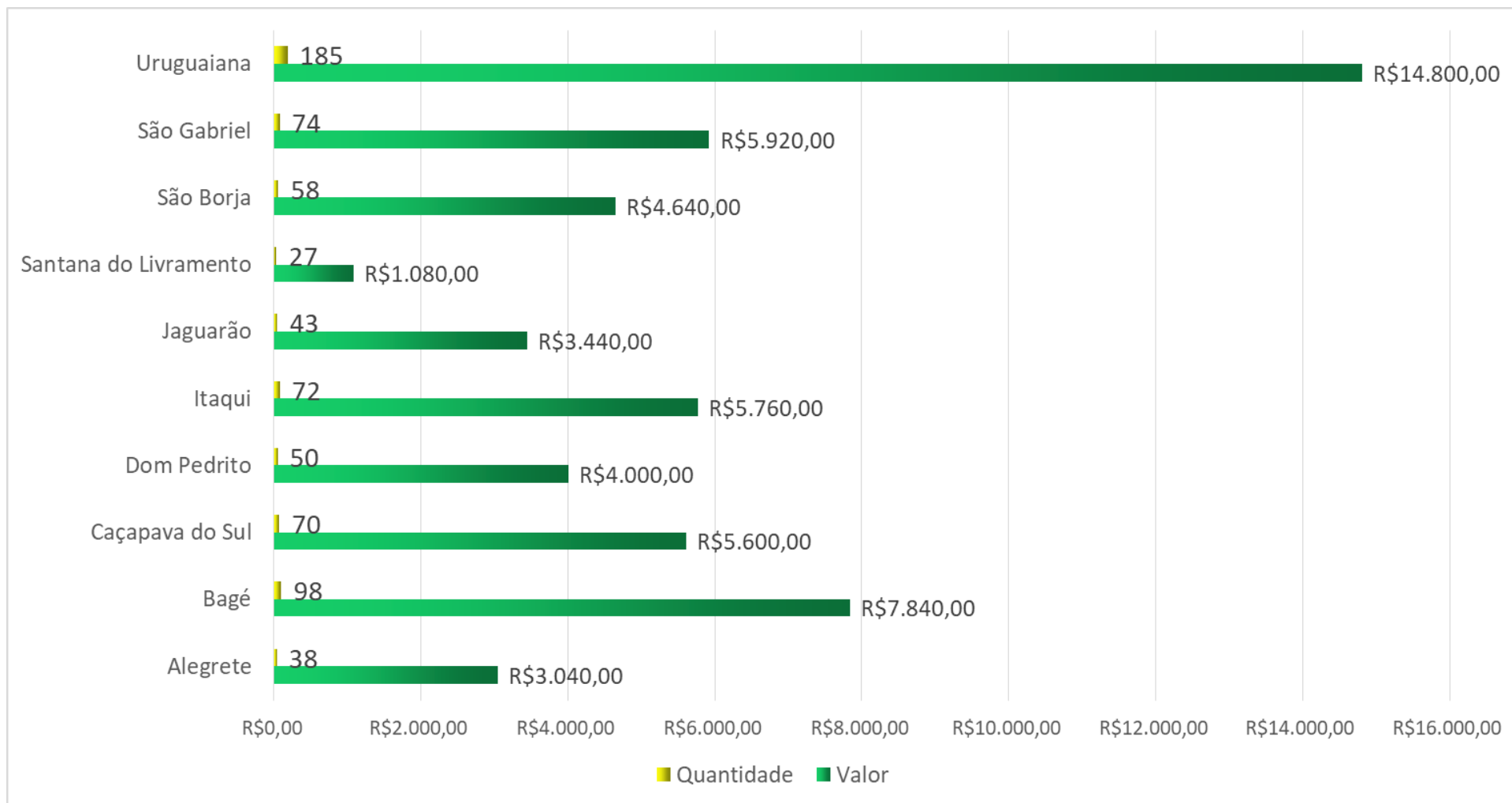


Fonte: PROPPI.

Nas Figuras 30 e 31 nota-se maior proporção de trabalhos de extensão e apresentações em sessões de pôster no SIEPE, sendo reflexo da política institucional de promover maior interação entre Universidade e sociedade.

Visando a incentivar a participação, no SIEPE, dos discentes beneficiários do Plano de Permanência, do Plano de Permanência LECAMPO e do Programa de Bolsa Permanência – PBP-MEC, foram concedidos auxílios conforme determinado na Portaria PRAEC n.º 7/2019, que regulamentou os procedimentos e valores do auxílio a esses discentes. A figura 32 apresenta o quantitativo de discentes contemplados com os auxílios e os valores gastos.

Figura 32 – Quantitativo de discentes contemplados com os auxílios e os valores gastos no SIEPE 2019.



Fonte: PROPPI.

Os dados demonstram uma relação direta entre os valores aplicados nos *campi* e o número de alunos e projetos de pesquisa, ensino e extensão de cada *campus*.

Riscos, dificuldades e desafios

Com base nos dados já apresentados, percebe-se que as ações em pesquisa, pós-graduação e inovação atenderam parcialmente as demandas dos pesquisadores e alunos, de acordo com as prioridades estabelecidas pela gestão.

Em virtude do contingenciamento sofrido no orçamento das IFES por parte do MEC, com a liberação tardia, apenas em outubro, o financiamento dos grupos de pesquisa ficou prejudicado, com atendimento de apenas 70% das ações planejadas pelos pesquisadores.

Observa-se a necessidade de aquisição de mais equipamentos para os programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, bem como melhoria da infraestrutura física, o que permitirá a realização de pesquisas ainda mais qualificadas, possibilitando, desse modo, a formação de recursos humanos mais capacitados pelos PPGs e a

publicação dos resultados em periódicos de maior impacto, favorecendo a participação e aprovação de projetos de pesquisa para a captação de recursos em editais de fomento externo.

O estabelecimento da fundação, para a realização de convênios e execução de projetos, favorecerá o desenvolvimento da pesquisa na Instituição com a atração de investimentos externos.

Portanto, mesmo diante de um cenário externo negativo (contingenciamento de recursos do MEC e agências financiadoras como CAPES, CNPq e FINEP), a gestão realizou esforços para consolidar grupos de pesquisa de excelência e estimular a associação entre grupos de pesquisa. Em relação aos PPGs, os cursos de doutorado foram priorizados assim como os grupos de pesquisa com potencial para crescimento. Os PPGs com conceito mínimo também receberam apoio técnico e financeiro, no sentido de reforçar a iniciação científica e tecnológica. Essas ações deverão refletir, mesmo em um cenário adverso como o atual, no futuro das atividades de pesquisa, inovação e na formação de recursos humanos qualificados em nível *stricto sensu* com a geração de conhecimento qualificado.



Extensão

Quantitativo

Atividades Registradas

537

Recurso Orçamentário
Voltado a Extensão no ano

R\$720.000,00

Público Alcançado em
Ações de Extensão

23168

Propostas Contempladas
em Editais de Extensão

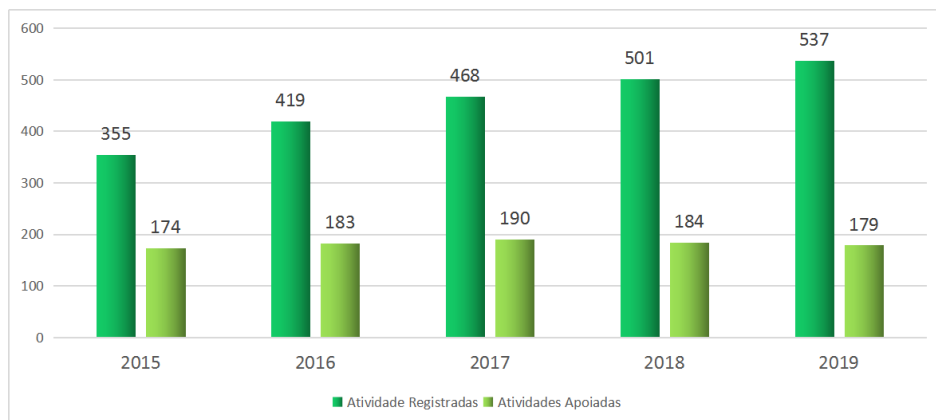
84

EXTENSÃO

Extensão em números

Apresentam-se de forma geral, os números relativos à extensão entre 2015 e 2019:

Figura 33 – Ações de extensão registradas e apoiadas.

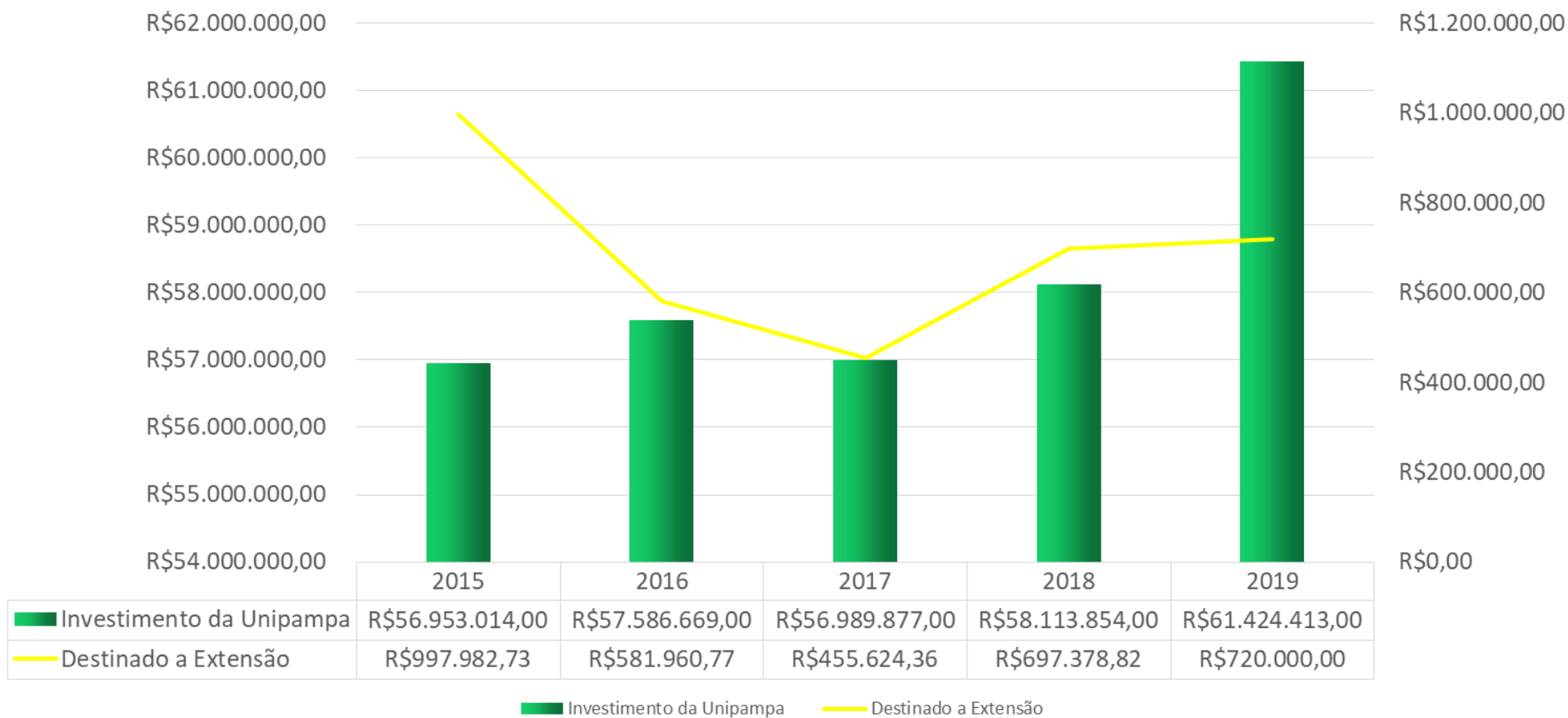


Fonte: PROEXT.

Na Figura 33, está exposta a relação entre o apoio financeiro das ações por meio de edital e o orçamento disponível para extensão no período. Apesar do aumento significativo das ações de extensão ao longo do período, o volume do apoio financeiro a elas tem se mantido de forma regular, com pequenas variações. Em 2019, boa parte dos recursos previstos só foi liberada tardiamente, o que representou maior dificuldade na execução dos editais, refletindo no descompasso do apoio em relação ao orçamento nesse período.

A figura seguinte demonstra a relação e a evolução do investimento da Universidade em ações de extensão em comparação aos demais investimentos.

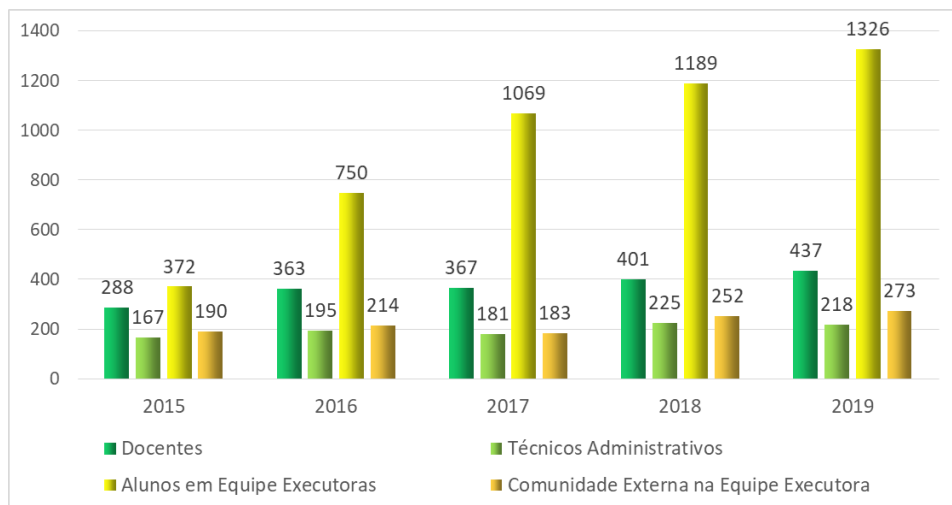
Figura 34 – Evolução dos recursos da extensão de 2015 a 2019.



Fonte: PROEXT.

Evolução da participação em equipes de ações de extensão

Figura 35 – Evolução da participação em equipes de ações de extensão.

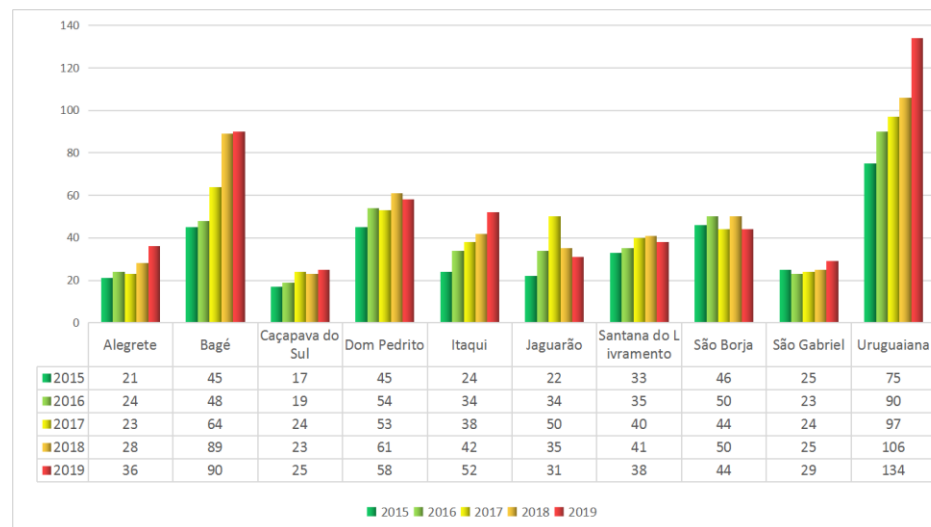


Fonte: PROEXT.

Os dados na Figura 35 demonstram a evolução do perfil das equipes em ações de extensão. Destaca-se a linha de crescimento da participação de docentes. Entende-se que a evolução se deve pela contínua valorização da participação do aluno nas ações, que é pré-requisito obrigatório para registro de qualquer ação de extensão, especialmente diante do processo de inserção da extensão nos currículos da graduação.

Evolução de registro de ações de extensão por *campus*

Figura 36 – Evolução de registro de ações de extensão por *campus*.

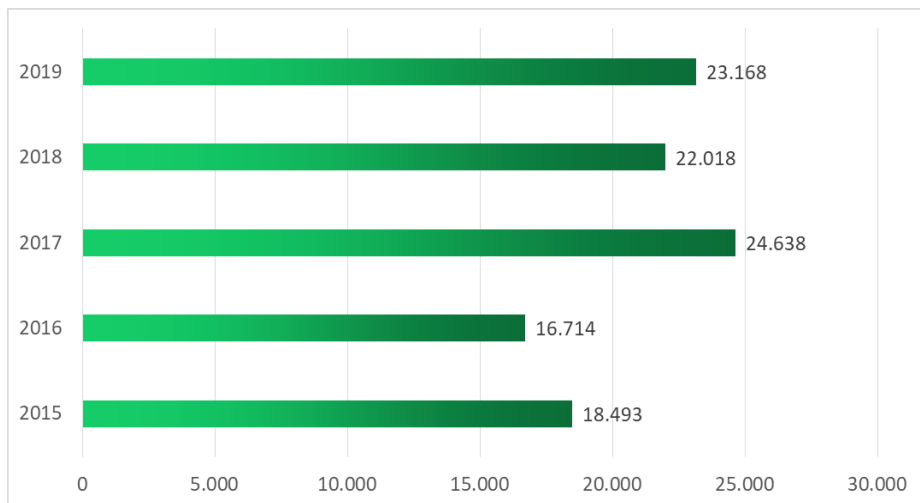


Fonte: PROEXT.

Os dados da Figura 36 demonstram o grau de participação das Unidades em ações de extensão. Destaca-se o volume de ações proposto pelo *Campus* Uruguaiiana, seguido pelo *Campus* Bagé. No entanto, todos os *campi* apresentam crescimento contínuo.

Público alcançado em ações de extensão

Figura 37 – Público alcançado em ações de extensão.

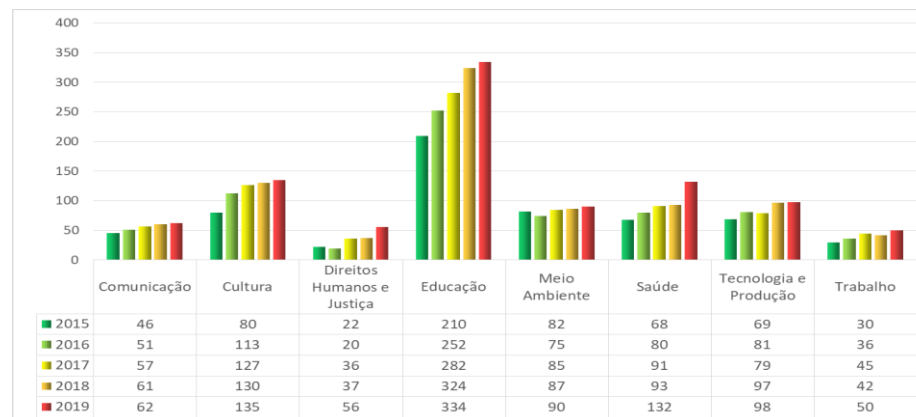


Fonte: PROEXT.

O cálculo do público alcançado reflete a certificação no período e os relatórios de ações de extensão específicas que tenham atendimento regular ao público. O gráfico representa um crescimento significativo no período.

Evolução das ações registradas por áreas da extensão

Figura 38 – Evolução das ações registradas por áreas da extensão.



Fonte: PROEXT.

Apesar do crescimento de todas as áreas, em consonância com o aumento de registros de ações, fica destacada a linha da grande área da Educação. Uma explicação para esse destaque seria a própria natureza dos cursos da UNIPAMPA, com um bom número de licenciaturas (17), além de a área de a educação ser, naturalmente, afim com as demais.

Iniciativas PDI e o trabalho desenvolvido em 2019

Após essa breve apresentação dos dados gerais relativos à extensão, foca-se, especificamente, as iniciativas do PDI, a fim de utilizá-las como pontos norteadores para discussão do trabalho desenvolvido em 2019. Dessa forma, apresentam-se em linhas gerais, as ações e políticas desenvolvidas no que concernem as seguintes iniciativas:

1) *Estímulo à inserção da extensão nos currículos dos cursos*

Em 2019, continuou o processo de discussão da política de inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação através do trabalho em conjunto entre as pró-reitorias de Extensão e Graduação. Nesse sentido, foi elaborada a minuta de resolução que regulamenta a referida política. Além disso, foram realizadas reuniões com a comunidade acadêmica dos 10 *campi*. Tais reuniões tiveram a participação de coordenadores de cursos, docentes que integram os núcleos docentes estruturantes (NDEs), servidores que compõem as comissões locais de ensino e extensão, servidores dos núcleos de desenvolvimento educacional (NuDEs) e integrantes da Comissão de Assessoria a projetos Pedagógicos de Curso (CAPPIC).

2) *Fomento às ações de extensão Universitária*

O fomento à extensão e à cultura se dá a partir do lançamento de editais específicos que incentivam e provocam o aumento do número tanto de atividades de extensão quanto de atividades culturais. Os editais de extensão estão direcionados aos servidores da Universidade, que atuam como coordenadores de ações, e os editais de cultura estão direcionados a pessoas externas à Universidade no incentivo das mais variadas manifestações culturais. Em 2019, foram lançados três editais específicos para ações de extensão, entre os quais dois estavam voltados, especificamente, para o público-alvo de profissionais da educação básica, e um edital para ações de extensão de incentivo à cultura.

Recursos destinados aos editais de extensão

Quadro 8 – Recursos destinados aos editais de extensão

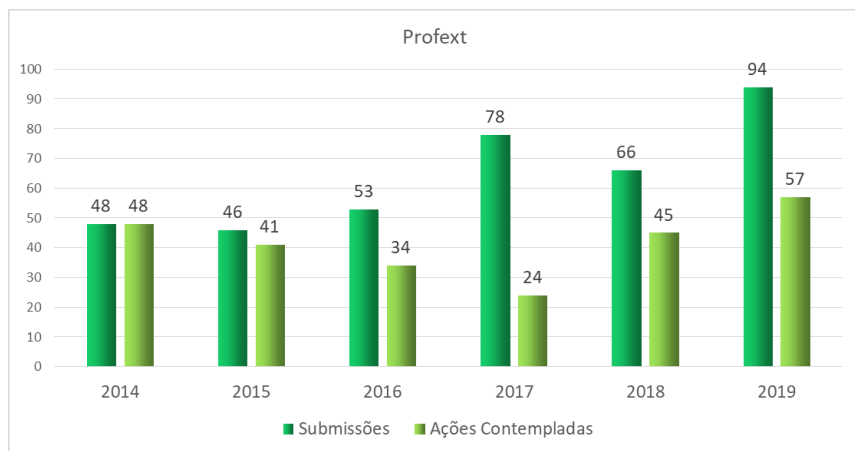
Editais 2019	Propostas	Contemplados	Recursos Utilizados
PROFEXT	94	57	R\$ 104.400,00
PAPEC	35	20	R\$ 56.573,00
PROFOR	15	5	R\$ 25.600,00
PROFOR – EaD	4	2	R\$ 12.800,00
Total	148	84	R\$ 199.373,00

Fonte: PROEXT

Programa de Fomento à Extensão – PROFEXT

Programa de Fomento à Extensão (PROFEXT) 2019, o qual visa a estimular a prática da extensão universitária, apoiar a execução de projetos e programas que promovam interação dialógica entre universidade e sociedade e qualifiquem a formação acadêmica dos discentes regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação.

Figura 39 – PROFEXT.



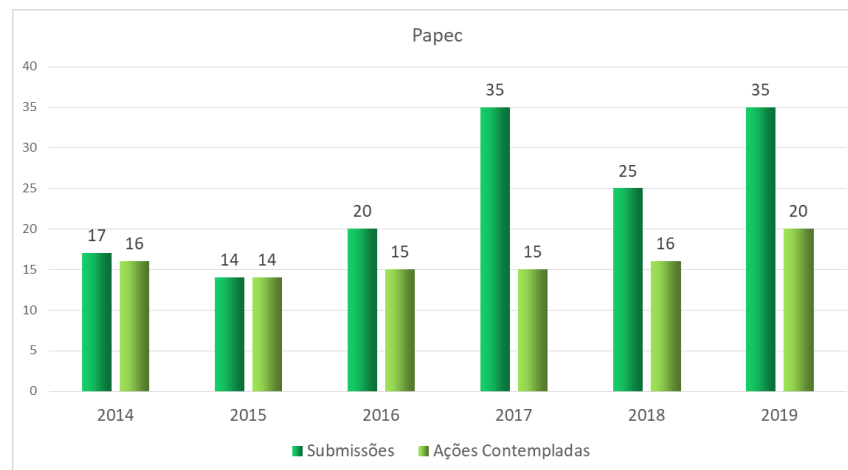
Fonte: PROEXT.

Diante das restrições orçamentárias de 2019, priorizaram-se os editais com bolsa, como é o caso do PROFEXT, por isso a linha de contemplados acompanha o crescimento das submissões.

Programa de Apoio à Promoção de Eventos Culturais e Cursos (PAPEC)

O PAPEC apoia a promoção de cursos ou demais atividades de divulgação acadêmica e científica (oficinas, seminários, ciclo de palestras, fóruns) e de eventos artísticos e culturais que permitam divulgar os conhecimentos produzidos na Instituição e incentivem a circulação de produções artísticas e culturais na área de atuação.

Figura 40 – PAPEC.



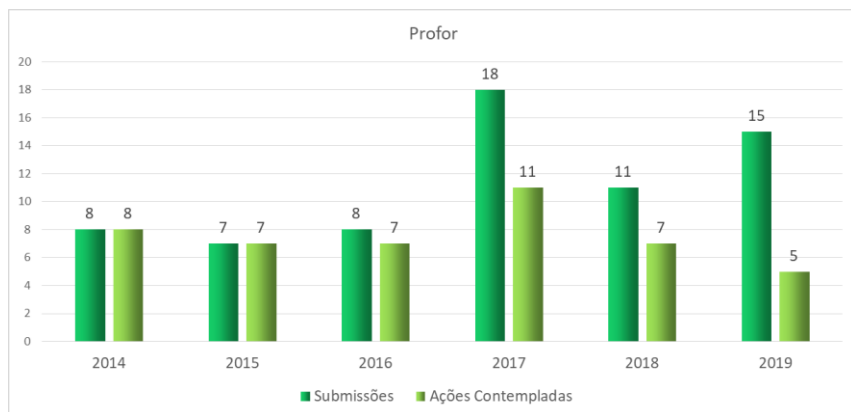
Fonte: PROEXT.

Apesar de apresentar uma evolução da procura (submissões), o edital PAPEC teve recursos contingenciados, pois se optou por priorizar editais com bolsa. Ainda assim, o valor dispensado ao edital acompanha o crescimento do período.

Formação Continuada (PROFOR)

O PROFOR visa a estimular a prática da extensão universitária, apoiar a execução de ações que promovam a formação continuada de profissionais da educação básica e qualifiquem a formação acadêmica dos discentes regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação.

Figura 41 – PROFOR.



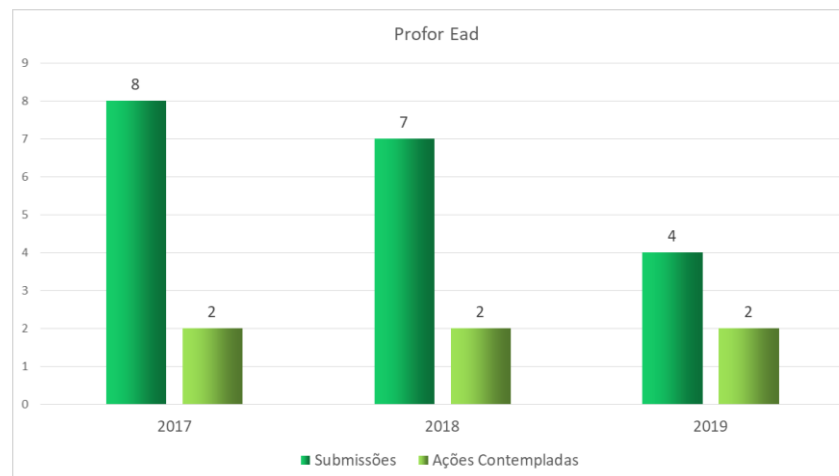
Fonte: PROEXT.

Apesar de haver um aumento no número de inscrições no edital, o PROFOR teve menor recurso utilizado, em função de muitas das propostas não cumprirem com requisitos pontuais do edital.

Formação Continuada a Distância (PROFOREaD).

Programa de Apoio à Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica – PROFOR, o qual visa estimular a execução de cursos que promovam a formação continuada de profissionais da Educação Básica na modalidade EaD, e qualifiquem a formação acadêmica dos discentes regularmente matriculados em cursos de Graduação e Pós-graduação.

Figura 42 – PROFOR EaD.



Fonte: PROEXT.

Com relação ao gráfico anterior, é importante destacar a necessidade de promover atividades de capacitação dos servidores no que diz respeito ao uso da plataforma EaD Moodle. Nesse sentido, tem-se consciência de que o baixo número de submissões a esse edital ocorre, entre outros fatores, pelo fato de que muitos servidores não têm familiaridade com a criação e oferta de atividades na modalidade a distância.

Adequação diante do contingenciamento orçamentário

No final do segundo trimestre de 2019, a Universidade sofreu um contingenciamento de 30%. A Instituição optou por não repassar o corte de 30% às bolsas e auxílios, mantendo esses valores de forma integral.

Editais de fomento externo

CHAMADA PÚBLICA MEC-MCTIC 01/2019 PROGRAMA CIÊNCIA NA ESCOLA

Em 23 de abril de 2019, foi lançada a Chamada Pública MEC-MCTIC 01/2019 (https://www.cienciaaescola.gov.br/downloads/chamada_instituicoes-ciencia_na_escola.pdf). Tal chamada teve como intuito selecionar propostas técnicas, submetidas por redes de instituições, para a implementação de experiências relativas ao Programa Ciência na Escola – de abrangência regional, interestadual ou estadual – com vistas ao aprimoramento do ensino de ciências na educação básica com foco nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. A participação da UNIPAMPA foi operacionalizada através da Chamada Interna PROPPI/PROEXT/UNIPAMPA04/2019 (https://sites.unipampa.edu.br/prpg/files/2019/06/chamada-interna-mec-mctic-01_2019-1.pdf).

Como resultado da seleção, a UNIPAMPA foi contemplada por meio da proposta: “Rede de Saberes Articulando Ciências, Criatividade e Imaginação (SACCI)”, do *Campus* Caçapava do Sul.

Valor oriundo de emenda parlamentar

Em 2019, a UNIPAMPA recebeu R\$ 350.000,00 oriundos de emenda parlamentar. Foram executados 99% desse valor, aderindo ao programa Academias ao Ar Livre. Trata-se de um programa voltado para a qualidade de vida do servidor e do público externo, incentivando o exercício físico, a integração e convivência entre as pessoas.

Em 2019, foi efetuado o pregão eletrônico 26/2019, para aquisição do material para as academias ao ar livre, sendo 11 academias, uma para cada *campus*. O valor foi oriundo de emenda parlamentar.

3) *Realização de atividades dedicadas à reflexão de alternativas para superação dos problemas sociais da região*

Em 2019, a UNIPAMPA promoveu o III Fórum Regional em Defesa da Igualdade de Gênero: articulação de universidade, gestão pública e movimentos sociais perante masculinidades, feminismos e diversidade. O evento ocorreu em 24 de setembro de 2019, no auditório do *Campus* Bagé.

Outra ação que vai ao encontro da reflexão de alternativas para os problemas sociais da região diz respeito à formação do grupo de estudos *Somos Diversidades* e tem como objetivo principal construir espaços dialógicos e integradores, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão na formação de um grupo de estudos interinstitucional, interprofissional e transdisciplinar na efetiva integração horizontal dos conhecimentos científicos e da experiência sobre temas que envolvam defesa e luta pelos direitos humanos e pela emancipação social.

Importante ressaltar também a reedição, em 2019, do Programa Institucional Momentos UNIPAMPA: gênero e sexualidade, o qual teve como objetivo estimular os 10 *campi* da Universidade na realização de ações para a temática de gênero, sexualidade e diversidade. No referido ano, três *campi* realizaram ações vinculadas ao projeto: Alegrete, São Gabriel e Santana do Livramento.

Na avaliação contínua da extensão universitária, são utilizados os indicadores pactuados pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das

Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX): institucionalização da extensão; recursos no orçamento anual público voltados à extensão; parcerias interinstitucionais; proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão; participação de servidores na extensão e ações de extensão dirigidas às escolas públicas, incluindo a formação continuada de docentes da educação básica.

Desafios da Extensão

A UNIPAMPA, especialmente pela sua localização e natureza *multicampi*, apresenta uma demanda diversificada de ações, temáticas e públicas para o trabalho da extensão universitária. Tal como acontece em outros setores da Instituição, a política de extensão tem forte influência pelo cenário externo à Universidade, considerando-se a contingência de recursos, a descontinuidade de editais externos, é de suma importância a manutenção de uma forte política interna de fomento à extensão, como tem sido verificado na série histórica, aliada à busca de novas formas de captação de recursos. Para além disso, deve-se atentar para a necessidade de regular a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade, a fim de atender as normativas exigidas nacionalmente.



Assistência Estudantil

Quantitativo

Valor Investido na
Assistência Estudantil

R\$11.061.599,30

Alunos Atendidos pela
Assistência Estudantil

3597

Pessoas que frequentaram
os RU's

9270

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

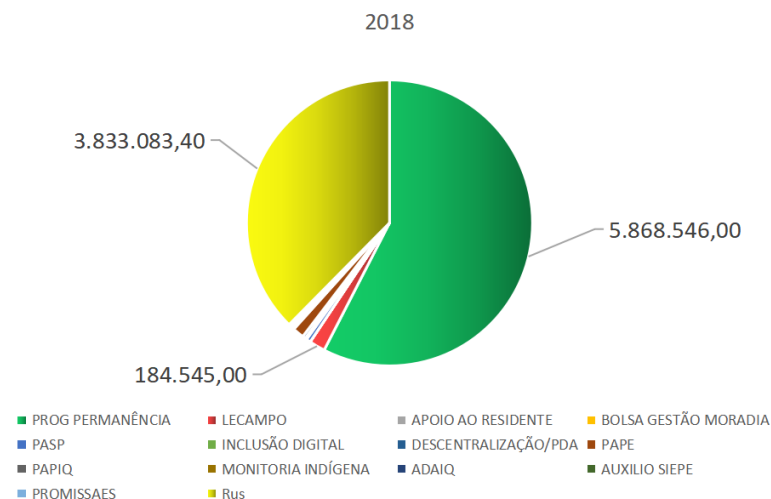
A Política de Assistência Estudantil no âmbito da UNIPAMPA ocorre sob coordenação da PRAEC e de forma integrada e articulada com as pró-reitorias denominadas acadêmicas (PROGRAD, PROEXT, PROPPI e PRAEC) e em conjunto com os dez *campi*, através dos NuDEs, os quais proporcionam o apoio direto aos estudantes em cada uma das dez unidades, auxiliando com os editais institucionais e prestando serviços de suporte pedagógico, de inclusão e de assistência social.

A Política de Assistência Estudantil materializa-se através da execução de diferentes programas e projetos, os quais, em 2019, totalizavam 14 ações, das quais 13 foram efetivamente executadas, também relacionadas à concessão de auxílios aos discentes da graduação presencial em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme Decreto n.º 7.234/2010, possibilitando a continuidade dos estudos e combatendo os fenômenos de retenção e evasão.

Ao viabilizar a permanência do estudante na Universidade, vincula a manutenção dos benefícios a critérios acadêmicos, a fim de promover a melhoria do seu desempenho, a partir dos diferentes programas e ações.

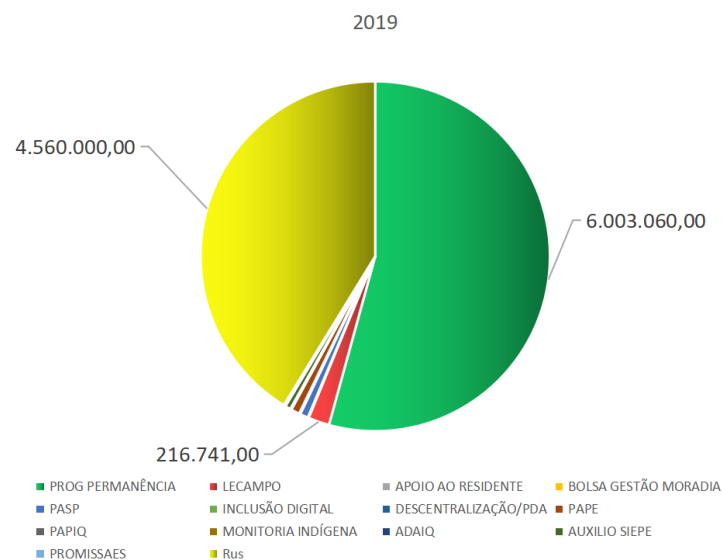
Em 2019, o montante destinado para a Política de Assistência Estudantil alcançou o total de R\$11.061.599,30, representando um incremento de 8,49% em relação a 2018 (R\$10.195.948,40), conforme os programas e ações demonstrados nas figuras seguintes.

Figura 43 – Recursos destinados à Assistência Estudantil em 2018



Fonte: PRAEC.

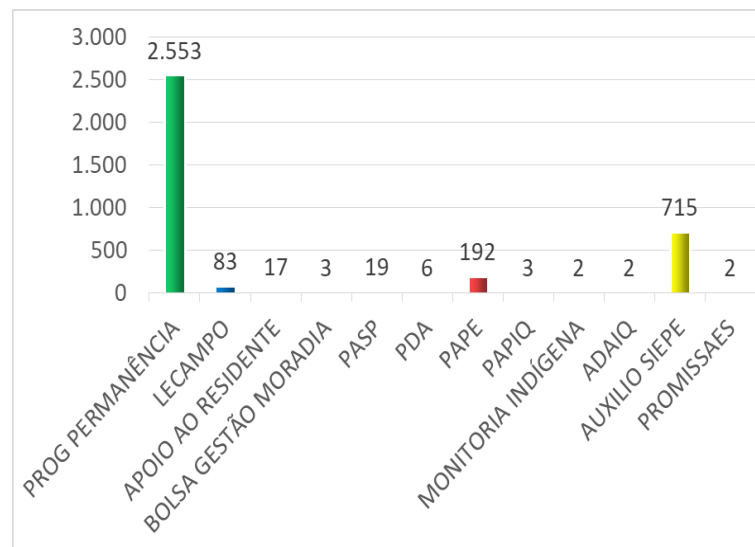
Figura 44 – Recursos destinados à assistência estudantil em 2019



Fonte: PRAEC.

Os programas de assistência estudantil contemplaram, diretamente, um total de 3.597 estudantes em 2019, o que representou 38% do total de alunos da UNIPAMPA no período, além dos 9.270 pessoas que frequentaram os restaurantes universitários e que, de alguma forma, foram beneficiados pela alimentação subsidiada, representando 100% dos estudantes. A figura seguinte apresenta o total de alunos atendidos por programa desenvolvido.

Figura 45 – Alunos contemplados por programa.



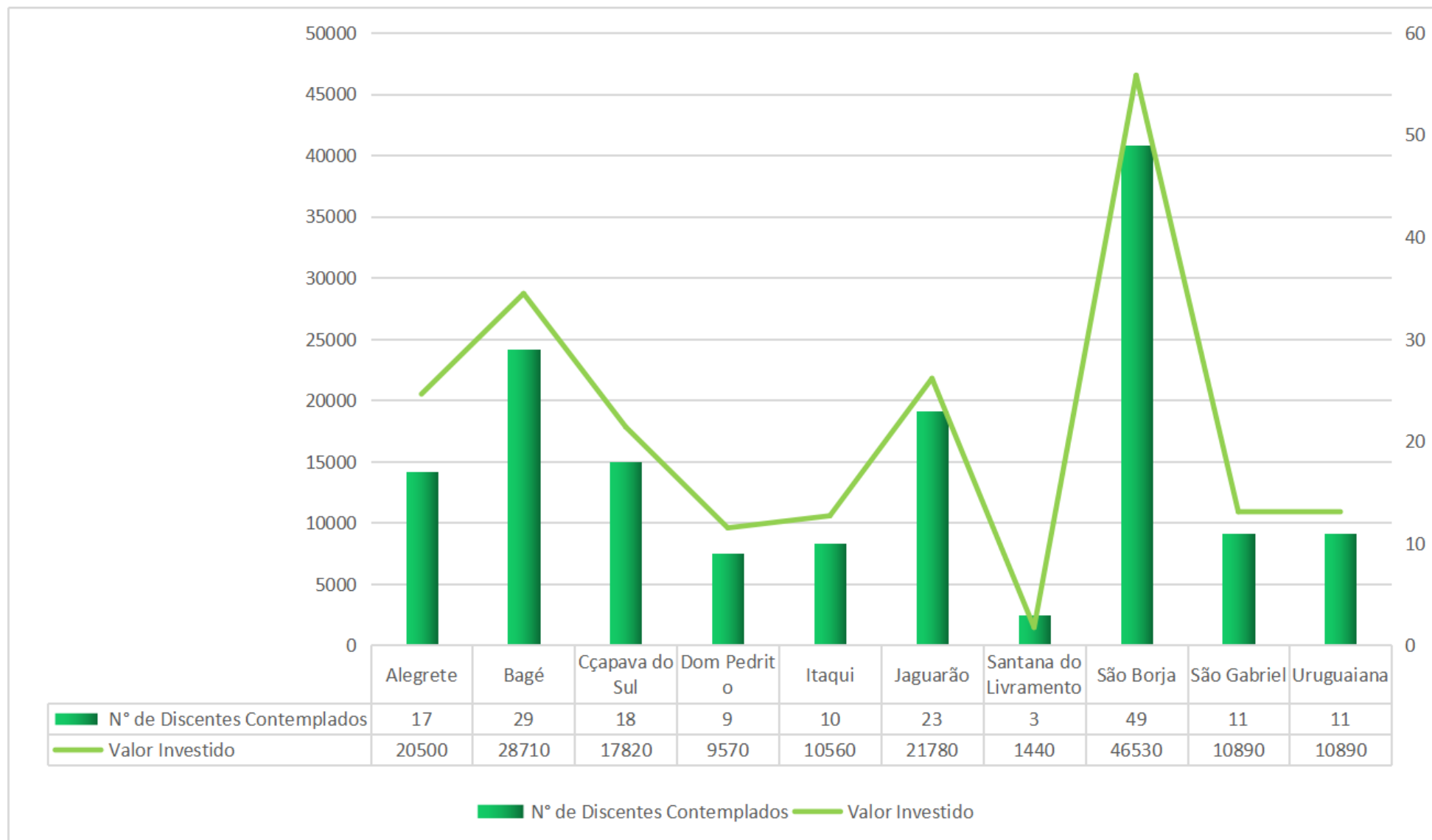
Fonte: PRAEC.

Na sequência, estão especificados os programas e as ações desenvolvidos pela Universidade.

Programa apoio ao ingressante

Trata-se do atendimento imediato dos alunos ingressantes, que se encontram em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o propósito de suprir suas necessidades básicas no lapso temporal entre o ingresso do estudante na Universidade e o curso do processo seletivo anual do edital do Plano de Permanência. Em 2019, o programa concedeu auxílios financeiros e acesso integral ao RU conforme a figura seguinte:

Figura 46 – Programa de Apoio ao Ingressante.



Fonte: PRAEC.

Plano de Permanência (PP)

Caracteriza-se como uma das principais ações de assistência estudantil e busca, além de proporcionar suporte ao estudante ao longo da sua trajetória acadêmica, atuar como política de combate aos fenômenos de retenção e evasão, indo ao encontro do PDI, atendendo os eixos de moradia estudantil, alimentação, transporte e auxílio-creche, previstos no Decreto n.º 7.234/2010.

Em 2019, foram investidos R\$ 6.003.060,00, beneficiando 2.553 estudantes de graduação. No quadro seguinte, pode-se verificar o quantitativo anual dos benefícios concedidos pelos processos seletivos de 2016 a 2019. Destaca-se que o total de 2.553 estudantes indicados no parágrafo anterior refere-se a todos os estudantes cobertos pelo plano de permanência; o quadro a seguir apresenta os números de novos participantes por ano que foram incluídos.

Quadro 9 – Demonstrativo do número de beneficiários do Programa Permanência entre 2016 e 2019

Ano	Edital n.º	Número de benefícios por modalidade de auxílio							
		Alimentação	Moradia	Vaga na moradia	Transporte	Transp. rural	Creche	Instalação	Total
2016	29/2016	607	373	15	496	4	25	206	611
2017	56/2017	739	500	6	656	9	30	240	766
2018	08/2018	860	506	8	787	3	32	-	895
2019	11/2019	861	343	7	801	11	42	-	901

Fonte: PRAEC.

Auxílios aos discentes do Curso de Educação do Campo – Licenciatura

Em observância à especificidade da proposta pedagógica e do desenho didático do Curso de Educação do Campo – Licenciatura (LECampo), os auxílios específicos para este curso visam a suprir as necessidades básicas ocasionadas pelos custos necessários que envolvem deslocamento, hospedagem e alimentação durante o tempo-universidade, bem como os custos de transporte durante o tempo-comunidade. Os processos seletivos ocorrem semestralmente. Em 2019,

foram gastos R\$ 216.741,00 no programa no qual 83 estudantes foram contemplados.

Programa de Apoio ao Residente

Instituído em 2019, o Programa de Apoio ao Residente da Moradia Estudantil é constituído pelo auxílio instalação e auxílio manutenção para os residentes da moradia estudantil. Essa modalidade é diferente do auxílio-moradia do Programa Permanência, pois, nesse caso, o *Campus* Santana do Livramento possui um prédio destinado à residência para os estudantes.

Os discentes da moradia estudantil do *Campus* Santana do Livramento passaram a receber o auxílio manutenção em setembro de 2019, investidos R\$ 7.490,00, para 17 estudantes contemplados.

Bolsa Gestão para membros da Diretoria Local da Residência Estudantil

Regrado pela Norma Operacional UNIPAMPA n.º 4/2019, caracteriza-se como estímulo financeiro para que os estudantes diretores da moradia estudantil possam executar adequadamente suas atribuições. A bolsa gestão passou a ser concedida aos diretores locais da moradia estudantil a partir de novembro de 2019. Nessa modalidade, foram investidos R\$ 1.200,00, e três estudantes foram contemplados.

Vagas Provisórias no Programa de Residência Estudantil

Instituída pela Norma Operacional n.º 5/2019, a Vaga Provisória no Programa de Moradia Estudantil visa à ocupação de vagas ociosas nas moradias estudantis, em caráter provisório, por estudantes que não satisfaçam os critérios estabelecidos na Resolução CONSUNI n.º 84/2014 ou no Edital anual do Plano de Permanência. A Portaria

PRAEC n.º 5/2019 estabelece os critérios para a ocupação de vagas ociosas.

Dessa forma, quatro estudantes foram contemplados por esse programa em 2019.

Projeto de Apoio Social e Pedagógico (PASP)

O Projeto de Apoio Social e Pedagógico tem como objetivo dar apoio acadêmico aos alunos das ações afirmativas e beneficiários do Plano de Permanência (PP), por meio da seleção de monitores para auxiliar a equipe técnica dos NuDEs. O projeto se desenvolve por meio de ações de cunho social e pedagógico, sendo instrumento fundamental para condições de permanência e êxito dos alunos.

As bolsas de monitoria foram ofertadas nos dez *campi*, de abril a dezembro de 2019, sendo investidos R\$ 85.000,00, e contemplaram 19 estudantes. A demanda por este programa ocorre a partir de solicitação das unidades acadêmicas; o número de atendimentos está estável nos últimos quatro anos, conforme quadro seguinte:

Quadro 10 – Números de bolsistas PASP entre 2016 e 2019.

Ano	2016	2017	2018	2019
Número de Bolsistas	16	17	21	19

Fonte: PRAEC.

O PASP vai ao encontro do atendimento ao indicador de combate à evasão e à retenção do PDI, através de monitoria de apoio social e pedagógico aos estudantes.

Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos (PAPE)

O programa tem como finalidade incentivar a participação dos estudantes, regularmente matriculados em cursos de graduação, em eventos nacionais, presenciais, acadêmicos, esportivos, culturais, científicos, tecnológicos, ações afirmativas e inclusão, realizados em cidade distinta à do *campus* do proponente.

Em 2019, foram contemplados 192 estudantes, totalizando um investimento de R\$88.334,30 conforme o quadro seguinte:

Quadro 11 – Número de discentes contemplados no Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos.

Etapas	Número de discentes contemplados	Valor investido (R\$)
1º etapa (abril, maio e junho)	53	22.010,00
2º etapa (julho, agosto e setembro)	59	30.030,90
3ª etapa (outubro, novembro e dezembro)	80	36.293,40
Total	192	88.334,30

Fonte: PRAEC.

Política de Assistência Estudantil para Discentes Indígenas e Quilombolas

O referido programa trata do atendimento de discentes indígenas e quilombolas, constituído pelo Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola, o Programa de Monitoria Indígena e Quilombola e o Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola.

O Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola (PAPIQ) é destinado à inclusão dos discentes indígenas aldeados ou moradores

das comunidades quilombolas, regularmente matriculados em cursos de graduação, com o objetivo de oferecer condições de permanência na Instituição, até a admissibilidade do discente no Programa Bolsa de Permanência do MEC (PBP/MEC).

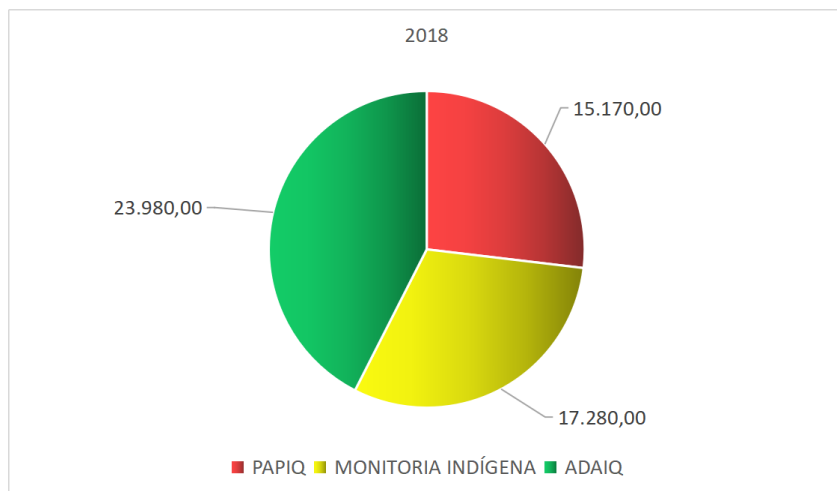
Em 2019, foram concedidos auxílios no valor de R\$ 6.310 de março a agosto de 2019 para três estudantes.

Já o Programa de Monitoria Indígena e Quilombola consiste em monitoria específica para acompanhamento a estudante indígena e quilombola do programa de ações afirmativas. O programa seleciona monitores para atender, prioritariamente, os estudantes indígenas e quilombolas, selecionados por processo seletivo de ingresso específico, em suas atividades acadêmicas. As monitorias foram ofertadas de abril a dezembro de 2019, dois estudantes atuaram como monitores, e foram investidos R\$ 4.200,00 na ação.

O Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola visa a complementar a política de apoio aos discentes indígenas e quilombolas, promovendo a iniciação na vida acadêmica desses discentes, por meio de atividades nas modalidades ensino, pesquisa, extensão e ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade acadêmica, que proporcionem a ligação entre o curso e as demandas das comunidades indígenas e quilombolas, incluindo seus saberes e sua cultura, na perspectiva da interculturalidade. Em 2019, foram investidos R\$ 2.200,00; dois estudantes foram contemplados.

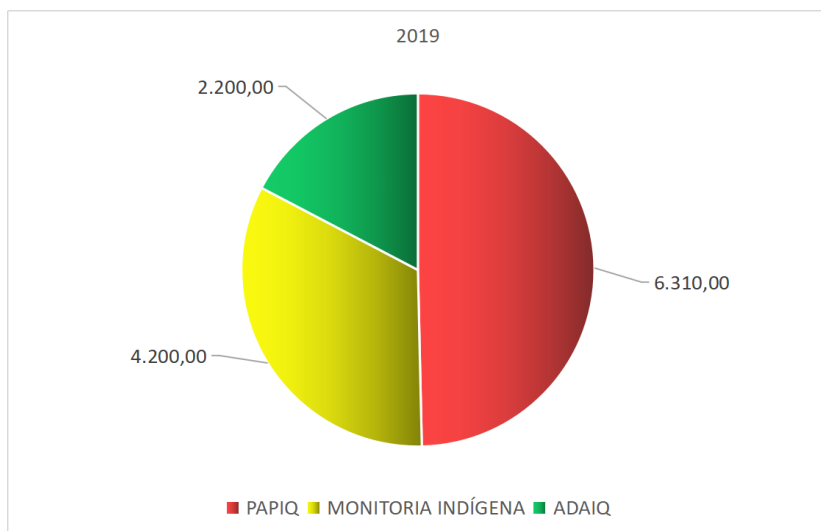
Os valores totalizaram R\$ 12.710,00 para 2019, o que representa diminuição em relação a 2018 (R\$ 56.430,00), em virtude de que os estudantes passaram a receber o auxílio via SISBPMEC.

Figura 47 – Valores executados em 2018.



Fonte: PRAEC.

Figura 48 – Valores executados em 2019.



Fonte: PRAEC.

Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES)

O PROMISAES é um programa que visa a conceder auxílio financeiro para alunos estrangeiros, participantes do Programa Estudante-convênio de Graduação (PEC-G).

Em 2019, foram investidos R\$ 19.904,00 para a referida ação, a qual possibilita, além da assistência estudantil, a troca de experiência e contatos com estudantes e com instituições internacionais, indo ao encontro dos indicadores de internacionalização da UNIPAMPA.

Programa Bolsas Santander Graduação

Tem por escopo propiciar o recebimento de apoio financeiro ao estudante pela Fundação Santander. Seu objetivo é auxiliar os custos relacionados com a realização do curso superior (por exemplo, material didático) aos estudantes que apresentem excelente desempenho acadêmico e condições financeiras desfavoráveis. A Universidade auxilia a publicação e divulgação dos editais e a seleção dos discentes, a partir de avaliação socioeconômica do Programa Bolsas Santander Graduação.

Monitoria de Inclusão e Acessibilidade

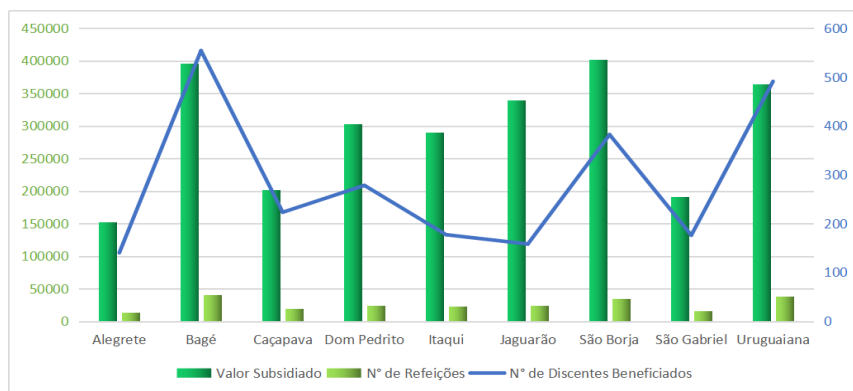
A bolsa visa, por meio de monitores, ao acompanhamento de estudantes com deficiência e transtornos do espectro autista, em conformidade com as iniciativas institucionais para ações afirmativas ao acompanhamento estudantil. Em 2019, foram investidos, aproximadamente, R\$ 50.000,00 na modalidade.

Prestação de serviços dos restaurantes universitários (RUs)

No que se refere à prestação de serviços de assistência estudantil, a Instituição possui nove restaurantes universitários em funcionamento, tendo sido concluída, em 2019, a reforma estrutural no RU do *Campus* Uruguiana e restando o RU de Santana do Livramento em construção, com previsão de inauguração em 2020.

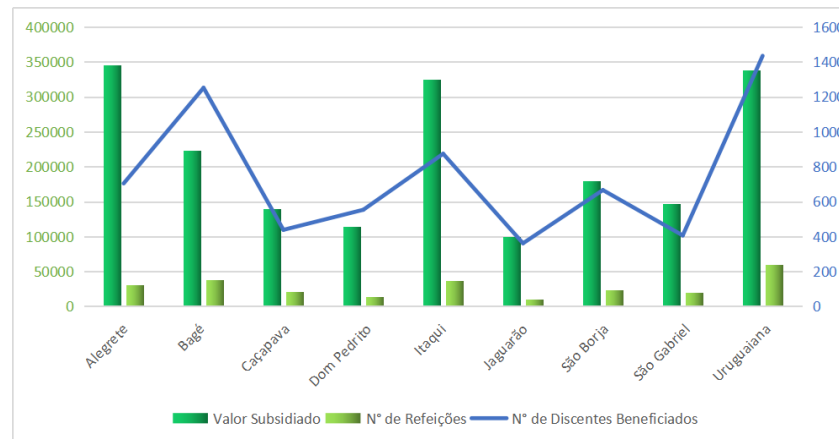
Nesse contexto, grande parte dos recursos é gasta no subsídio integral e parcial das refeições nos RUs. Em 2019, o valor desse desembolso girou em torno de R\$ 4.560.000,00, beneficiando cerca de 9.270 pessoas através da oferta de, aproximadamente, 486.000 refeições:

Figura 49 – Subsídio integral para RUs



Fonte: PRAEC.

Figura 50 – Subsídio parcial para RUs



Fonte: PRAEC.

Dessa forma, quando se comparam os investimentos de 2019 (R\$ 4.560.000,00) em relação a 2018 (R\$3.833.083,40), verifica-se o incremento de 18,96%, aumentando o atendimento aos estudantes e indo ao encontro do indicador do PDI no que concerne à melhoria da qualidade de vida dos estudantes e, conseqüentemente, enfrentando os fenômenos de retenção e evasão.

Considerações gerais sobre a assistência estudantil

Os recursos gastos na assistência estudantil são oriundos da rubrica do PNAES e de suplementação institucional, os quais são insuficientes para plena manutenção dos auxílios do Plano de Permanência e a concessão dos subsídios integral e parcial nos Restaurantes Universitários.

Dessa forma, o principal desafio para os próximos anos diz respeito à manutenção e ampliação da assistência estudantil com a

necessidade de maior aporte de recursos para a assistência dos discentes.

Além disso, a reestruturação dos espaços físicos dos restaurantes universitários é extremamente necessária, constituindo-se em um dos desafios a ser enfrentado pela gestão da Universidade. Atualmente, os restaurantes universitários atendem uma demanda superior àquela prevista inicialmente, ocasionando diversos problemas estruturais, que dificultam a gestão e a prestação do serviço de forma eficiente.

A partir desse panorama, evidencia-se a importância e necessidade de manutenção e aperfeiçoamento de ações e programas já implementados, além da ampliação da política de assistência estudantil. O índice de evasão da UNIPAMPA denota a importância da consolidação e do fomento de políticas de permanência em nossa Universidade.

5.4. Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados no exercício e do desempenho em relação às metas

Os resultados obtidos em 2019 são frutos de uma soma de fatores internos e externos que afetam o desempenho institucional. A avaliação dos objetivos alcançados pode ser obtida através da análise dos monitoramentos realizados, conforme descrito neste capítulo.

Também é possível observar o desempenho institucional através do acompanhamento dos Indicadores do TCU, que são indicadores de desempenho definidos pelo Tribunal de Contas da União, e constam nos anexos deste relatório.

5.5. Forma de monitoramento das metas não alcançadas

Em 2019, em virtude da prorrogação da vigência do PDI 2014-2018 para o final do primeiro semestre, conforme Portaria UNIPAMPA n.º 1.164/2019, o monitoramento das metas abrangeu dois documentos distintos. O monitoramento das iniciativas e suas respectivas metas foi realizado em momentos diferentes, através do módulo de gestão do GURI, ferramenta implantada em 2018. A análise do desempenho consiste em verificar quais metas foram alcançadas, parcialmente alcançadas ou não alcançadas dentro das iniciativas de cada plano. Também oportuniza aos gestores a inclusão de justificativas caso o valor realizado esteja em desacordo com a meta estabelecida, assim como o seu diagnóstico sobre a iniciativa. Os relatórios do sistema, ainda que de ordem quantitativa, permitem realizar análises que podem servir como subsídio aos gestores e fonte de informação para a comunidade acadêmica, demonstrando como está o desempenho da Universidade diante do que foi estabelecido no planejamento estratégico.

5.6 Avaliação sobre o resultado das áreas relevantes de gestão que tenham contribuição decisiva para o alcance dos resultados

Orçamento e Finanças

A execução orçamentária da Universidade está demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 12 – Gestão orçamentária de despesas empenhadas em 2019

Grupo de Despesa	Natureza despesa		Despesa empenhada
Pessoal e encargos sociais	319011	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	R\$220.721.531,84
	319113	Obrigações patronais	R\$ 40.173.853,59
	319004	Contratação por tempo determinado	R\$ 2.725.220,24
	Demais naturezas de despesa		R\$ 3.748.869,16
Outras	TOTAL		R\$ 267.369.474,83

Despesas Correntes	339037	Locação de mão de obra	R\$ 14.451.617,38
	339039	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	R\$ 14.420.708,28
	339018	Auxílio financeiro a estudantes	R\$ 8.720.145,25
	339014	Diárias pessoal civil	R\$ 856.466,31
	Demais naturezas de despesa		R\$2 4.645.262,90
	TOTAL		R\$ 63.094.200,12
Investimentos	449052	Equipamentos e material permanente	R\$ 9.667.961,64
	449051	Obras e instalações	R\$5.698.048,83

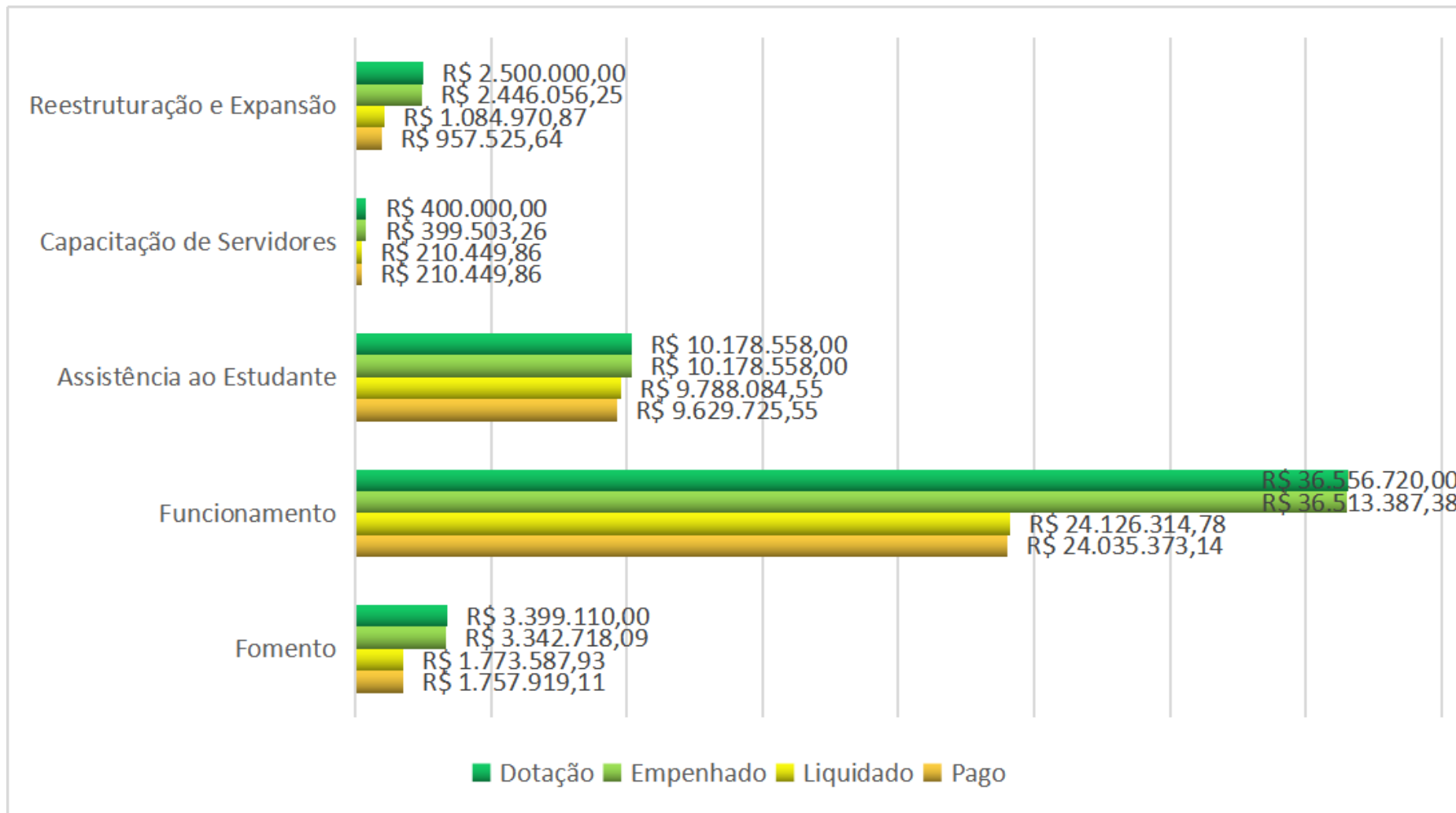
	Demais naturezas de despesa	R\$411.069,59
	TOTAL	R\$15.777.080,06
Total orçamento empenhado – R\$		R\$346.240.755,01

Fonte: PROPLAN.

A dotação inicial prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a UNIPAMPA era de R\$ 319.506.102,00, no entanto chegou-se ao montante empenhado de R\$ 346.240.755,01 devido ao aporte suplementar de orçamento realizado pelo MEC para atender ao pagamento das despesas de pessoal, bem como em razão do recebimento de orçamento descentralizado de outros órgãos do governo federal para aplicação em despesas correntes e de investimentos por meio de TEDs.

Em 2019, a Universidade recebeu R\$ 11.857.123,27, oriundos: de TEDs celebrados com a SESu/MEC; do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico, órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; do Ministério do Desenvolvimento Regional; do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da CAPES e da UAB.

Figura 51 – Execução orçamentária de despesas discricionárias nas principais ações orçamentárias em 2019 (dotação atualizada).



Fonte: PROPLAN.

Considerando-se a dotação orçamentária recebida por ação e as respectivas despesas empenhadas, verifica-se 100% de eficácia na execução orçamentária da ação 4002 da assistência estudantil. No entanto, cabe salientar que as demais ações orçamentárias também apresentaram alto percentual de eficácia na aplicação dos recursos, já que a ação com menor grau de execução atingiu 97,84%, no caso, a ação 8282 de reestruturação e expansão das IFES.

Receitas próprias

Quadro 13 – Receitas Própria de 2019

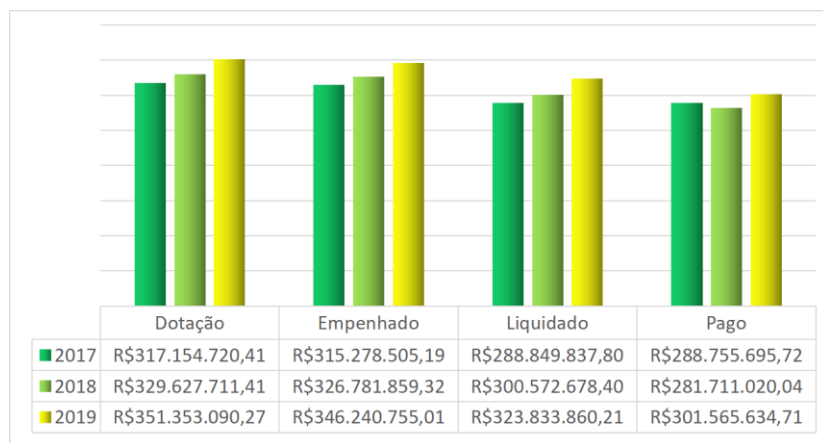
Fonte Recursos		Natureza da Receita	Receita Orçamentária Líquida – R\$
50	Rec. próprios primários de livre aplicação	Alugueis arrendamentos principal	R\$ 167.069,14
		Alugueis e arrendamentos – multas e juros	R\$ 402,53
		Serv. administrat. e comerciais gerais – princ.	R\$ 182.860,09
		Inscr. em concursos e proc. seletivos – principal	R\$ 139.360,00
		Multas previstas em legisl. específica – princ.	R\$ 70,72
		Outras restituições –	R\$ 8.285,12

		principal	
63	Rec. prop. decor. alien. bens e dir. do patr. pub.	Alienação de bens móveis e semoventes – princ.	R\$ 44.280,00
80	Recursos financeiros diretamente arrecadados	Remuneração de depósitos bancários – principal	R\$ 88.070,46
81	Recursos de convênios	Transf. dos estados, DF e suas entidades – princ.	R\$ 41,48
		Total – R\$	R\$ 630.439,54

Fonte: PROPLAN.

Quanto às receitas próprias arrecadadas no exercício 2019, a Universidade arrecadou R\$ 630.439,54; a receita com serviços administrativos e comerciais gerais corresponde à principal fonte de arrecadação. Essa receita origina-se essencialmente dos serviços prestados pelo HUVet e das multas aplicadas pelas bibliotecas.

Figura 52 – Evolução orçamentária período 2017 a 2019 (valores correspondentes à dotação atualizada + TEDs)



Fonte: PROPLAN.

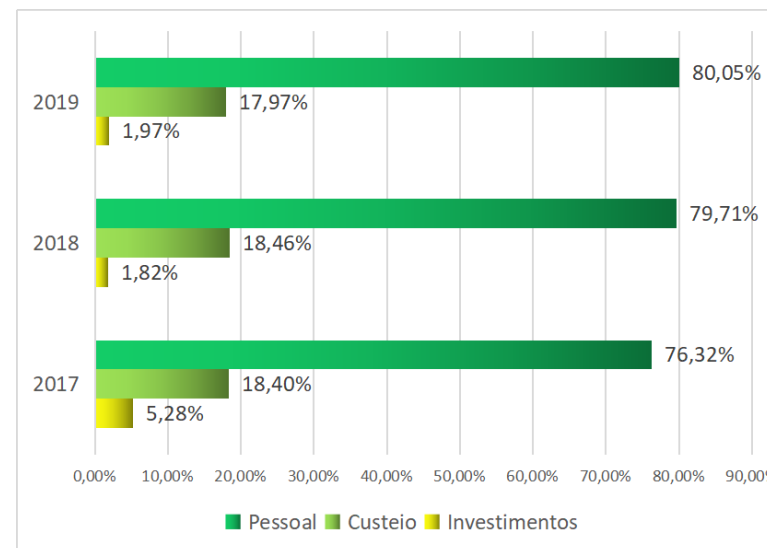
Entre as principais despesas empenhadas no exercício anterior, destaca-se que o montante relativo ao pagamento dos vencimentos dos servidores passou de R\$ 194.484.682,10, em 2017, para R\$ 220.721.531,84, em 2019. Entre os fatores influentes no crescimento dessa despesa, estão as progressões funcionais previstas na legislação relativa à carreira dos servidores vinculados ao MEC.

Em relação às despesas correntes, devido a medidas adotadas pela Universidade, para promover a eficiência do gasto público, o valor empregado com locação de mão de obra, ou seja, contratos terceirizados, foi reduzido de R\$ 17.398.483,87, no exercício 2017, para R\$ 14.451.617,38, no exercício 2019, bem como o valor total aplicado em diárias foi diminuído de R\$ 1.154.999,10, em 2017, para R\$ 856.466,31, em 2019.

No período analisado, o valor empregado em auxílio financeiro a estudantes sofreu aumento significativo, já que foram aplicados R\$ 7.075.615,79, em 2017, e R\$ 8.720.145,25, em 2019. Esse crescimento da despesa reflete o esforço contínuo para disponibilizar meios de acesso e permanência dos discentes no ambiente acadêmico.

Quanto aos investimentos realizados, verificou-se uma inversão na definição de prioridades para aplicação desses recursos, já que o investimento em obras foi reduzido de R\$ 13.113.359,18, em 2017, para R\$ 5.698.048,83, em 2019, e o valor aplicado em equipamentos subiu de R\$ 3.726.920,67, em 2017, para R\$ 9.667.961,64, em 2019. Dessa forma, a gestão universitária buscou atender as demandas institucionais identificadas.

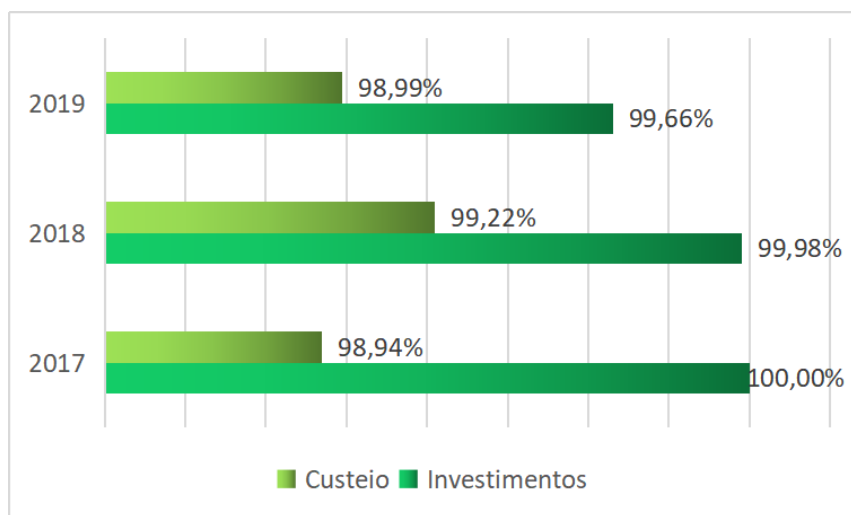
Figura 53 – Percentual de dotação orçamentária por grupo de despesa em 2019.



Fonte: PROPLAN.

Tendo em vista os gráficos apresentados, no período de 2017 a 2019, os percentuais de distribuição da dotação orçamentária entre os grupos de despesa sofreram pouca variação, contudo, cabe destacar que, em relação às despesas de pessoal, estas passaram de 76,32%, em 2017, para 80,05%, em 2019 e os investimentos foram reduzidos de 5,28% para 1,97% no mesmo período.

Figura 54 – Percentual de Execução Orçamentária por Grupo de Despesa



Fonte: PROPLAN.

Analisando-se os dados da figura 54, percebe-se que, no período de 2017 a 2019, houve execução orçamentária próxima de 100% tanto em relação às despesas de custeio quanto às de investimentos. Convém salientar que, apesar das dificuldades advindas dos contingenciamentos

orçamentários e de limite de empenho vivenciadas pela Universidade – que se constituem como o maior empecilho para a execução do orçamento institucional – a Universidade tem atingido a eficácia orçamentária.

Principais desafios e ações futuras relativas às áreas orçamentária e financeira.

Os principais desafios encontrados envolvem o planejamento das ações orçamentárias de forma compartilhada, integrada e contínua, que diante da recorrente redução de recursos e do cenário de contingenciamentos permanentes, afetam o desenvolvimento de ações equilibradas nos diferentes bimestres do ano, causando uma sobrecarga orçamentária na finalização anual, decorrente da totalidade do recurso disponibilizado ao final do exercício.

Diante do exposto, ações futuras referentes à área orçamentária e financeira terão como indício inicial diagnóstico, assim como o plano de gestão das diferentes unidades e institucional. Diante desses dados será realizado o planejamento e organização, das aquisições a serem feitas no final de cada exercício, que também estejam em consonância com o Plano Anual de Contratações. Desta forma tornando eficaz este processo finalístico financeiro.

Gestão de Pessoas

Conformidade legal

A conformidade legal na Gestão de Pessoas inicia-se no processo seletivo, no qual a seleção e as contratações de docentes nas universidades federais se dão por edital de concurso público a fim de atender as normativas estabelecidas na Lei n.º 8.112/1990, na Lei n.º 11.091/2005, na Lei n.º 12.772/2012 e no Decreto n.º 6.944/2009. Os requisitos para contratação dos servidores são estabelecidos a partir de edital público de acordo com a natureza e a abrangência do cargo a ser ocupado.

Avaliação da força de trabalho

Distribuição dos servidores por faixa salarial e carreira

A maioria dos servidores docentes está vinculada à carreira de Professor do Magistério Superior, regida pela Lei n.º 12.772/2012 e estruturados nas classes A, B, C, D e E, e respectivos níveis de vencimento.

Além disso, dispomos de professores vinculados à carreira do cargo isolado de Professor Titular Livre do Magistério Superior, também regida pela Lei n.º 12.772/2012.

Os servidores técnico-administrativos são vinculados ao Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação estabelecido pela Lei n.º 11.091/2005, divididos em cinco classes: A, B, C, D e E. Essas classes são conjuntos de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada,

experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições. O quadro de pessoal da Universidade conta, atualmente, com as Classes D e E.

Quadro 14 – Distribuição dos servidores por faixa salarial e carreira.

Distribuição de servidores por carreira/faixa salarial	F	M	TOTAL	%	Faixa salarial inicial
1 – Técnicos administrativos em Educação	434	465	899		
1.1 – TAE – Nível D	243	275	518	57,62	2.446,96
1.2 – TAE – Nível E	191	190	381	42,38	4.180,66
2 – Professor do Magistério Superior	427	445	872		
2.1 – Auxiliar	81	49	130	14,91	5.288,05
2.2 – Assistente	21	32	53	6,08	7.347,24
2.3 – Adjunto	230	230	460	52,75	11.561,91
2.4 – Associado	95	131	226	25,92	16.199,24
2.5 – Titular	0	1	1	0,11	19.985,24
2.6 – Titular Livre	0	2	2	0,23	19.985,24
Total geral (1 + 2)	861	910	1771		

Fonte: PROGEPE.

Quadro 15 – Distribuição dos técnicos administrativos em educação por carga horária.

Técnicos administrativos em educação	20 horas		24 horas		25 horas		30 horas		40 horas	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Fundamental Incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundamental Completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	1	-	-	-	-	-	20	39
Ensino Superior	-	-	1	-	1	-	-	-	81	116
Especialização	5	1	-	-	1	1	2	3	177	189
Mestrado	-	-	-	-	3	1	3	1	111	101
Doutorado	-	-	-	-	-	-	-	-	32	15
Total	5	1	2	-	5	2	5	4	421	460

Fonte: PROGEPE.

Conforme Quadro 15, a maioria dos cargos técnicos administrativos em educação tem jornada de 40 horas semanais, equivalente a 98% da força de trabalho.

Quadro 16 – Distribuição dos docentes por carga horária.

Escolaridade Professor do Magistério Superior	20 horas		40 horas		40 horas – DE	
	MF	mM	fF	mM	fF	mM
Ensino superior	1	-	-	-	-	3
Especialização	4	5	1	-	5	4
Mestrado	4	2	-	-	47	54
Doutorado	2	-	-	1	363	376
Total	11	7	1	1	415	437

Fonte: PROGEPE.

Conforme quadro 16, a maioria dos docentes trabalha em jornada de 40 horas semanais com dedicação exclusiva, equivalente a 97,7% da força de trabalho. Outro dado importante a destacar é que 84,7% dos docentes da Universidade já contam com o título de doutorado.

Gênero, pessoas com deficiência e etnia

Figura 55 – Distribuição dos servidores segundo gênero, pessoas com deficiência e etnia.

			
Masculino: 50,87%	Feminino: 49,13%	Pessoa com Deficiência: 1,2%	Negros: 8,3%

Fonte: PROGEPE.

Com relação ao gênero, observa-se um equilíbrio no número de servidores. Em relação a 2018, o percentual de servidores do sexo masculino decaiu de 51,86% para 50,87% em 2019, e o percentual de servidoras evoluiu de 48,14%, em 2018, para 49,13% em 2019. Entende-se, assim, que tais números estejam em consonância com as outras organizações brasileiras.

A Instituição adota políticas de inclusão e cotas, no entanto o índice ainda é baixo em relação à representatividade desses grupos na população brasileira. Os concursos públicos garantem a reserva de 20% das vagas para negros (Lei n.º 12.990/2014) e 5% para pessoas com deficiência (Decreto n.º 9.508/2018).

Mesmo que a instituição seja pioneira na oferta de vagas por edital global para cotas de negros, identifica-se a falta de candidatos para concorrer às vagas ofertadas, o que se espera seja mitigado ao longo dos anos com o crescimento do número de egressos negros das instituições de ensino. A política de cotas adotada pela Universidade tenciona, portanto, um acréscimo no número de servidores ingressantes por cotas ao longo dos anos.

Quadro 17 – Grau de escolaridade dos servidores separados por gênero.

Técnicos Administrativos em Educação	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Ensino Médio	21	39	60
Ensino Superior	83	116	199
Especialização	185	194	379
Mestrado	117	103	220
Doutorado	32	15	47
Total	438	467	905
Professor do Magistério Superior	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Ensino Superior	1	3	4
Especialização	10	9	19
Mestrado	51	56	107
Doutorado	365	377	742
Total	427	445	872
Escolaridade Professor do Magistério Superior – SUBSTITUTO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Ensino Superior	9	9	18
Especialização	5	1	6
Mestrado	17	10	27
Doutorado	9	5	14
Total	40	25	65

Fonte: PROGEPE.

Distribuição dos servidores por unidade/faixa etária

Quadro 18 – Distribuição dos docentes por unidade de exercício e faixa etária.

Unidade/faixa etária	Professor do Magistério Superior				
	30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	acima de 60 anos
<i>Campus Alegrete</i>	11	48	25	5	2
<i>Campus Bagé</i>	3	44	63	30	3
<i>Campus Caçapava do Sul</i>	1	31	10	6	7
<i>Campus Dom Pedrito</i>	0	24	22	6	4
<i>Campus Itaqui</i>	3	54	18	6	0
<i>Campus Jaguarão</i>	0	24	20	18	0
<i>Campus Santana do Livramento</i>	4	28	20	4	3
<i>Campus São Borja</i>	0	30	23	13	2
<i>Campus São Gabriel</i>	2	18	27	12	1
<i>Campus Uruguaiana</i>	4	96	46	16	3
Comissões superiores	0	0	0	0	0
CONSUNI	0	0	0	0	0
PROAD	0	1	0	0	0
PRAEC	0	0	0	0	0
PROEXT	0	0	2	0	1
PROGEPE	0	1	0	0	0
PROGRAD	0	3	1	1	0
PROPI	0	0	0	0	0
PROPLAN	0	1	0	1	0
Reitoria	0	3	9	5	3
TOTAL	28	406	286	123	29

Fonte: PROGEPE.

Quadro 19 – Distribuição dos professores substitutos por unidade de exercício e faixa etária.

Unidade/faixa etária	Professor do Magistério Superior – Substituto				
	30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	acima de 60 anos
<i>Campus Alegrete</i>	4	2	0	0	0
<i>Campus Bagé</i>	7	4	0	0	0
<i>Campus Caçapava do Sul</i>	2	1	0	0	0
<i>Campus Dom Pedrito</i>	2	1	1	0	0
<i>Campus Itaqui</i>	4	2	0	0	0
<i>Campus Jaguarão</i>	0	4	0	0	0
<i>Campus Santana do Livramento</i>	4	3	0	1	0
<i>Campus São Borja</i>	3	1	2	0	0
<i>Campus São Gabriel</i>	1	2	0	0	0
<i>Campus Uruguaiana</i>	6	7	1	0	0
Comissões superiores	0	0	0	0	0
CONSUNI	0	0	0	0	0
PROAD	0	0	0	0	0
PRAEC	0	0	0	0	0
PROEXT	0	0	0	0	0
PROGEPE	0	0	0	0	0
PROGRAD	0	0	0	0	0
PROPI	0	0	0	0	0
PROPLAN	0	0	0	0	0
Reitoria	0	0	0	0	0
TOTAL	33	27	4	1	0

Fonte: PROGEPE.

Quadro 20 – Distribuição dos TAEs por unidade de exercício e faixa etária.

Unidade/faixa etária	Técnicos administrativos em educação				
	30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	acima de 60 anos
<i>Campus</i> Alegrete	7	32	17	2	0
<i>Campus</i> Bagé	11	41	19	7	0
<i>Campus</i> Caçapava do Sul	5	19	13	3	0
<i>Campus</i> Dom Pedrito	4	33	10	3	0
<i>Campus</i> Itaqui	6	23	14	3	0
<i>Campus</i> Jaguarão	8	14	9	2	1
<i>Campus</i> Santana do Livramento	4	16	12	0	1
<i>Campus</i> São Borja	7	14	14	6	2
<i>Campus</i> São Gabriel	3	30	17	4	0
<i>Campus</i> Uruguaiana	4	61	28	4	3
Comissões superiores	0	1	0	1	0
CONSUNI	0	1	0	0	1
PROAD	12	18	14	6	0
PRAEC	5	9	3	0	0
PROEXT	3	5	2	1	0
PROGEPE	12	20	6	5	0
PROGRAD	1	12	7	1	0
PROPPI	3	4	5	0	0
PROPLAN	11	29	11	5	0
Reitoria	27	87	25	13	3
TOTAL	133	469	226	66	11

Fonte: PROGEPE.

Dos quadros expostos, percebe-se que uma quantidade substancial de servidores está em faixa etária inferior a 40 anos. São 49,8% dos docentes e 66,5% dos técnicos administrativos que podem ser considerados jovens. Esse panorama nos permite planejar com antecedência ações que visem a mitigar os efeitos da idade sobre o desempenho dos servidores.

Questões como ergonomia, acessibilidade e automatização de tarefas precisam ser pensadas nos próximos anos, para que a qualidade de vida dos servidores não seja prejudicada no futuro.

Quadro 21 – Distribuição da lotação efetiva por área de trabalho.

Tipologias dos cargos	Lotação efetiva	
	Área meio	Área fim
1. Servidores de carreira (1.1)	492	1285
1.1. Servidores de carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	492	1285
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	491	1280
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	5
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	-
2. Servidores com contratos temporários	-	65
3. Servidores sem vínculo com a administração pública	-	-
4. Total de servidores (1 + 2 + 3)	492	1350

Fonte: PROGEPE.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Ocorre pelo chamamento de pessoal para ocupação dos cargos existentes, com base na necessidade de suprir as vacâncias ocorridas e da criação de novos cursos, condicionado à existência de Banco de vagas. Ocorre por meio da publicação de editais com critérios e requisitos detalhados para cada área do conhecimento, processo válido para todos os servidores.

Os Professores do Magistério Superior são selecionados conforme as necessidades identificadas pelos *campi* e são aprovados pelas Comissões de Curso e pelo Conselho de *Campus*, com amparo nas Leis n.º 8.112/1990 e n.º 12.772/2012. Entre as competências, são avaliados:

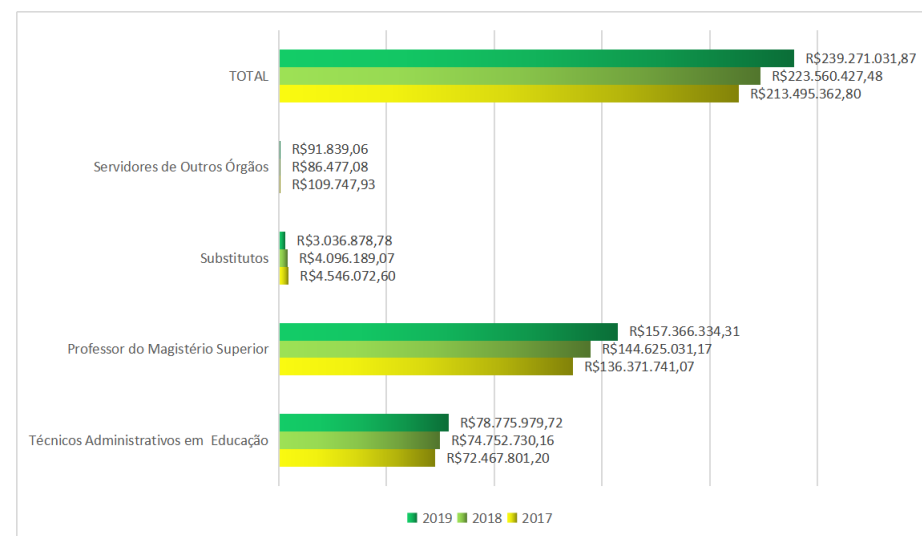
- experiência profissional dos últimos cinco anos;
- produção científica, tecnológica, artística e cultural;
- didática para a sala de aula;
- domínio técnico-científico;
- capacidade de estruturação coerente do texto, clareza e precisão de linguagem;
- planejamento da aula: domínio do tema, capacidade de comunicação e postura pedagógica;
- capacidade de o candidato refletir sobre a própria formação escolar e acadêmica, experiências e expectativas profissionais, além de sua capacidade de formular uma proposta de trabalho na UNIPAMPA, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Tais competências são consideradas e pontuadas no concurso público, por meio das provas escrita, didática, memorial descritivo e de títulos.

Os Técnicos Administrativos em Educação são selecionados conforme a legislação que regulamenta o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e seu regime de trabalho obedece à legislação vigente para a carreira.

A alocação dos servidores ocorre de acordo com as demandas, embasada nesse perfil descrito e na execução do perfilamento, sempre que possível, para alocação de técnicos e administrativos em educação.

Figura 56 – Demonstrativo da evolução das despesas com pessoal nos últimos três anos.



Fonte: PROGEPE.

A despesa com pessoal apresentou acréscimo de R\$ 15.710.604,39, equivalente a 7,0% entre 2018 e 2019. Esse aumento se justifica pelo processo de evolução na carreira dos servidores, ou seja, as progressões concedidas por mérito/desempenho e por qualificação/capacitação, tanto na carreira dos docentes como dos servidores técnico-administrativos, contribuíram para o aumento nas despesas.

Quadro 22 – Regime de proventos/aposentadoria.

Regime de proventos / regime de aposentadoria	2015		2016		2017		2018		2019	
	Realizadas no ano	Total em 31/12	Realizadas no ano	Total em 31/12	Realizadas no ano	Total em 31/12	Realizadas no ano	Total em 31/12	Realizadas no ano	Total em 31/12
1. Integral										
1.1. Voluntária	-	-	-	-	1	1	1	2	1	3
1.2. Compulsória	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3. Invalidez permanente	-	2	2	4	1	5	-	5	2	7
1.4. Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Proporcional										
2.1. Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1

2.2. Compulsória	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Invalidez permanente	-	1	2	3	2	5	1	6	1	7
2.4. Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	3	4	7	4	11	2	13	5	18

Fonte: PROGEPE.

O número de servidores aptos à aposentadoria aumenta ao longo dos anos. Já foi identificado, em 2018, que havia 17 servidores com possibilidade e aptos a requerer aposentadoria. Em 2019, existia ainda a previsão de mais quatro servidores a alcançar esse direito.

Com a Emenda à Constituição n.º 103/2019 (Reforma da Previdência), o número de servidores aptos à aposentadoria diminuiu e seu reflexo ainda está sendo estimado.

Para os próximos anos, a atenção deve ser voltada para preparação dos servidores para inatividade, com programas de reinserção aos diferentes espaços sociais e outras atividades laborais empreendedoras.

Quadro 23 – Regime de proventos do servidor instituidor.

Regime de proventos do servidor instituidor	2015		2016		2017		2018		2019	
	Realizadas no ano	Total em 31/12	Realizadas no ano	Total em 31/12	Realizadas no ano	Total em 31/12	Realizadas no ano	Total em 31/12	Realizadas no ano	Total em 31/12
1. Aposentado										
1.1. Integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Proporcional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Em Atividade	-	2	1	3	-	3	1	4	2	6
3. Total (1+2)	-	2	1	3	-	3	1	4	2	6

Fonte: PROGEPE.

Avaliação do desempenho, remuneração e meritocracia

Gratificação de desempenho

A Universidade, por ter um sistema de promoção e progressão que propicia aos servidores evoluir em suas carreiras, não gratifica por desempenho, mas valoriza o servidor que se qualifica, pois a RT tem motivado os servidores docentes a qualificar-se. De forma semelhante,

os Técnicos Administrativos em Educação são motivados pelo incentivo à qualificação (IQ).

Progressão funcional

Progressão funcional da carreira dos Técnicos Administrativos em Educação.

A cada fim de ano, conforme previsto no calendário de avaliação de desempenho, servidores, chefias e equipes avaliam o desenvolvimento das atividades e identificam necessidades de melhoria individuais, coletivas e organizacionais. O resultado desse levantamento informa ações de gestão de pessoas, o planejamento institucional e das equipes, assim como a elaboração/edição dos planos de trabalho no ciclo seguinte.

Nesse sentido, a avaliação de desempenho dos servidores foca-se em dois eixos de avaliação: avaliação de desempenho para progressão e avaliação de desempenho para desenvolvimento.

Avaliação para progressão

Com o intuito de aferir o mérito do servidor para avançar na carreira, avalia-se o desenvolvimento das atividades acordadas entre o servidor e a Instituição. Como o plano de atividades tem sua origem no planejamento estratégico da Universidade, unidades e equipes, o cumprimento das obrigações ali delimitadas está diretamente ligado ao alcance dos objetivos e metas organizacionais.

A avaliação baseada nas atividades do plano de trabalho garante maior clareza e objetividade. Cada atividade é avaliada quanto ao seu desenvolvimento adequado ou não. Não há escala ou graduação, ou a atividade foi desenvolvida a contento, ou ela não foi (e não se ela foi “cumprida”, pois nem sempre é mensurável ou finita). O esperado é que

o servidor desenvolva seu plano na integridade, salvo em situações intervenientes, mudanças no planejamento ou outras ocorrências que inviabilizem ou alterem o foco das atividades durante a fase de acompanhamento.

Os critérios para determinar se uma atividade foi desenvolvida adequadamente são: que o servidor tenha sido assíduo nas atividades e que não haja negligência comprovada, além disso, que:

- tenham sido concluídas; ou
- tenham avançado de modo observável; ou
- tenham gerado produção intelectual ou técnica; ou
- estejam atendendo adequadamente seus propósitos e usuários.

Desse modo, uma atividade na qual o servidor não seja assíduo ou que ele esteja negligenciando jamais será considerada “desenvolvida”, ainda que seja concluída, que gere produtos ou que não prejudique seus usuários diretamente. Se, por exemplo, o servidor assume a participação em um conselho como parte de seu plano de trabalho, sua inassiduidade recorrente e injustificada será considerada como falha na sua obrigação, ainda que o conselho disponha de membros substitutos para suprir suas ausências ou consiga contornar a carência do servidor. Do mesmo modo, a procrastinação, desperdícios dos recursos públicos, omissão com os deveres e prestações de contas comprometerão o mérito da atividade, ainda que esta gere frutos ou o servidor seja assíduo.

Por outro lado, algumas atividades são de desenvolvimento contínuo, como o atendimento ao público, atividades de secretariado, manutenção de sistemas, entre outras. Essas atividades são de difícil quantificação, não são finitas, mas falhas no atendimento das demandas rapidamente se tornam visíveis. Outras atividades são de mais fácil acompanhamento, e seu avanço pode ser observado por ser

autoevidente ou por ser possível avaliar o alcance de marcos ou metas de desenvolvimento, quantitativamente.

Avaliação para desenvolvimento

Paralelamente ao processo de aferição do desempenho para mérito individual e progressão na carreira, é feita a avaliação do desempenho coletivo das equipes e unidades, avaliadas pelos seus membros. Essa avaliação busca levantar indicadores e subsídios para o planejamento estratégico e a avaliação das políticas do plano de desenvolvimento de pessoal e dos programas de saúde e qualidade de vida do servidor.

Progressão funcional – Professores do Magistério Superior

A avaliação é definida pelas Resoluções CONSUNI n.º 75/2014 e n.º 80/2014 e levam em consideração as atividades relacionadas a ensino, pesquisa, extensão e gestão. Em 2019, os dados relativos à progressão funcional são os seguintes:

Quadro 24 – Progressão docente em 2019.

Situação	N.º de servidores em 2019
Alteração de RT	18
Aceleração da promoção	68
Promoção/progressão docente	263

Fonte: PROGEPE.

Como principal avanço necessário ao processo de avaliação docente, identifica-se a informatização devido ao alto nível de burocratização, combinada com o elevado número de servidores a serem avaliados.

Estágio probatório

As avaliações parciais do estágio probatório são realizadas no primeiro, segundo e terceiro ano pela Comissão de Avaliação Docente (CAD) e pela Comissão de Avaliação dos Técnicos Administrativos em Educação (CAT). O resultado final é elaborado com base nos resultados parciais, conforme Resoluções n.º 107/2015 e n.º 98/2015.

Os docentes são avaliados por meio de documentos que comprovem os seguintes critérios: responsabilidade, assiduidade, disciplina, iniciativa, produtividade e qualidade didático-pedagógica. Essa avaliação é realizada pelas comissões examinadoras de cada *campus*.

Os Técnicos Administrativos em Educação são avaliados com o auxílio do GURI, no qual realizam autoavaliação e submissão ao parecer da chefia, de acordo com os critérios: responsabilidade, assiduidade, disciplina, iniciativa e produtividade.

Os dados de conclusão do estágio probatório são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 25 – Número de servidores que concluíram o estágio probatório em 2019.

Classificação de acordo com a carreira	N.º de servidores
Docentes	58
TAEs	38
Docentes fora do período*	5

Fonte: PROGEPE.

*Referente a servidores que atingiram a estabilidade em 2018 por implemento do interstício legal, mas cuja portaria só foi publicada em 2019.

Informações sobre a remuneração

Para os servidores técnico-administrativos em educação, a remuneração é definida pela Lei n.º 11.091/2005, enquanto para os Professores do Magistério Superior, é definida pela Lei n.º 12.772/2012.

Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos:

Quadro 26 – Quantitativo de cargos.

Tipologias dos Cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação	
	Autorizada	Efetiva
1. Cargos em comissão	61	58
1.1. Cargos de natureza especial	não há	
1.2. Grupo de direção e assessoramento superior	não há	58
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	57
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	não há	1
1.2.4. Sem vínculo	não há	
1.2.5. Aposentados	não há	
2. Funções gratificadas	230	222
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	222
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	não há	
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		280

Fonte: PROGEPE.

Considerando que, dos 1.842 servidores em exercício, 1.771 são servidores de carreiras efetivas e que, conforme Quadro 25, a Instituição dispõe de autorização para 291 cargos de comissão e funções gratificadas. Apenas um percentual de 16,6 % poderá ocupar cargos gerenciais. Em 31 de dezembro de 2019, estava ocupado um total de 280 cargos de comissão e funções gratificadas, representando um percentual de 15,81% de servidores efetivos que estavam ocupando cargos gerenciais.

Detalhes sobre a igualdade de oportunidades na Universidade

Os servidores técnicos e docentes, embora estejam em carreiras distintas, têm oportunidade de progressão e desenvolvimento, observando a legislação pertinente às respectivas carreiras.

Qualificação, estratégia e números

A Política de Qualificação dos servidores técnico-administrativos em educação é desenvolvida, na UNIPAMPA, em consonância com o Decreto n.º 5.707/2006, e o Decreto n.º 5.824/2006 e a Portaria n.º 09/2006-MEC, com observância às Resoluções CONSUNI n.º 24/2010, n.º 25/2010 e n.º 136/2016, que definem o Programa de Incentivo à Capacitação e Qualificação, apresentando como objetivos:

I. contribuir para o desenvolvimento do servidor como profissional e como cidadão;

II. capacitar e qualificar o servidor com vistas à eficácia e à qualidade dos serviços prestados pela Instituição;

III. capacitar e qualificar o servidor para o exercício das suas atividades, de forma a atender às competências exigidas pelos diversos

ambientes organizacionais da Instituição, de forma articulada com os objetivos institucionais;

IV. garantir ações de capacitação, respeitadas as normas específicas aplicáveis, cujos conteúdos programáticos sejam compatíveis com o cargo ocupado pelo servidor e com os ambientes organizacionais, com vistas ao seu desenvolvimento na carreira;

V. incentivar os servidores a estabelecer metas para seu avanço profissional e desenvolvimento pessoal.

A qualificação dos servidores técnico-administrativos em educação tem apresentado um significativo aumento ao longo dos três últimos anos. Tanto o número de especialistas quanto de mestres e doutores apresentaram acréscimo: de 514 servidores qualificados em nível de pós-graduação em 2017 (57,1%), para 598 em 2018 (66,7%) e para 625 em 2019 (70,9%).

Infere-se, assim, que as políticas de fomento à qualificação, como afastamento parcial e integral, realizadas por meio de edital, têm trazido incremento significativo na qualificação do quadro técnico-administrativo da Instituição.

Quanto aos Professores do Magistério Superior, a atual Política de Incentivo à Qualificação prevê a contratação de professores substitutos com limite de vagas estabelecido por *campus*. Isso permite que cada *campus* selecione os docentes que poderão afastar-se para qualificação, segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho de *Campus*.

Essa estratégia de qualificação dos servidores da carreira de Professor do Magistério Superior tem-se mostrado satisfatória. Considerando que houve significativo aumento no número de professores doutores ao longo de 2017, 2018 e 2019, como segue: 650 doutores em 2017 (76,92%), para 699 em 2018 (81,75%), para 739 em 2019 (84,7%).

Principais desafios e ações futuras

Como principais desafios e ações futuras na Política de Gestão de Pessoas destacam-se:

- Aprimoramento da atual Política de Manutenção do Quadro de Servidores, principalmente através de:
 - Redimensionamento de pessoal, vislumbrando a otimização da força de trabalho dentro das estruturas estabelecidas;
 - Reorganização dos processos em relação à entrega do trabalho (produtividade);
 - Valorização das competências e da qualificação;
 - Perfilamento, que possibilitará ao servidor desempenhar suas atribuições, indo ao encontro de suas qualificações;
- Consolidação da Unidade SIASS como gestora dos processos de saúde;
- Implementação de mudanças na política de encargos docentes relacionadas ao registro da jornada de trabalho e a implementação do plano de atividades para os Professores do Magistério Superior;
- Aprimoramento do fluxo de avaliação docente para progressão e estágio probatório através da sistematização do processo informatizado;
- Centralização e aprimoramento dos concursos públicos e processos seletivos simplificados em Bagé.

Gestão de Licitação e Contratos

As despesas da Universidade são apresentadas detalhadamente no Quadro 27. Em 2019, verifica-se aumento de 5,1% no total de despesas

da Instituição, que se deve, significativamente, pelo aumento de 7,5% de despesas com pessoal e 54,8% das contratações diretas. Outros grupos de despesa tiveram significativa redução.

As modalidades de licitação somadas representaram redução de 31,7%, caindo de R\$ 43.002.823,30 em 2018 para R\$ 36.043.662,60 em 2019, até 31 de dezembro de 2019. As três principais modalidades que compõem esse montante são o pregão eletrônico, a concorrência e a tomada de preços, respectivamente; esta última apresentou redução de 81%, o que sinaliza para a ocorrência reduzida de tomadas de preço, já que a liberação de recursos de capital ao longo do exercício foi igualmente pequena.

Por outro lado, houve aumento no montante de contratações diretas (dispensas e inexigibilidades), passando de um total de R\$ 6.309.048,31 para R\$ 9.771.328,87, representando acréscimo de 54,87%, o que se deve, principalmente, pelo aumento dos limites legais para a realização de dispensas por valor e a aquisição de equipamentos voltados para a pesquisa, no que se refere às inexigibilidades. O aumento no suprimento de fundos, da ordem de 58,77%, igualmente acompanhou a alteração dos limites legais para dispensas por valor.

Os auxílios financeiros a estudantes, basicamente, mantiveram seus valores inalterados, com pequena variação positiva de 2,8%.

Já o grupo de despesas não aplicáveis teve variação positiva de 19,74%, referindo-se a despesas com diárias, passagens adquiridas via compra direta, reembolsos, ajudas de custo e empenhos gerados em alguns processos de carona em licitação – adesão da UNIPAMPA como órgão não participante a processos de outras instituições federais.

Quadro 27 – Modalidades de contratação e despesas.

Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2019	%	2018	%	2019	%	2018	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	36.043.662,60	10,41%	43.002.823,30	13,16%	18.925.908,10	6,28%	18.436.164,55	6,54%
a) Convite	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
b) Tomada de Preços	1.556.384,49	0,45%	8.303.148,26	2,54%	126.168,35	0,04%	862.338,74	0,31%
c) Concorrência	2.971.732,53	0,86%	4.022.536,01	1,23%	923.894,05	0,31%	942.245,54	0,33%
d) Pregão	31.482.545,58	9,09%	30.672.439,03	9,39%	17.842.845,70	5,92%	16.631.580,27	5,90%
e) Concurso	33.000,00	0,01%	4.700,00	0,00%	33.000,00	0,01%	0,00	0,00%
f) Consulta	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2. Contratações Diretas (h+i)	9.771.328,87	2,82%	6.309.048,31	1,93%	6.609.095,14	2,19%	4.740.227,42	1,68%
h) Dispensa	6.288.232,45	1,82%	5.454.628,40	1,67%	4.451.519,46	1,48%	4.195.948,70	1,49%
i) Inexigibilidade	3.483.096,42	1,01%	854.419,91	0,26%	2.157.575,68	0,72%	544.278,72	0,19%
3. Regime de Execução Especial	94.933,03	0,03%	59.792,85	0,02%	94.933,03	0,03%	59.792,85	0,02%
j) Suprimento de Fundos	94.933,03	0,03%	59.792,85	0,02%	94.933,03	0,03%	59.792,85	0,02%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	286.884.504,72	82,86%	268.341.666,47	82,12%	266.408.298,31	88,34%	249.509.589,96	88,57%
k) Pagamento em Folha	285.961.680,21	82,59%	266.839.446,82	81,66%	265.486.282,02	88,04%	248.007.370,31	88,04%
l) Diárias	922.824,51	0,27%	1.502.219,65	0,46%	922.016,29	0,31%	1.502.219,65	0,53%
5. Total de Despesas acima (1+2+3+4)	332.794.429,22	96,12%	317.713.330,93	97,22%	292.038.234,58	96,84%	272.745.774,78	96,82%
6. Auxílio Financeiro a Estudantes	8.720.145,25	2,52%	8.478.981,10	2,59%	8.719.905,25	2,89%	8.478.981,10	3,01%
m) Auxílio Financeiro a Estudantes	8.720.145,25	2,52%	8.478.981,10	2,59%	8.719.905,25	2,89%	8.478.981,10	3,01%
7. Não Aplicável / Outros	4.726.180,54	1,36%	589.547,29	0,18%	807.494,88	0,27%	486.264,16	0,17%
n) Não Aplicável / Outros	4.726.180,54	1,36%	589.547,29	0,18%	807.494,88	0,27%	486.264,16	0,17%
8. Total das Despesas da UPC	346.240.755,01	100,00%	326.781.859,32	100,00%	301.565.634,71	100,00%	281.711.020,04	100,00%

Fonte: PROAD.

Gestão Patrimonial

A estrutura patrimonial da Universidade tem se expandido desde sua criação em 2008. Esse efeito se reflete na aquisição de móveis e equipamentos para o uso da comunidade universitária na realização das atividades intermediárias e finalísticas da Instituição. Além disso, a expansão estrutural dos prédios e dos imóveis de uso especial vem buscando garantir o atendimento das atividades institucionais, proporcionando espaços adequados às especificidades de cada uma das dez Unidades Universitárias, Órgãos Complementares e Suplementares e Reitoria.

A Universidade, contudo, desacelerou seu processo de ampliação. Os constantes cortes orçamentários resultaram na dificuldade para aquisição de bens permanentes e diversas obras ainda não concluídas, o que limita o pleno funcionamento de atividades acadêmicas e administrativas. Após não ter havido compra de mobiliário em 2018, somente ao final de 2019 foi liberado o valor aproximado R\$ 600 mil para aquisição de mobiliário geral, incluindo itens para discentes e serviços finalísticos.

Quadro 28 – Bens permanentes por unidade

Bens Permanentes por Unidade			
Unidades	Móveis	Inservíveis ou Precários	Acervo Bibliográfico
Alegrete	8.039	45	22.687
Bagé	15.038	4	32.694
Caçapava do Sul	6.610	13	11.321
Dom Pedrito	5.623	34	10.912
Itaqui	7.279	115	18.813
Jaguarão	4.988	75	29.094

Santana do Livramento	4.705	2	18.045
São Borja	6.093	81	42.439
São Gabriel	6.140	170	10.964
Uruguaiana	9.667	284	28.289
Reitoria	4.357	1	1.741
Total	78.539	824	226.999

Fonte: PROAD.

Objetivando aprimorar a gestão patrimonial, a UNIPAMPA buscou atualizar procedimentos e incorporar a nova legislação específica, como o Decreto n.º 9.373/2018, que dispõe sobre alienação, cessão, transferência e destinação final de bens móveis no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a IN n.º 11/2018, que dispõe sobre a ferramenta informatizada de disponibilização de bens móveis inservíveis para fins de alienação, cessão e transferência no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional – Reuse.gov.

Do mesmo modo, respeitando o aproveitamento dos recursos públicos, a UNIPAMPA também doou bens móveis ociosos, através do sistema Reuse.gov, uma ferramenta criada pelo governo federal visando à desburocratização e garantindo a transparência aos processos de incorporação e transferência de patrimônio da União.

Concernente aos imóveis, a UNIPAMPA ainda depende de edifícios alugados para o desenvolvimento de atividades administrativas e acadêmicas, tendo em vista a indisponibilidade de imóveis de propriedade da União que supririam essa demanda. Tal situação aplica-se à Reitoria, que, atualmente, funciona exclusivamente em prédios alugados em Bagé. Essa situação se repete em alguns *campi*, nos termos do quadro seguinte:

Quadro 29 – Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros.

Localização geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ		Finalidade da Locação	Valor da locação (R\$)
		Exercício 2018	Exercício 2019		
Rio Grande do Sul	Bagé (Reitoria)	7	7	-	
		3	3	Contrato 09/2010 – Instalações da Reitoria – Prédio II Contrato 18/2011 – Instalações da Reitoria – Prédio I	114.757,80 132.000,00
		2	2	Contrato 32/2012 – Instalações da Reitoria – Prédio III Contrato 04/2011 – Utilização para salas de aula	148.214,04 211.557,24
	São Gabriel	2	2	Contrato 67/2011 – Utilização para atividades administrativas do <i>campus</i>	102.344,64
	Santana do Livramento	1	1	Contrato 06/2013 – Utilização para moradia estudantil	84.860,28
	Itaqui	1	1	Contrato 13/2016 – Locação de salas para docentes	103.425,00
Subtotal				-	897.197,00
Total		7	7	-	897.197,00

Fonte: PROAD.

Apesar de mantidos os mesmos prédios alugados em 2018, ocorreu redução de R\$ 19.221,84 no valor total anual pago em aluguéis, resultante de negociação da Administração com os locadores.

Em 2018, fora lançada uma licitação (Tomada de Preços n.º 07/2018) para a construção dos prédios da Reitoria, que, ao ser concluída, trará economia nos valores despendidos com aluguéis. Porém, em 2019, o governo federal disponibilizou recurso suficiente para apenas três pavilhões da Cidade da Reitoria, representando 30% do projeto.

Quanto à gestão e ao controle patrimonial da Universidade, ambos estão norteados pela aplicação da legislação vigente sobre o tema. No que diz respeito à parte imobiliária, é realizado um trabalho de reavaliação, no sentido de propiciar a regularização dos imóveis da Universidade no SPIUnet, de acordo com o art. 106, da Lei n.º 4.320/64. Atualmente, o valor total dos imóveis da Instituição é de R\$ 210.580.779,20 conforme Quadro 30:

Quadro 30 – Área construída e valor dos imóveis

Imóveis por Unidade		
Unidades	Área Construída	Valor dos Imóveis
<i>Campus</i> Alegrete	12.585,20	40.207.031,63
PAMPATEC - Alegrete	640,70	4.335.725,43
<i>Campus</i> Bagé	26.383,01	29.961.712,22
<i>Campus</i> Caçapava do Sul	10.428,15	18.347.074,12
<i>Campus</i> Dom Pedrito	7.725,31	14.518.203,30
Fazenda Escola - Dom Pedrito	280,50	5.296.897,00
<i>Campus</i> Itaqui	13.740,40	10.564.437,57
<i>Campus</i> Jaguarão	6.015,81	10.471.312,46
<i>Campus</i> Santana do Livramento	5.497,40	13.170.070,15
<i>Campus</i> São Borja	10.183,15	22.805.372,18
<i>Campus</i> São Gabriel	5.782,83	14.896.238,23
<i>Campus</i> Uruguaiana	29.081,43	26.006.704,91
Total	128.343,89	210.580.779,20

Fonte: PROAD.

Com relação aos bens permanentes móveis, anualmente, ocorre a realização do inventário físico, conforme exigência da Lei n.º 4.320/64, a fim de se observar as mutações sofridas pelo patrimônio mobiliário das organizações públicas. Durante esse procedimento, são catalogados todos os bens permanentes; a Universidade possui a expressiva quantia de mais de 76 mil itens enquadrados nessa categoria, distribuídos entre as

unidades acadêmicas, Reitoria e demais órgãos, verificando-se se os bens estão alocados em seus devidos lugares e atendendo a finalidade para a qual foram destinados.

Ademais, a Divisão de Patrimônio buscou a equalização das diferenças entre bens móveis e acervo bibliográfico registrado no GURI e

o registrado no SIAFI do Governo Federal, uma vez que isso gera ressalvas nas demonstrações contábeis.

Finalmente, considera-se a estrutura da Universidade ainda insuficiente para atender todas as necessidades acadêmicas e administrativas, carente de recursos para conclusão de obras em andamento ou novas obras e para aquisição de mobiliário e

equipamentos, o que não permite a plena contemplação das necessidades físicas para um eficaz atendimento da missão institucional. Contudo, muito se tem feito com os recursos recebidos ao longo dos últimos anos, especialmente no que tange à estruturação dos cursos e das unidades acadêmicas, possibilitando assim os resultados positivos que a UNIPAMPA proporciona à comunidade regional.

Gestão de Infraestrutura

O ano de 2019 marcou a transição entre os PDIs 2014-2018 e 2019-2023. Nesse sentido, enquanto os objetivos anteriores eram alcançados, novos objetivos foram traçados, de acordo com a nova realidade institucional. Em 2019, foram concluídas 10 obras, que serviram para mais um passo rumo à consolidação dos cursos e das unidades acadêmicas da Universidade. Foram contempladas obras relativas a assistência estudantil, laboratórios e salas de aula, áreas administrativas, além de investimentos em infraestrutura básica dos *campi*, melhorando a segurança.

Em dezembro de 2019, a instituição possuía 11 obras em andamento; destas, apenas duas apresentavam situação regular em relação ao percentual previsto para a execução, as demais, encontravam-se com algum tipo de atraso em relação ao cronograma

previsto. Considerando as obras em andamento e concluídas, 9 das 10 unidades da Universidade receberam algum tipo de melhoria.

As obras da Cidade da Reitoria – infraestrutura que acomodará os órgãos da Reitoria no *Campus Bagé* – iniciaram em uma primeira fase, contemplando três prédios funcionais e parte da urbanização, além de ter sido executada a rede elétrica.

Todas as obras realizadas, concluídas ou em andamento, estão contempladas nos PDIs, conforme o eixo estratégico de aperfeiçoamento institucional, através do objetivo de implantar a infraestrutura de edificações necessárias às atividades acadêmicas e administrativas.

Quadro 31 – Obras entregues em 2019.

<i>Campus</i>	Obras entregues	Área construída (m ²)	Valor investido em R\$	Data ordem serviço	Data recebimento provisório
Alegrete	Laje de reação do Laboratório de Engenharia Civil		125.289,00	13/05/2019	01/11/2019
Alegrete	Laboratório de Eng. ^a Civil e Elétrica	3243,00	5.365.739,97	20/01/2014	21/08/2019
Alegrete	Reforma parcial Prédio DTIC		192.367,55	15/02/2019	02/10/2019
Bagé	Reforma da rede elétrica no Bloco 03		273.396,30	26/11/2018	03/07/2019
Dom Pedrito	Rede de energia elétrica e subestação 3 e 4		118.317,70	15/02/2019	13/09/2019
Dom Pedrito	Casa do Estudante	2309,45	3.784.671,36	05/03/2015	09/05/2019
Itaqui	Construção Prédio Administrativo – Fase 02	1575,00	2.429.873,58	28/11/2017	05/06/2019
Itaqui	Cercamento do <i>Campus</i> Itaqui		380.382,90	18/06/2018	01/03/2019
Jaguarão	Prédio Acadêmico I	2430,50	4.727.290,38	03/02/2014	19/07/2019
Uruguaiana	Reforma ginásio – fase 02	1916,64	2.080.107,69	29/11/2017	26/06/2019

Fonte: PROPLAN.

Contratos de obras vigentes

Quadro 32 – Contratos de obras vigentes.

<i>Campus</i>	Obra	Contrato n.º	Valor Licitado (R\$)	Valor atualizado com aditivos (R\$)	% executado	% previsto (cronograma)	Situação	Observações
Alegrete	Reforma PPCI Prédio Acadêmico e Administrativo	30/2018	522.002,66	522.002,66	88,83%	88,19%	Obra regular	Vigência do contrato 11/04/2020
Bagé	Cidade da Reitoria parte 01	01/2019	2.458.972,95	2.458.972,95	36,00%	65,65%	Obra em atraso	Vigência do contrato 25/08/2021
Bagé	Rede elétrica Cidade da Reitoria	02/2019	298.408,75	298.408,75	97,60%	100,00%	Obra em atraso	Vigência do contrato 05/10/2019
Dom Pedrito	Acadêmico I	06/2015	5.089.068,24	5.907.012,60	86,68%	100,00%	Obra em atraso	Vigência do contrato 14/02/2020
Santana do Livramento	Prédio para expansão do <i>campus</i>	48/2012	9.934.648,14	11.585.278,23	82,00%	83,22%	Obra em atraso	Vigência do contrato 24/02/2020
Jaguarão	Casa do Estudante	62/2013	2.707.113,82	3.801.832,81	96,15%	100,00%	Obra em atraso	Vigência do contrato 16/09/2019
São Borja	Acadêmico III	03/2019	2.480.077,90	2.480.077,90	35,73%	35,53%	Obra regular	Vigência do contrato 22/12/2021
São Gabriel	Administrativo	16/2019	1.913.428,70	1.913.428,70	2,86%	3,05%	Obra em atraso	Obra recém-iniciada com Ordem de serviço emitida em 15 de agosto de 2019. Vigência do contrato 07/01/2022
Uruguaiiana	Laboratório de Anatomia Humana	31/2018	796.459,47	796.459,47	49,30%	62,30%	Obra em atraso	Vigência Contrato 09/12/2020
Uruguaiiana	Laboratório de Habilidades Médicas	31/2017	1.913.428,70	1.913.428,70	42,69%	100,00%	Obra em atraso	Vigência Contrato 26/06/2020
Uruguaiiana	Núcleo Multiusuário de Pesquisa em Ciências da Vida	05/2018	1.264.949,96	1.264.949,96	90,82%	100,00%	Obra em atraso	Vigência Contrato 08/04/2020

Fonte: PROPLAN.

Licitações realizadas

Quadro 33 – Licitações de obras realizadas.

Objeto	Edital Convocatório	Valor estimado em R\$	Modalidade	Data	Status
Conclusão do Pavilhão I de Piscicultura	TP 01/2019	694.809,57	Tomada de Preço	26/11/2019	
Reforma da DAEINTER – <i>Campus</i> Santana do Livramento	TP 02/2019	67.183,00	Tomada de Preço	03/12/2019	Licitação Deserta
Conclusão do reservatório <i>Campus</i> Bagé	TP 03/2019	741.257,01	Tomada de Preço	04/12/2019	Licitação Deserta
Urbanização – <i>Campus</i> São Gabriel – fase 1	TP 04/2019	459.300,96	Tomada de Preço	05/12/2019	Licitação Deserta
Reforma PPCI e cobertura do <i>hall</i> – <i>Campus</i> Dom Pedrito		273.956,51	Tomada de Preço		
Reforma elétrica e sala raio-X do HUVet – <i>Campus</i> Uruguaiana		106.457,28	Tomada de Preço		
Elevadores anexos – <i>Campus</i> Santana do Livramento					Licitação Deserta

Fonte: PROPLAN.

Foi planejada a execução de licitações como o Bloco V, Prédio da Enologia, Acadêmico III de São Gabriel, entretanto não houve sinalização de liberação de recursos para esses projetos. Além disso, das sete licitações lançadas, quatro resultaram desertas.

Foi obtido recurso específico para ações de sustentabilidade, com o qual serão executadas miniusinas de geração de energia fotovoltaica em quatro *campi* (Alegrete, Bagé, Dom Pedrito e Itaqui), o que contribuirá a longo prazo com a diminuição das despesas de energia elétrica da Universidade.

Análise crítica da Gestão de Infraestrutura

1. Construção de salas de trabalho para docente: como exemplo, as obras do Prédio Administrativo de Itaqui e de São Gabriel, Acadêmico II de Jaguarão, Laboratório de Engenharia Civil, Elétrica e Telecomunicações de Alegrete, Reforma do Bloco III de Bagé, Anexo de Santana do Livramento e NUPEVI preveem a construção de salas para o corpo docente.
2. Promoção, em novas edificações, do uso de recursos e materiais sustentáveis: as concepções dos projetos de novas edificações preveem o reúso de água da chuva, iluminação natural e elementos de conforto térmico, além de exigirem equipamentos com alta eficiência energética quando tecnicamente viáveis. Além disso, como mencionado anteriormente, foi conquistado recurso específico para a instalação de miniusinas de geração fotovoltaicas nos *campi*.
3. Construção da infraestrutura própria para a Reitoria: começo da Fase 01 da Cidade da Reitoria no *Campus* Bagé.

4. Diagnóstico de acessibilidade, segundo ABNT NBR 9050, dos prédios próprios da Universidade: O diagnóstico de acessibilidade dos prédios da Universidade foi concluído em 2017. Em 2019, foi iniciado um diagnóstico mais abrangente de todos os espaços físicos e suas ocupações, para planejamento das novas intervenções nas unidades acadêmicas.
5. Revisão e formalização da Política de Fiscalização de Obras na Orientação Técnica n.º 01/2017 da Coordenadoria de Infraestrutura/PROPLAN.
6. Em 2019, foi publicada a Orientação Técnica n.º 01/2019, que dispõe sobre os processos de solicitação, elaboração e aprovação de projetos de edificações e infraestrutura no âmbito da UNIPAMPA.
7. Construção de salas de atendimento ao corpo discente: como exemplo há a obra de conclusão do Acadêmico III de São Borja, que prevê salas de estudos.

Principais desafios e ações futuras

Um dos principais desafios a ser enfrentado é a regularização dos prédios em todas as unidades acadêmicas. Para isso, devem ser executados os projetos de prevenção e proteção contra incêndios (PPCIs), adequações de acessibilidade e, posteriormente, a regularização das edificações nas prefeituras municipais, para obtenção das cartas de *habite-se*. Além disso, deve-se prestar a devida atenção aos processos de licenciamento ambiental dos *campi*. Todas

essas demandas estão interligadas, não sendo possível regularizar uma delas sem as demais.

Nos últimos anos, houve uma retomada de obras paralisadas, diminuindo esse passivo da Universidade. Atualmente, encontram-se paralisadas, em diversas etapas de execução, as seguintes obras:

- Alegrete – Casa do Estudante;
- Bagé – Bloco V;
- Bagé – Casa do Estudante;
- Caçapava do Sul – Acadêmico I;
- Dom Pedrito – Prédio da Enologia;
- Itaqui – Acadêmico III;
- São Gabriel – Acadêmico III;
- São Gabriel – Casa do Estudante;
- Jaguarão – Centro de Interpretação do Pampa.

Embora alguns *campi* ainda não contem com infraestrutura completa, já se demonstra a necessidade de obras de manutenção, reformas e adequações que deverão ser observadas nos próximos anos.

Serviços Terceirizados

A terceirização é uma forma de organização estrutural que permite a transferência de atividades (meio) para outras empresas, proporcionando um direcionamento maior de recursos para as atividades-fim.

Figura 57 – Vantagens da terceirização



Fonte: PROAD.

Atualmente, a UNIPAMPA mantém nove contratos de serviços continuados: motorista, almoxarife, vigilância, portaria, limpeza e conservação, tratorista e trabalhador agropecuário, cuidador, auxiliar de veterinária e manutenção predial. O quadro a seguir demonstra os valores envolvidos nas contratações supracitadas:

Quadro 34 – Informações sobre contratos de serviços terceirizados.

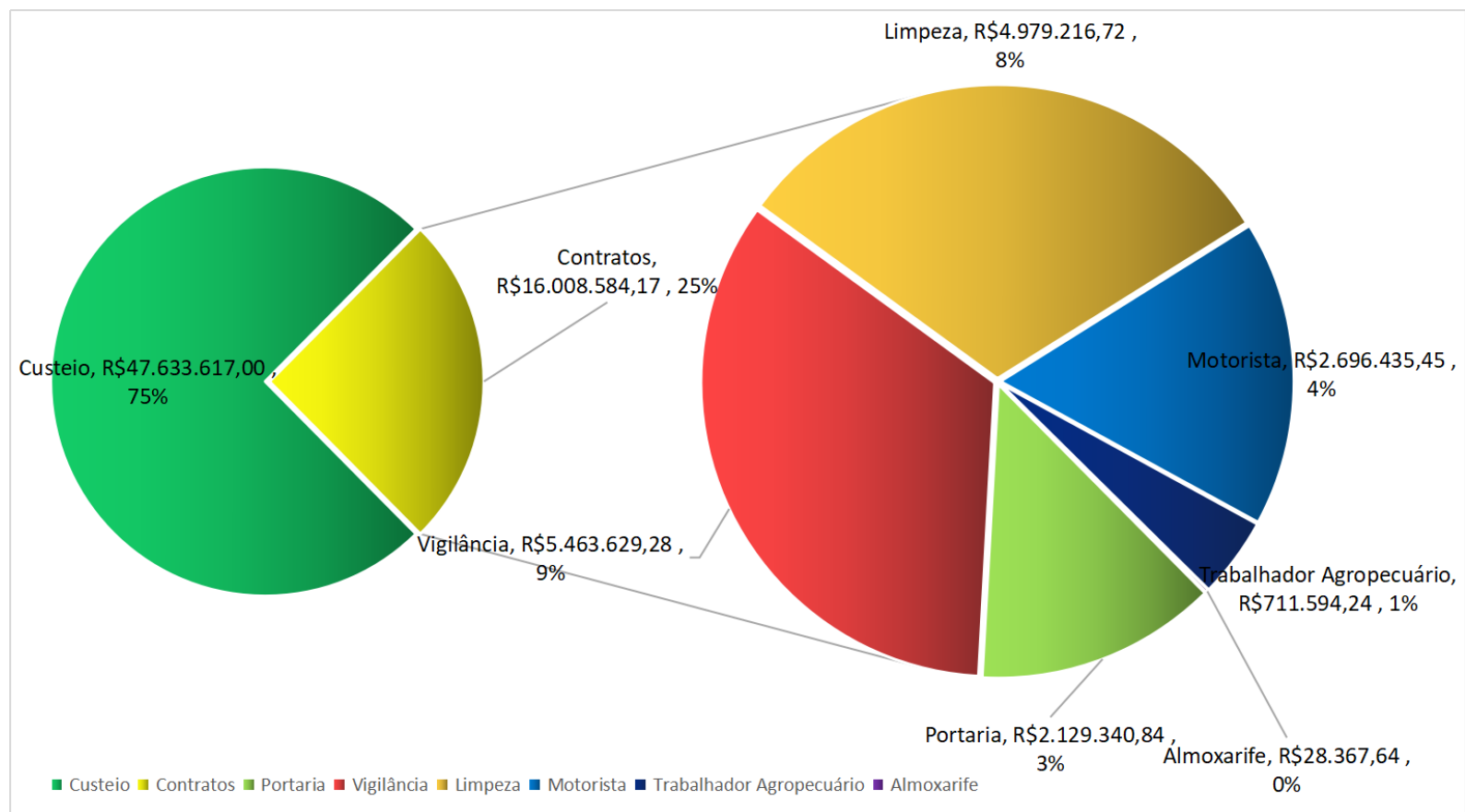
Informações contratos de serviços terceirizados						
Contrato	Serviço	Empresa contratada (CNPJ)	N.º de postos	N.º de funcionários	Valor mensal R\$	Valor anual R\$
14/2014	Manutenção predial	06.205.427/0001-02	36	36	166.651,09	1.999.813,06
36/2015	Auxiliar de veterinária	08.202.514/0001-31	3	5	23.680,98	284.171,77
41/2015	Vigilância	03.144.992/0001-19	42	84	455.302,44	5.463.629,28
43/2015	Limpeza e conservação	06.205.427/0001-02	100	100	414.880,75	4.979.216,72
45/2015	Portaria	08.202.514/0001-31	24	48	177.445,07	2.129.340,84
03/2016	Cuidador	00.064.709/0001-50	1	1	3.930,58	47.166,96
01/2017	Motorista	00.482.840/0001-38	29	29	224.703,04	2.696.436,45
03/2017	Almoxarife	10.439.655/0001-14	1	1	2.363,97	28.367,64
20/2019	Tratorista/ trabalhador agropecuário	06.205.427/0001-02	17	17	59.299,52	711.594,24
Total		9	253	321	1.528.257,44	18.339.736,96

Fonte: PROAD.

Entre as contratações da Universidade, as mais relevantes são as de serviços terceirizados, pois, além de serem imprescindíveis à continuidade das atividades da instituição, consomem grande parcela dos

recursos de custeio, representando 25% do total do valor gasto no grupo outras despesas correntes.

Figura 58 – Percentual do orçamento de custeio da instituição nos contratos de serviços terceirizados.



Fonte: PROAD.

O advento da IN n.º 05/2017/MPOG trouxe inovações ao procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta, as quais ocasionaram mudanças nos processos de planejamento da contratação, gestão de riscos, fiscalização e gestão dos contratos de serviços contínuos.

Nesse sentido, foram empreendidos esforços para adequação dos processos aos ditames da IN n.º 5/2017/MPOG, remodelando fluxos de trabalho, implementando métodos de controle interno e registro das fiscalizações, traçando rotinas de trabalho do gestor, para o fiel acompanhamento da execução dos contratos, entre outras medidas, que visam à aplicação, em sua plenitude, dos princípios da economicidade e eficácia.

Dessarte, na contratação realizada nos moldes da IN, após estudo preliminar para planejamento da contratação dos serviços de trabalhador agropecuário e tratorista, logrou-se uma diminuição de 9,27% nos custos da contratação, o que representa uma economia anual de R\$ 72.707,76.

Ainda em decorrência dos efeitos da nova IN, no Contrato n.º 20/2019 – Serviços de trabalhador agropecuário e tratorista,

Tecnologia da Informação

Gestão da TI

As ações de TIC, durante 2019, foram conduzidas em alinhamento com as estratégias definidas pela Instituição em consonância com as diretrizes do governo federal, seguindo prioridades em investimentos e serviços, capacitação de pessoal e gestão de riscos.

implementou-se o uso do instrumento de medição de resultado (IMR), instrumento de controle que compreende a mensuração dos resultados alcançados em relação ao serviço contratado, prevendo que o pagamento deve ser feito de acordo com o resultado efetivo da qualidade da prestação do serviço, permitindo ao gestor do contrato glosar o pagamento de serviços não prestados ou prestados em desconformidade com o previsto no edital, à luz dos indicadores mínimos de desempenho previamente estabelecidos.

Por fim, importante frisar que os contratos de prestação de serviços continuados permanecem a sentir os efeitos dos contingenciamentos orçamentários. Os escassos recursos financeiros vão de encontro com o crescimento da Instituição. As conclusões das obras, que proporcionam o crescimento físico da Universidade, aumentam simultaneamente a demanda por serviços contínuos, mais especificamente de limpeza, portaria e vigilância. Ademais, o contingenciamento causa um grande obstáculo nos processos de renovação e repactuação dos contratos terceirizados, diante das dificuldades de liberação de dotações orçamentárias, que elevam o tempo de resolução dos processos.

Metas e objetivos definidos para o exercício

As metas e objetivos para 2019 foram definidos no Plano Diretor de TIC (PDTIC), válido para o período de 2017 a 2019. Esse documento está disponível no endereço <https://dtic.unipampa.edu.br/pdtic/>. Os objetivos e metas para 2019, de acordo com esse documento, eram os seguintes.

Objetivos de infraestrutura – manutenção da infraestrutura necessária à demanda institucional de serviços de TIC, incluindo ações como substituição de computadores em uso há mais de cinco anos e manutenção de instalações, o que foi integralmente cumprido. Também foram realizadas obras como o novo *data center* no *Campus Alegrete*.

Objetivos de segurança da informação – são objetivos vinculados a promover a aderência à legislação federal de Segurança de TIC aplicáveis à administração pública federal. Envolve ações de aderência ao Decreto n.º 8.135/2013 e implantação de recurso de autenticação digital em documentos gerados nos sistemas institucionais. Com a revogação do Decreto n.º 8.135/2013 pelo Decreto n.º 9.637/2018, será necessário novo planejamento para adequar-se a essa nova realidade. A implantação de um recurso de autenticação digital em documentos gerados nos sistemas institucionais foi iniciada e encontra-se em andamento.

Foi iniciado um estudo para avaliar a maneira de melhorar a segurança da informação, de forma a aprimorar a disponibilidade e resiliência dos serviços de TIC.

Objetivos de sistemas – expansão da oferta de serviços digitais, mais especificamente, através da criação de novos módulos no GURI. Como havia um gargalo no sistema SIE, foi celebrado um acordo de cooperação com a UFSM (em andamento), para atualizar esse sistema e remover essa limitação. Nesse sentido, também foi criado um módulo no GURI para substituição do sistema SIPPEE, que se encontra em fase final de homologação pelos utilizadores.

Objetivos de governança – fomento do uso de dados e formatos abertos, em alinhamento com a estratégia de governança digital do governo federal. A esse respeito, foi elaborada uma Resolução (pendente de aprovação pelo CONSUNI) que estabelece a Política de Utilização de Programas de Computador na Instituição.

Principais projetos

Os principais projetos focaram a garantia dos atributos básicos da segurança da informação, o que se deu através do alinhamento à legislação e da elaboração de normas e políticas internas. Também houve adequação das competências e do aprimoramento no processo de gestão de riscos.

Um item importante foi a implementação do serviço “EduRoam”, que permitiu a integração da comunidade acadêmica com outras instituições nacionais e internacionais de ensino. Outra conquista importante foi um acordo com a Google, pois a comunidade acadêmica passou a ter acesso aos recursos desse fornecedor (G-Suite) sem custos.

Na parte de sistemas, foram realizados aprimoramentos referentes ao processo de avaliação socioeconômica, que simplificou e agilizou a manutenção de benefícios. Também foram realizadas melhorias no plano de ensino e diário específico da modalidade EaD.

Conclusivamente, os projetos demonstram que há um processo positivo de transformação digital em andamento na Instituição. Esses esforços permitiram facilitar a vida acadêmica e otimizaram o uso do dinheiro público.

No quadro seguinte, estão descritos os valores gastos em bens e serviços de TIC durante o exercício 2019.

Quadro 35 – Gastos em bens e serviços de TI.

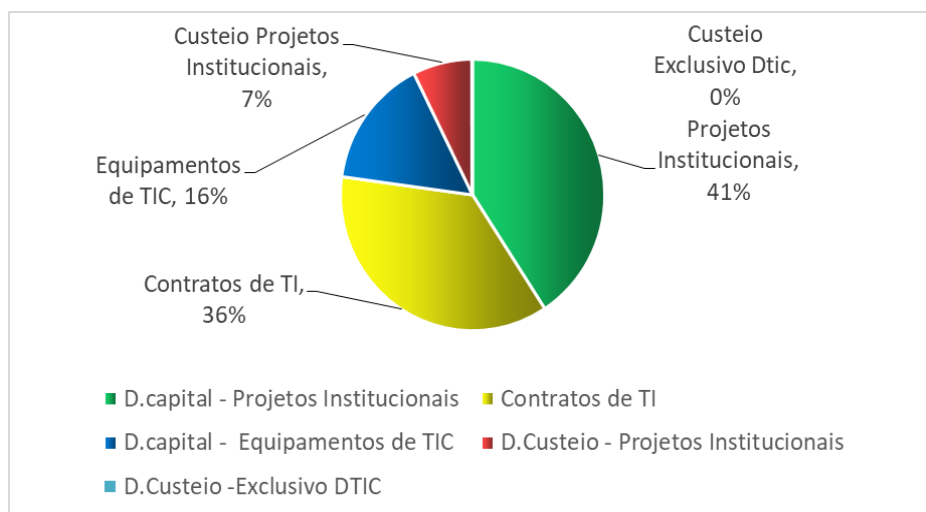
Despesa de capital: projetos institucionais	
Produto	Valor total
Equipamentos TELECOM	62.422,70
Ativos de rede	1.154.403,74
Total	1.296.821,44
Despesa de Capital: Equipamentos de TIC	
Produto	Valor total (R\$)
Computadores	448.489,00
Leitor biométrico para RU	36.752,00
<i>No-break</i>	7.910,98
Total	493.151,98
Custeio: Projetos institucionais	
Produto	Valor total
Material de consumo (cabos, baterias, adaptadores, outros)	52.638,96
Material para infra de rede	33.250,63
Materiais para <i>data centers</i>	146.120,25
Total	232.009,84
Contratos: serviços institucionais de TIC	
Serviço	Valor Total (R\$)
Telefonia fixa	72.000,00
Telefonia móvel	60.000,00
Reprografia (impressão)	216.000,00
Mpls (<i>link</i> contingência)	447.000,00
Manutenção de rede	144.000,00
Manutenção de <i>hardware</i>	110.000,00
Manutenção de gerador	3.900,00
Suporte Microsoft	100.000,00
Suporte Dell	2.166,67
Total	1.155.066,67

Fonte: DTIC.

Portanto, o desembolso de capital em 2019 perfaz o total R\$ 1.789.973,42, enquanto as despesas de custeio atingiram um valor de R\$ 1.387.076,51.

A distribuição das despesas na área de TIC pode ser visualizada no gráfico seguinte.

Figura 59 – Distribuição percentual das despesas de tecnologia de informação e comunicação.



Fonte: DTIC.

Portanto, a maior parte da verba é destinada a projetos institucionais (40,8%), que são aqueles que beneficiam o maior número possível de pessoas da comunidade universitária.

A percepção é de que a quantidade de necessidades, seja por questões legais, sejam necessidades internas, está aumentado. Houve acréscimo tanto na complexidade das demandas quanto na sua quantidade. Serão necessários ajustes e investimentos nos próximos anos para atender essas necessidades.

Custos e Sustentabilidade

Custos

A contabilidade de custos oferece ao gestor informações de relevância estratégica para dar suporte às decisões tomadas na instituição.

A UNIPAMPA ainda não implantou o sistema de gestão de custos, pois, para que tal forma de controle seja implantada, é necessária uma estrutura, como sistema de controle interno, pessoal capacitado para trabalhar especificamente com o levantamento de custos e planejamento para a real utilização do produto do estudo, pois um simples levantamento de custos que não sirva de instrumento de decisão para os gestores somente geraria gastos para a universidade.

A Universidade precisará desenvolver e aperfeiçoar ações que objetivem a identificação e o gerenciamento dos custos que contribuem com a cadeia de valor, propiciando aos gestores avaliar fatores que estão ou poderão comprometer o alcance dos objetivos estratégicos. A Instituição, ciente da necessidade do controle de custos, já promoveu curso sobre contabilidade de custos aplicada ao setor público, em outubro de 2018, para que os servidores das Divisões de Finanças e de Contabilidade e Divisão de Orçamento da PROPLAN (CCF) tivessem

noção sobre como funciona o controle de custos através das liquidações e no controle de orçamento, todavia ainda não implantou o sistema, pois demanda pessoal e sistema de controle para tal atividade.

A sustentabilidade

Consciente da importância da questão ambiental a gestão tem buscado intensificar ações que visem à redução do impacto da atuação da Instituição no meio ambiente.

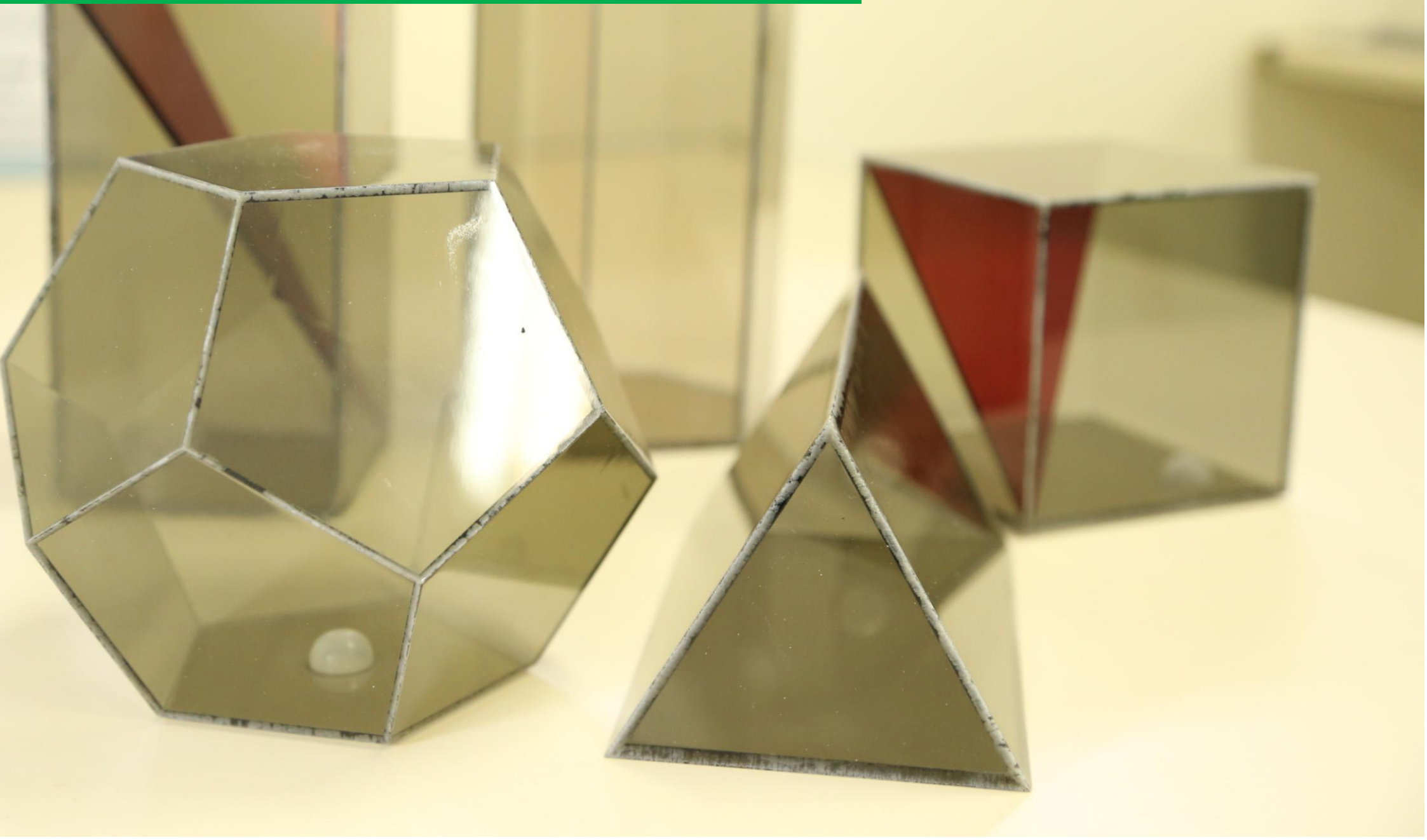
Nesse sentido, a implantação do PLS, em 2016, estabeleceu uma linha de atuação, principalmente, em relação à boa gestão dos recursos e a eficiência do gasto público, aprimorando as estruturas, os sistemas das edificações e a estruturação do sistema de licitações.

A Universidade está inserindo nos seus termos de referência a adoção de critérios de sustentabilidade. Dessa forma, em 2019, as compras realizadas priorizaram itens com reduzido impacto ambiental, tais como canetas e lápis produzidos com materiais reciclados, papel produzido com celulose de eucalipto reflorestado, mobiliário com certificação do programa brasileiro de certificação florestal, entre outras.

Merece destaque também a ação desenvolvida pela Universidade para incentivar o consumo racional de energia através da campanha “Economizar energia não custa nada”, que buscou reduzir o consumo de energia. Essa campanha reveste-se de importância porque, atualmente, são gastos cerca de R\$ 3,5 milhões com a conta de energia elétrica. A campanha permanente tem o objetivo de reduzir o consumo em 20% e, com isso, aplicar o valor economizado em outros contratos, além de fomentar novos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Outra importante iniciativa tem relação com a implantação de usinas próprias de geração de energia fotovoltaica. No final de 2019, foram firmados contratos para a implantação das usinas nos *campi* Alegrete, Bagé, Itaqui e Dom Pedrito. Espera-se que, com essa iniciativa, a Instituição economize cerca de R\$ 400.000,00 anuais.

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis



6.1. Demonstrações Contábeis

A Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF) tem por finalidade a execução, o assessoramento, a orientação e a coordenação na área financeira e contábil da Instituição, ficando a área orçamentária a cargo da Coordenadoria de Planejamento da PROPLAN.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis exigidas pela legislação referente ao exercício de 2019 estão expressas nos seguintes documentos:

- **Balanco financeiro:** evidencia a receita orçamentária, as transferências financeiras recebidas e os recebimentos extraorçamentários;
- **Balanco orçamentário:** traz a informação da receita prevista *versus* a realizada e a despesa autorizada *versus* a executada. Também traz o demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados e o demonstrativo de execução restos a pagar processados liquidados;
- **Balanco patrimonial:** evidencia os ativos e passivos da Instituição;
- **Demonstração dos fluxos de caixa:** evidencia os fluxos de caixa das atividades das operações, de investimento e de financiamento;
- **Demonstrações das variações patrimoniais:** neste demonstrativo, é apurado o resultado patrimonial do ano, resultado do confronto das variações patrimoniais

aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);

- **Demonstração das mutações do patrimônio líquido:** relatório contábil que demonstra as mudanças no patrimônio líquido da Instituição em determinado período.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei n.º 4.320/64, a Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição (MCASP) e o Manual SIAFI.

Quadro 36 – Balanço financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

EMISSÃO
06/05/2020

PÁGINA
1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	630.439,54	767.746,11	Despesas Orçamentárias	346.240.755,01	326.781.859,32
Ordinárias	-	-	Ordinárias	334.600.211,84	309.555.523,00
Vinculadas	756.514,68	773.780,25	Vinculadas	11.640.543,17	17.226.336,32
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	5.759.455,88	136.907,25
Alienação de Bens e Direitos	44.280,00	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	111.549,08
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	712.234,68	773.780,25	Previdência Social (RPPS)	1.019.031,00	649.613,66
Recursos a Classificar	-	-	Receitas Financeiras	505.720,66	197.281,47
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-126.075,14	-6.034,14	Operação de Crédito	-	1.399.480,50
Transferências Financeiras Recebidas	348.178.379,50	326.045.138,61	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.356.335,63	2.818.620,21
Resultantes da Execução Orçamentária	325.018.447,24	300.997.660,25	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	11.912.884,15
Repasse Recebido	325.018.447,24	300.997.660,25	Recursos a Classificar	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	23.159.932,26	25.047.478,36	Transferências Financeiras Concedidas	343.812,04	97.373,62
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	21.050.547,04	22.812.010,45	Resultantes da Execução Orçamentária	47.682,24	68.893,39
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.109.385,22	2.235.467,91	Repasse Concedido	38.994,29	66.823,80
Aporte ao RPPS	-	-	Repasse Devolvido	8.687,95	2.069,59
Aporte ao RGPS	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	296.129,80	28.480,23
Recebimentos Extraorçamentários	44.963.908,33	45.461.854,13	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	134.478,09	935,67
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	22.268.225,50	18.861.658,36	Demais Transferências Concedidas	15.521,47	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	22.406.894,80	26.209.180,92	Movimento de Saldos Patrimoniais	146.130,24	27.544,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	264.608,40	364.260,29	Aporte ao RPPS	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	24.179,63	26.754,56	Aporte ao RGPS	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	210,00	-	Pagamentos Extraorçamentários	45.665.423,47	29.513.620,19
Restituições a Pagar	180,00	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	18.971.672,16	175.055,17
Arrecadação de Outra Unidade	23.789,63	26.754,56	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25.721.799,47	26.822.619,04
Saldo do Exercício Anterior	21.219.061,03	5.337.175,31	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	308.888,40	359.713,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.219.061,03	5.337.175,31	Outros Pagamentos Extraorçamentários	663.063,44	2.156.232,36
TOTAL	414.991.788,40	377.611.914,16	Demais Pagamentos	663.063,44	2.156.232,36
			Saldo para o Exercício Seguinte	22.741.797,88	21.219.061,03
			Caixa e Equivalentes de Caixa	22.741.797,88	21.219.061,03
			TOTAL	414.991.788,40	377.611.914,16

Quadro 37 – Balanço orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/05/2020 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	567.319,00	567.319,00	586.159,54	18.840,54
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	171.597,00	171.597,00	255.542,13	83.945,13
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	171.597,00	171.597,00	167.471,67	-4.125,33
Valores Mobiliários	-	-	88.070,46	88.070,46
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	395.722,00	395.722,00	322.220,09	-73.501,91
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	395.722,00	395.722,00	322.220,09	-73.501,91
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	41,48	41,48
Outras Receitas Correntes	-	-	8.355,84	8.355,84
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	70,72	70,72
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	8.285,12	8.285,12
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	44.280,00	44.280,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	44.280,00	44.280,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	44.280,00	44.280,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

EMISSÃO
06/05/2020

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	567.319,00	567.319,00	630.439,54	63.120,54
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	567.319,00	567.319,00	630.439,54	63.120,54
DEFICIT	-	-	345.610.315,47	345.610.315,47
TOTAL	567.319,00	567.319,00	346.240.755,01	345.673.436,01
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	310.768.570,00	332.799.323,00	330.463.674,95	319.258.267,23	298.486.424,18	2.335.648,05
Pessoal e Encargos Sociais	249.344.157,00	271.782.890,00	267.369.474,83	267.369.474,83	248.222.358,03	4.413.415,17
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	61.424.413,00	61.016.433,00	63.094.200,12	51.888.792,40	50.264.066,15	-2.077.767,12
DESPESAS DE CAPITAL	8.737.532,00	6.696.644,00	15.777.080,06	4.575.592,98	3.079.210,53	-9.080.436,06
Investimentos	8.737.532,00	6.696.644,00	15.777.080,06	4.575.592,98	3.079.210,53	-9.080.436,06
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	319.506.102,00	339.495.967,00	346.240.755,01	323.833.860,21	301.565.634,71	-6.744.788,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
06/05/2020

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	319.506.102,00	339.495.967,00	346.240.755,01	323.833.860,21	301.565.634,71	-6.744.788,01
TOTAL	319.506.102,00	339.495.967,00	346.240.755,01	323.833.860,21	301.565.634,71	-6.744.788,01

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	573.762,75	11.489.678,03	10.883.926,17	10.883.926,17	344.415,51	835.099,10
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	573.762,75	11.489.678,03	10.883.926,17	10.883.926,17	344.415,51	835.099,10
DESPESAS DE CAPITAL	8.555.925,94	14.719.502,89	15.341.918,27	14.837.873,30	1.142.551,00	7.295.004,53
Investimentos	8.555.925,94	14.719.502,89	15.341.918,27	14.837.873,30	1.142.551,00	7.295.004,53
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.129.688,69	26.209.180,92	26.225.844,44	25.721.799,47	1.486.966,51	8.130.103,63

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	18.860.004,58	18.860.004,58	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	17.511.337,98	17.511.337,98	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.348.666,60	1.348.666,60	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	111.667,58	111.667,58	-	-
Investimentos	-	111.667,58	111.667,58	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	18.971.672,16	18.971.672,16	-	-

Quadro 38 – Balanço patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
06/05/2020

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	22.864.219,95	21.386.576,81	PASSIVO CIRCULANTE	36.636.682,25	19.192.092,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.741.797,88	21.219.061,03	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	19.313.271,53	17.539.834,81
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	23.997,23	972,07	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.161.420,25	129.573,07
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	98.424,84	166.543,71	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	15.161.990,47	1.522.684,46
ATIVO NÃO CIRCULANTE	329.467.944,40	300.848.358,11	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	36.636.682,25	19.192.092,34
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2019	2018
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	10.567,56	10.567,56
Imobilizado	328.767.710,34	300.293.812,77	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	62.739.174,73	71.330.096,50	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	141.186.105,30	135.708.463,02	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-78.446.930,57	-64.378.366,52	Resultados Acumulados	315.684.914,54	303.032.275,02
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	13.324.123,24	30.920.866,06
Bens Imóveis	266.028.535,61	228.963.716,27	Resultados de Exercícios Anteriores	303.032.275,02	274.269.443,58
Bens Imóveis	272.619.740,39	233.608.907,61	Ajustes de Exercícios Anteriores	-671.483,72	-2.158.034,62
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-6.591.204,78	-4.645.191,34	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	315.695.482,10	303.042.842,58
Intangível	700.234,06	554.545,34			
Softwares	700.234,06	554.545,34			
Softwares	960.439,32	765.224,32			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-260.205,26	-210.678,98			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 06/05/2020	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	352.332.164,35	322.234.934,92	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	352.332.164,35	322.234.934,92

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	22.741.797,88	21.219.061,03	PASSIVO FINANCEIRO	52.810.510,60	54.359.718,44
ATIVO PERMANENTE	329.590.366,47	301.015.873,89	PASSIVO PERMANENTE	13.859.125,11	171.243,51
			SALDO PATRIMONIAL	285.662.528,64	267.703.972,97

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	40.348.985,73	35.495.720,76	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	59.109.919,73	56.808.717,61
Execução dos Atos Potenciais Ativos	40.348.985,73	35.495.720,76	Execução dos Atos Potenciais Passivos	59.109.919,73	56.808.717,61
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	9.465.308,87	5.565.696,27	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	30.883.676,86	29.930.024,49	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	18.502,57	38.583,67
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	59.091.417,16	56.770.133,94
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	40.348.985,73	35.495.720,76	TOTAL	59.109.919,73	56.808.717,61

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-17.437.110,78
Recursos Vinculados	-12.631.601,94
Educação	-7.230.771,95
Previdência Social (RPPS)	-
Receitas Financeiras	-476.158,47
Operação de Crédito	-10.397,50
Alienação de Bens e Direitos	44.280,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	-4.958.554,02
TOTAL	-30.068.712,72

Quadro 39 – Demonstrações dos fluxos de caixa.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 06/05/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19.507.208,26	33.542.348,81
INGRESSOS	349.053.117,07	327.129.094,57
Receitas Derivadas e Originárias	586.118,06	658.368,22
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	167.471,67	173.415,50
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	322.220,09	353.711,98
Remuneração das Disponibilidades	88.070,46	124.580,28
Outras Receitas Derivadas e Originárias	8.355,84	6.660,46
Transferências Correntes Recebidas	41,48	34.572,89
Intergovernamentais	41,48	34.569,29
Dos Estados e/ou Distrito Federal	41,48	34.569,29
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	3,60
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	348.466.957,53	326.436.153,46
Ingressos Extraorçamentários	264.608,40	364.260,29
Restituições a Pagar	180,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	348.178.379,50	326.045.138,61
Arrecadação de Outra Unidade	23.789,63	26.754,56
DESEMBOLSOS	-329.545.908,81	-293.586.745,76
Pessoal e Demais Despesas	-285.145.401,10	-250.193.912,92
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.471.149,54	-1.041.881,37
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-283.615.259,55	-249.108.187,54
Cultura	-752,70	-40.844,01
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-58.449,31	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
06/05/2020

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-3.000,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	210,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-43.084.743,83	-40.779.513,24
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-43.016.007,30	-40.730.868,96
Outras Transferências Concedidas	-68.736,53	-48.644,28
Outros Desembolsos Operacionais	-1.315.763,88	-2.613.319,60
Dispêndios Extraorçamentários	-308.888,40	-359.713,62
Transferências Financeiras Concedidas	-343.812,04	-97.373,62
Demais Pagamentos	-663.063,44	-2.156.232,36
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-17.984.471,41	-17.660.463,09
INGRESSOS	44.280,00	74.805,00
Alienação de Bens	44.280,00	74.805,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-18.028.751,41	-17.735.268,09
Aquisição de Ativo Não Circulante	-17.824.618,82	-17.652.068,09
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-204.132,59	-83.200,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 06/05/2020 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.522.736,85	15.881.885,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	21.219.061,03	5.337.175,31
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	22.741.797,88	21.219.061,03

Quadro 40 – Demonstrações das variações patrimoniais.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO 06/05/2020 PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	389.853.403,60	355.603.885,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	493.203,76	532.350,95
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	493.203,76	532.350,95
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	90.402,93	124.600,95
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	402,53	20,67
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	90.000,40	124.580,28
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	348.263.642,64	326.471.643,56
Transferências Intragovernamentais	348.178.379,50	326.045.138,61
Transferências Intergovernamentais	41,48	34.572,89
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	85.221,66	391.932,06
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	40.974.008,80	28.441.874,90
Reavaliação de Ativos	29.541.118,28	28.160.106,41
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	705.905,66	281.768,49
Ganhos com Desincorporação de Passivos	10.726.984,86	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	32.145,47	33.415,02
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO 06/05/2020 PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	32.145,47	33.415,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	376.529.280,36	324.683.019,32
Pessoal e Encargos	283.424.850,36	264.150.006,87
Remuneração a Pessoal	224.691.157,91	208.535.733,45
Encargos Patronais	44.131.300,39	41.477.674,01
Benefícios a Pessoal	14.602.392,06	14.129.247,61
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	7.351,80
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.560.988,34	1.112.996,59
Aposentadorias e Reformas	1.006.879,33	767.010,36
Pensões	554.109,01	345.986,23
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	50.914.276,09	46.614.320,80
Uso de Material de Consumo	2.393.282,95	2.046.846,14
Serviços	32.456.889,37	32.187.122,30
Depreciação, Amortização e Exaustão	16.064.103,77	12.380.352,36
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	49.951,96	26.217,67
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	46.037,43	20.973,53
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	3.914,53	5.244,14
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	405.533,29	144.215,64
Transferências Intragovernamentais	335.391,76	95.571,36
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	70.141,53	48.644,28
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	29.486.892,72	2.219.852,23
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	251.734,96	1.312.881,77
Perdas com Alienação	-	15.669,65
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	23.986.898,04	-
Desincorporação de Ativos	5.248.259,72	891.300,81



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
06/05/2020

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Tributárias	64.431,02	43.435,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.187,99	24.339,89
Contribuições	37.243,03	19.095,12
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.622.356,58	10.371.974,51
Premiações	37.700,00	1.184,81
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	10.421.982,37	10.158.461,51
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	162.674,21	212.328,19
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	13.324.123,24	30.920.866,06

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2019	2018

Quadro 41 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26266 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
06/05/2020

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	10.567,56	-	-	274.269.443,58	-	-	274.280.011,14
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-2.158.034,62	-	-	-2.158.034,62
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	30.920.866,06	-	-	30.920.866,06
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	10.567,56	-	-	303.032.275,02	-	-	303.042.842,58

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	10.567,56	-	-	303.032.275,02	-	-	303.042.842,58
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-671.483,72	-	-	-671.483,72
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	13.324.123,24	-	-	13.324.123,24
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	10.567,56	-	-	315.684.914,54	-	-	315.695.482,10

6.2. Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DE 2019

A UNIPAMPA, criada pela Lei n.º 11.640, de 11 de janeiro de 2008, como Fundação Universidade Federal do Pampa, de natureza pública, com sede e foro na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, é uma instituição federal de educação superior vinculada ao MEC, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. A UNIPAMPA é *multicampi*, com os *campi* de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. De acordo com o art. 9º de seu Estatuto, a UNIPAMPA tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integradas no ensino, na pesquisa e na extensão.

Em atendimento às disposições legais e regulamentares vigentes, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), CNPJ 09.341.233/0001-22, Órgão 26266, Gestão 154359, apresenta as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º trimestre de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa, além dos limites de saques com vinculação de pagamento, encontram-se agregados aos recursos da conta única aplicados e a receita de convênios acrescidos dos rendimentos de poupança.

Demais créditos e valores a curto prazo

Os valores registrados na conta demais créditos e valores a curto prazo referem-se, basicamente, a adiantamentos a prestadores de serviços.

Estoques

A conta estoque apurada no balanço patrimonial refere-se à aquisição de materiais de consumo, tais como: gêneros alimentícios, material de expediente, material de processamento de dados, material de acondicionamento, material de copa e cozinha, além de material de limpeza.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida) bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos

umentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos, diretamente, como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de dezembro de 2019, a UNIPAMPA apresentou saldo de R\$ 328.767.710,34 relacionados a imobilizado.

No quadro a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado para os exercícios de 2018 e 2019.

Quadro 42 – Imobilizado – composição.

em R\$ milhares			
	31/12/2019	31/12/2018	AH %
Bens móveis	62.739.174,73	71.330.096,50	- 12,04
(+) Valor bruto contábil	141.186.105,30	135.708.463,02	4,04
(-) Depreciação/amortização/exaustão acum. de bens móveis	-78.446.930,57	-64.378.366,52	21,85
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis			
Bens imóveis	266.028.535,61	228.963.716,27	16,19
(+) Valor bruto contábil	272.619.740,39	233.608.907,61	16,70
(-)	-6.591.204,78	-4.645.191,34	41,89

Depr./amortização/exaustão acum. de bens imóveis			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis			
Total	328.767.710,34	300.293.812,77	4,14

Fonte: PROAD.

Bens móveis

Os bens móveis da UG 154359, em 31 de dezembro de 2019, totalizam R\$ 62.739.174,73 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme quadro a seguir.

Quadro 43 – Bens móveis – composição

R\$ milhares			
	31/12/2019	31/12/2018	AH(%)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	75.248.352,23	72.656.705,69	3,57
Bens de informática	21.645.707,09	19.095.680,15	13,35
Móveis e utensílios	16.111.564,89	16.054.262,68	0,36
Material cultural, educacional e de comunicação	18.074.080,88	17.841.782,59	1,30
Veículos	5.687.384,65	5.639.264,65	0,85
Peças e conjuntos de reposição			

Bens móveis em andamento	2.870.970,24	2.870.970,24	0,00
Bens móveis em Almoarifado	2.170,00	2.170,00	0,00
Armamentos			
Semoventes e equipamentos de montaria	506,00	506,00	0,00
Demais bens móveis	1.545.369,32	1.547.121,02	-0,11
Depreciação / amortização acumulada	- 78.446.930,57	- 64.378.366,52	21,85
Redução ao valor recuperável			
TOTAL	62.739.174,73	72.709.149,31	-12,04

Fonte: PROAD

Dos bens móveis registrados na UG 154359, cerca de 53% refere-se a máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, composto principalmente por equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares. Cerca de 15% refere-se a bens de informática, compostos principalmente por computadores e *notebooks*. É de, aproximadamente, 13% a representação de material cultural, educacional e de comunicação, composto precipuamente de coleções e materiais bibliográficos. Além disso, móveis e utensílios representam, aproximadamente, 11%, composto basicamente de mobiliário em geral.

As variações positivas ocorridas no período explicam-se, principalmente, pela aquisição de bens de informática.

Bens imóveis

Os bens imóveis da União, em 31 de dezembro de 2019, totalizavam R\$ **266.028.535,61** e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme quadro a seguir.

Quadro 44 – Bens imóveis – composição

R\$ milhares			
	31/12/2019	31/12/2018	AH(%)
Bens de uso especial	193.441.616,05	163.485.261,20	18,32
Bens de uso comum do povo			
Bens dominicais			
Bens imóveis em andamento	78.900.292,72	70.022.092,29	12,68
Instalações	277.831,62	101.554,12	173,58
Demais bens imóveis			
Benfeitorias em propriedade de terceiros			
Redução ao valor recuperável			
Depreciação / amortização acumulada	-6.591.204,78	-4.645.191,34	41,89
TOTAL	266.028.535,61	228.963.716,27	16,19

Fonte: PROAD.

Quadro 45 – Bens de uso especial – composição

R\$ milhares			
	31/12/2019	31/12/2018	AH(%)
Fazendas, parques e reservas			
Terrenos, glebas			
Aquartelamentos			
Imóveis de uso educacional	193.441.616,05	163.485.261,50	18,32
Edifícios			
Complexos, fábricas e usinas			
Imóveis residenciais e comerciais			
Aeroportos, estações e aeródromos			
Outros bens imóveis de uso especial			
Total	193.441.616,05	149.824.697,24	18,32

Fonte: PROAD.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração

Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei n.º 4.320/1964, Lei Complementar n.º 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei n.º 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU n.º 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU n.º 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros: incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor constam no MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Contudo, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU n.º 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos órgãos federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que, por sua vez, é registrado no SIAFI por meio de um arquivo encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o método da parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:
Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da aquisição
x = vida útil transcorrida da aquisição
A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.
Ajustes de exercícios anteriores realizados em contrapartida no imobilizado
São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados a conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2019, a UNIPAMPA apresentou saldo de R\$ 700.234,06 relacionados à intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo intangível, para o 4º trimestre de 2019.

Quadro 46 – Intangível – composição

R\$ milhares			
	31/12/2019	31/12/2018	AH(%)
Software com vida útil definida	813.539,32	765.224,32	6,31
Software com vida útil indefinida	146.900,00		
Marcas direitos e patentes – vida útil definida			
Marcas direitos e patentes – vida útil indefinida			
Direito de uso de imóvel – prazo determinado			
Direito de uso de imóvel – prazo			

Indeterminado			
Amortização acumulada	260.205,26	210.678,98	23,51
Redução ao valor recuperável de intangível			
Total	700.234,06	554.545,34	26,27

Fonte: PROAD.

No intangível, destaca-se o item *software* com vida útil definida, que representa 84,70% do grupo.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A UNIPAMPA avalia os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Ajustes de exercícios anteriores realizados no intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais de curto prazo

Os valores registrados nesta conta referem-se a saldos de salários a pagar, as provisões de 13º salários a pagar e as provisões de férias a pagar.

Fornecedores e contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, a UNIPAMPA apresentou saldo em aberto de R\$ 2.161.420,25.

A seguir, apresenta-se o quadro, segregando-se estas obrigações entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Quadro 47 – Fornecedores e contas a pagar – composição

	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Circulante	2.161.420,25	129.573,07	1568,11
Nacionais	2.161.420,25	129.573,07	1568,11
Estrangeiros	0,00	0,00	
Não circulante	0,00	0,00	
Nacionais	0,00	0,00	
Estrangeiros	0,00	0,00	
Total	2.161.420,25	129.573,07	1.568,11

Fonte: PROAD.

A totalidade dos fornecedores e contas a pagar de curto prazo, no quarto trimestre de 2019, refere-se a fornecedores nacionais, representando 100% dos valores a serem pagos. Foram extraídos da conta 213000000.

A seguir, apresentamos a UG 154359 (centralizadora de todas as transações da Universidade) constante dos valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2019.

Quadro 48 – Fornecedores e contas a pagar

	31/12/2019	AV %
UG – 154359	2.100.904,45	100,00
Total	2.100.904,45	100,00

Fonte: PROAD.

No quadro a seguir, relacionam-se os seis fornecedores mais significativos e o saldo em aberto na data-base de 30 de setembro de 2019, representando 51,38% da conta de fornecedores nacionais.

Quadro 49 – Fornecedores e contas a pagar – por fornecedor

	31/12/2019	AV %
1 – Marsou Engenharia EIRELI.	1.293.971,09	61,59
2 – Construtora Sotrin Ltda.	445.469,03	21,20
3 – Jocelia D. Dallabrida.	171.089,06	8,14

4 – Dnm – Distribuidora Nacional de Máquinas EIRELI.	89.010,35	4,24
5 – RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	75.284,94	3,58
6 – Gomes e Peixoto Projetos e Construções Ltda.	26.079,98	1,24
Total	2.100.904,45	100,00

Fonte: PROAD.

Em relação aos fornecedores 1, 2, 3, 4, 5 e 6, no quadro a seguir, são detalhadas as principais transações:

Quadro 50 – Fornecedores – principais transações

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de referência
1	Obras	1.293.971,09	31/12/2019
2	Obras	445.469,03	31/12/2019
3	Serviços	171.089,06	31/12/2019
4	Bens	89.010,35	31/12/2019
5	Serviços	75.284,94	31/12/2019
6	Serviços	26.079,98	31/12/2019

Fonte: PROAD.

Obrigações contratuais

Em 31 de dezembro de 2019, a UNIPAMPA possuía saldo de R\$ 59.064.169,16 relacionado a obrigações contratuais.

A seguir, apresenta-se o quadro que segrega essas obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Quadro 51 – Obrigações contratuais – composição

	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Seguros	-	102.878,00	-100,00
Serviços	57.693.956,10	54.235.129,33	6,38
Aluguéis	450.249,94	297.370,10	51,41
Fornecimentos de Bens	919,963,12	2.134.756,51	-56,91
Total	59.064.169,16	56.770.133,94	0,27

Fonte: PROAD.

Na continuação, apresenta-se o quadro relacionando-se as UGs contratantes com os valores na data de 31 de dezembro de 2019.

Quadro 52 – Obrigações contratuais – UG Contratante

	31/12/2019	AV %
UG – 154359	59.064.169,16	100,00
Total	59.064.169,16	100,00

Fonte: PROAD.

No quadro seguinte, relacionam-se os contratos mais significativos em 31 de dezembro de 2019, representando 37,26% dos contratos a executar.

Quadro 53 – Obrigações contratuais por contrato

	31/12/2019	AV %
1- Csm – Construtora Silveira Martins – contrato 04/2019	6.215.760,75	28,25
2- W.S. Comércio de Refrigeração e Equip. Indust. – contrato 11/2015	4713021,81	21,42
3- Nilson Thomaz Silva Sanchotene – contrato 45/2015	3.973,287,38	18,06
4- Vigitec Segurança Ltda – contrato 41/2015	3.444.686,50	15,65
5- Sulclean Serviços Ltda – contrato 43/2015	1.962.737,96	8,92
6- Mtk Construção Civil EIRELI – contrato 16/2019	1.695.308,14	7,70
Total	22.004.802,54	100,00

Fonte: PROAD.

Provisões a curto prazo

Não há registros de provisões de curto prazo para riscos fiscais, trabalhistas e civis.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Provisões a longo prazo

Não há registros de provisões de longo prazo para riscos fiscais, trabalhistas e civis.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Ajustes de exercícios anteriores

O valor de R\$ 671.483,72 registrado nesta conta refere-se à baixa de convênios firmados com o estado do Rio Grande do Sul.

BALANÇO FINANCEIRO

Receita orçamentária

A receita orçamentária obteve um saldo em 31/12/2019 no valor de R\$ 630.439,54, que equivale a 0,15% do total dos ingressos neste quarto trimestre. As receitas, basicamente, referem-se à exploração de bens, direitos e serviços.

Transferências financeiras recebidas

As transferências financeiras recebidas obtiveram um saldo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 348.178.379,50, que equivale a 83,90% do total dos ingressos neste terceiro quarto. As transferências referem-se, basicamente, a repasses recebidos do órgão superior.

Recebimentos extraorçamentários

Os recebimentos extraorçamentários obtiveram saldo, em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 44.963.908,33, que equivale a 10,83% do total dos ingressos neste quarto trimestre. Os recebimentos extraorçamentários referem-se, basicamente, à inscrição de restos a pagar que tem a função de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada no período,

porém não paga no exercício da emissão da nota de empenho, conforme art. 103 da Lei n.º 4.320/64.

Saldo de caixa do exercício anterior

O saldo de caixa do exercício anterior corresponde à disponibilidade de caixa do exercício anterior no valor de R\$ 21.219.061,03 que equivale a 5,11% do total dos ingressos.

Despesa orçamentária

As despesas orçamentárias obtiveram saldo, em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 346.240.755,01, que equivale a 83,43% do total dos dispêndios neste quarto trimestre de 2019. As despesas orçamentárias referem-se, basicamente, aos repasses recebidos do órgão superior para viabilizar a execução da LOA.

Transferências financeiras concedidas

As transferências financeiras concedidas obtiveram saldo, em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 343.812,04, que equivale a 0,08% do total dos dispêndios neste quarto trimestre de 2019. As transferências financeiras concedidas referem-se basicamente à remessa de gratificação de encargos de curso e concurso a outros órgãos e a devolução de numerário a STN, referente a recebimento de GRU de despesas de exercícios anteriores.

Pagamentos extraorçamentários

Os pagamentos extraorçamentários obtiveram saldo, em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 45.665,423,47, que equivale a 11,00% do total dos dispêndios neste quarto trimestre de 2019. Esses

pagamentos referem-se, basicamente, a pagamentos de restos a pagar.

Saldo de caixa para o trimestre seguinte

O saldo de caixa para o trimestre seguinte corresponde à disponibilidade em caixa em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 22.741.797,88, que será transferido para o período seguinte. Esse saldo representa 5,48% do total dos dispêndios.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa tem como objetivo contribuir para a transparência da gestão pública e evidencia as movimentações ocorridas no caixa, tais como: fluxo de caixa das operações, fluxo de caixa dos investimentos e fluxo de caixa de financiamentos.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Ingressos

O total dos ingressos no quarto trimestre de 2019 correspondeu a R\$ 349.053.117,07, sendo que 0,17% referem-se à arrecadação de recursos próprios e 99,83% referem-se a transferências financeiras recebidas.

Desembolso

O total dos desembolsos no quarto trimestre de 2019 correspondeu a R\$ 329.545.908,81, sendo que 86,53% referem-se a despesas com pessoal, as transferências concedidas 13,07% e o pagamento a outros desembolsos 0,40%.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Ingressos

O total dos ingressos no quarto trimestre de 2019 correspondeu a R\$ 44.280,00 e referem-se à alienação de bens.

Desembolso

O total de desembolso no quarto trimestre de 2019 correspondeu a R\$ 18.028.751,41, sendo que 98,87% se referem a pagamento de bens de capital e 1,13% referem-se a pagamento de outros desembolsos.

Geração líquida de caixa e equivalente

Neste período, houve geração líquida de caixa positiva no valor de R\$ 1.522.736,85.

Saldo de caixa do exercício anterior

O saldo de caixa do exercício anterior era de R\$ 21.219.061,03 e equivale a 6,08% do total dos ingressos no período. Devido à mudança de critérios no pagamento das contas públicas federais ocorrida em dezembro de 2018, quando foi criada a ordem

de pagamento (OP), o valor líquido da folha de pagamento do mês 12/2018, paga em 31 de dezembro, somente saiu do caixa em 2 de janeiro de 2019.

Saldo caixa do período

O saldo de caixa do período é de R\$ 22.741.797,88 e equivale a 6,51% do total dos ingressos no período. Devido à mudança de critérios no pagamento das contas públicas federais ocorrida em dezembro de 2018, quando foi criada a ordem de pagamento (OP), o valor líquido da folha de pagamento do mês 12/2019 paga em 31 de dezembro somente saiu do caixa em 2 de janeiro de 2020.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Exploração de bens, serviços e direitos

Os valores registrados na VPA, exploração de bens, direitos e serviços, tiveram diminuição de 7,35% em relação ao quarto trimestre de 2018 e referem-se, basicamente, a serviços administrativos, serviços de biblioteca, serviços veterinários e taxas de uso de imóveis.

Transferências intergovernamentais

As receitas das transferências intergovernamentais tiveram, no 4º trim. de 2019, em relação ao 4º trim. de 2018, redução de 99,88%. Os valores registrados nesta conta eram, basicamente, convênios firmados com o estado do Rio Grande do Sul.

Valorização e ganhos c/ativos e desincorporação de passivos

A conta valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos obteve um aumento no percentual horizontal no quarto trimestre de 2019 em relação ao quarto trimestre de 2018 de 44,06%, refere-se basicamente a reavaliações de bens imóveis.

Outras variações patrimoniais ativas

A conta outras variações patrimoniais registradas no VPA obtiveram uma redução de 3,80% em relação ao 4º trimestre de 2018 e referem-se, basicamente, a recebimento de indenizações e restituições.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos

Esta conta obteve aumento no índice horizontal de 1.228,33% e refere-se a lançamentos contábeis a partir de janeiro de 2019 na conta incorporações de passivos, que registra a apropriação de ativo na UG descentralizadora e de passivo na UG recebedora da TED.

Outras variações diminutivas

A conta outras variações patrimoniais diminutivas tiveram aumento de 2,41% no índice horizontal em relação ao 4º trim. de 2018 e são basicamente pagamentos de bolsas de estudos no País.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas correntes

Do total da previsão atualizada das receitas correntes, 105,91% foram realizadas até o quarto trimestre de 2019. Essas receitas correntes são basicamente: receitas patrimoniais e receitas de serviços.

Despesas correntes

Do total das dotações atualizadas referente a despesas correntes com pessoal, 98,38% foram empenhadas até o quarto trimestre de 2019, sendo que 100% até essa data foi liquidado, e um saldo de 7,16% foi inscrito em restos a pagar processados. No que se refere a outras despesas correntes, 103,43% da dotação atualizada foram empenhados, sendo que 17,70% não foram ainda liquidados e um saldo de 3,13% em restos a pagar processados.

Despesas de capital

Do total da dotação atualizada de despesas de capital até o quarto trimestre de 2019 referentes a investimentos 235,60% foram empenhadas sendo que 71% ainda não foram liquidados e um saldo de 32,70% em restos a pagar processados.

Restos a pagar

Quadro 54 – RAP

4º trimestre de 2019		
Restos a pagar não processados		%
RPNP saldo em 31/12/2018 – 631000000	35.338.869,61	100,00
RPNP pago – 631400000	25.721.799,47	72,79
RPNP cancelado – 631980000	1.486.966,51	4,21
RPNP bloqueado – 631510000		0,00
RPNP liquidado a pagar – 631300000	504.044,97	1,43
Saldo em 31/12/2019 – 631100000	7.626.058,66	21,58
Restos a pagar processados		%
RP saldo em 31/12/2018 – 632000000	18.971.672,16	100,00
RP pago – 632200000	18.971.672,16	100,00
RP cancelado – 632910100		0,00
Saldo em 31/12/2019 – 632100000	0,00	0,00

Fonte: PROAD.

Restos a pagar não processados

O total de restos a pagar não processados inscritos e reinscritos, em 31 de dezembro de 2018 até o quarto trimestre de 2019, ficou assim distribuído:

Pagos ----- 72,79%
 Cancelados ----- 4,21%
 Liquidado a Pagar ----- 1,43%
 Saldo em 31/12/2019----- 21,58%

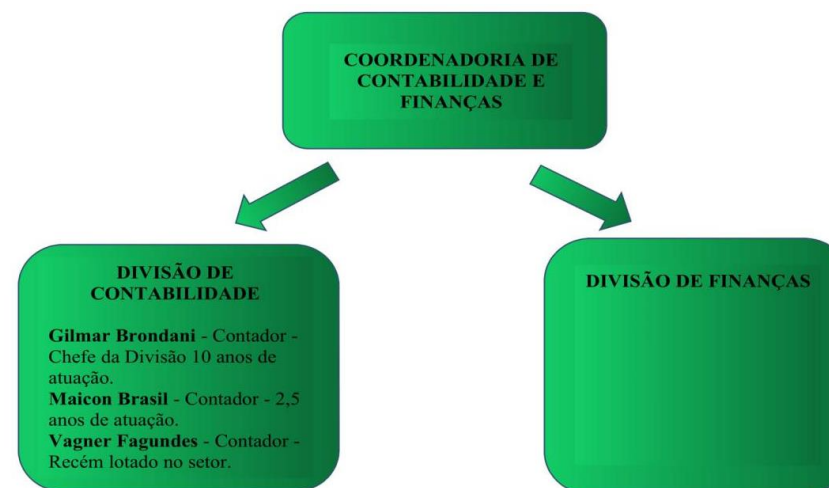
Restos a pagar processados

O total de restos a pagar processados inscritos e reinscritos em 31 de dezembro de 2018, até o quarto trimestre de 2019, ficou assim distribuído:

Pagos ----- 100,00%

6.3. Informações acerca da unidade de Contabilidade

Figura 60 – Estrutura da unidade de Contabilidade



Fonte: PROAD.

Competências

A Divisão de Contabilidade, subordinada à Coordenadoria de Contabilidade e Finanças da PROAD compete coordenar, controlar e orientar as atividades que impactam os sistemas contábeis

(orçamentário, patrimonial, compensação e custos) da Universidade, em observância às normas vigentes.

Responsabilidades

- Conciliar as contas bancárias.
- Analisar, através de extrato da conta única, as transferências contábeis a serem realizadas.
- Analisar e regularizar as contas contábeis.
- Contabilizar e controlar os documentos referentes à receita arrecadada.
- Reclassificar as guias de recolhimento e regularizações de despesas referentes a anulação de despesa do exercício, taxas de inscrição, folha de pagamento de pessoal e outras.
- Regularizar as ordens bancárias canceladas.
- Realizar a execução orçamentária e financeira da folha de pagamento de pessoal.
- Realizar pagamentos e transferências de recursos referentes à gratificação de encargo de curso e concurso (GECC).
- Registrar contabilmente os bens adquiridos ou recebidos em doação bem como as suas baixas.
- Registrar as baixas de materiais de consumo do almoxarifado, conforme relatório de movimentação de almoxarifado (RMA).
- Registrar as baixas de bens permanentes, conforme relatório de movimentação de bens (RMB).
- Registrar a depreciação de bens do ativo imobilizado.
- Registrar a amortização dos bens do ativo intangível.

- Executar a conciliação das contas de bens móveis no SIAFI com o Sistema de Registro Patrimonial da Universidade.
- Realizar a conformidade contábil mensal de UG, registrada pelo contador responsável.
- Realizar a conformidade contábil mensal de órgão, registrada pelo contador responsável.
- Fazer o acompanhamento mensal da conformidade de registro de gestão.
- Gerar e analisar os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs).
- Elaborar as notas explicativas trimestrais aos RCPGs.
- Auxiliar a prestação de contas anual.
- Assessorar a Coordenadora de Contabilidade e Finanças e o Pró-reitor de Administração nos assuntos contábeis.
- Executar outras atividades inerentes à área ou que lhe venham a ser delegadas por autoridade competente.

6.4. Conclusões de órgãos de controle público

No que se refere às medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos, a UNIPAMPA tem ciência das recomendações provenientes da CGU e do TCU. Essas recomendações foram expedidas em exercícios anteriores e ainda não foram atendidas pela Universidade. Essas informações podem ser verificadas no Quadro 56 em anexo.

- **Recomendações do TCU** (informação retirada do Acórdão n.º 1.232/2018 – TCU-Plenário): “Determinar à UNIPAMPA que

conclua o Processo Administrativo 23100.001255/2011-28, assegurando à empresa o direito ao contraditório e à ampla defesa, com vistas a avaliar a responsabilidade da projetista e quantificar os possíveis prejuízos causados por erros de projeto do Centro de Interpretação do Pampa, se devidamente comprovados, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os resultados e providências adotadas”.

Quanto a essa determinação do TCU, expedida em 30 de maio de 2018, no Acórdão n.º 1232/2019-Plenário, ainda não foi atendida e o prazo vencido desde 26 de dezembro de 2018. Em 20 de fevereiro de 2020, a AUDIN foi informada das seguintes providências a serem tomadas para atender tal determinação: i) monitorar o processo eletrônico n.º 23100.000043/2019-81 na Procuradoria Federal junto à UNIPAMPA; ii) concluir procedimento administrativo que apura responsabilidade da empresa com eventual cobrança de valores; iii) informar ao TCU sobre decisão (prazo de 120 dias).

6.5. Indicação de locais ou endereços eletrônicos de balanços, demonstrações e notas explicativas

Buscando dar maior transparência, as referidas demonstrações e notas explicativas encontram-se publicadas na internet por meio do link: <https://sites.unipampa.edu.br/ccf/relatorios-2/>.

Quadro 55 – Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA		154359	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, relativas ao exercício de 2019, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Bens Móveis. Pelo motivo de ainda existir no exercício de 2019 um quantitativo de itens inventariados sem cadastro no sistema GURI – Gestão Unificada de Recursos Institucionais - Módulo Patrimônio- persistem assim diferenças de valores a menores no sistema acima mencionado comparados com o que está registrado no sistema SIAFI, Bens Móveis, no entanto existem também valores a maior em itens registrados no Sistema GURI, que necessitam de ajustes, ocasionando uma diferença líquida de R\$ 1.478.856,10, conforme análise dos relatórios. Devemos lembrar que esta diferença no exercício de 2018 era de R\$ 3.124.420,74.</p> <p>b) Estoque-Almoxarifado Pelo motivo de ainda haver uma diferença no exercício de 2019 entre o RMA emitido pelo Setor de Almoxarifado e a conta do SIAFI referente ao Estoque-Almoxarifado, em especial no subitem de material de expediente.</p> <p>Com base com o que foi relatado acima apresentamos esta declaração com ressalva no que se refere a parte patrimonial de bens móveis e a estoque-almoxarifado desta unidade jurisdicionada.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Bagé, RS	Data	07/05/2020
Contador	Gilmar Brondani	CRC n.º	CRC/RS 42.262



GILMAR BRONDANI 6074.2365016
DECLARAÇÃO DIGITALIZADA
 OBRIGATORIAMENTE
 DE ACORDO COM
 O DECRETO Nº 11.177/2010
 DO TCU

Fonte: PROAD.

Anexos e apêndices



Quadro 56 – Recomendações da CGU

Título	Texto da Recomendação	Data Limite	Última Movimentação	Situação
Relatório de Auditoria 201503675, Constatação: Inconformidade nos valores registrados na conta Bens Móveis do Ativo Imobilizado.	Atualizar o sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) - Módulo Patrimônio, de maneira que as informações registradas reflitam os dados do inventário patrimonial da Universidade.	02/09/2020	Posicionamento da Auditoria em 01/04/20: Considerando a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Senhor Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem n.º 93, de 18 de março de 2020, e reconhecida pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e os esforços empreendidos em unidades da Administração Pública Federal em função da emergência de saúde pública de importância relacionada ao coronavírus (Covid-19), ficam prorrogados por 30 dias os prazos de entrega do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT e de manifestações para o Plano de Providências Permanente dos órgãos jurisdicionados à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.	Não implementada - Em prazo de atendimento
Título	Texto da Recomendação	Data Limite	Última Movimentação	Situação
Relatório de Auditoria 201503675, Constatação: Inconformidade nos	Atualizar o SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) - conta Ativo Imobilizado - Bens Móveis, de maneira que as informações	02/09/2020	Posicionamento da Auditoria em 01/04/20: Considerando a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Senhor Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem n.º 93, de 18 de março de 2020, e reconhecida pelo Decreto	Não implementada - Em prazo de atendimento

valores registrados na conta Bens Móveis do Ativo Imobilizado.	registradas reflitam os dados do inventário patrimonial da Universidade.		Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e os esforços empreendidos em unidades da Administração Pública Federal em função da emergência de saúde pública de importância relacionada ao coronavírus (Covid-19), ficam prorrogados por 30 dias os prazos de entrega do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT e de manifestações para o Plano de Providências Permanente dos órgãos jurisdicionados à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.	
Título	Texto da Recomendação	Data Limite	Última Movimentação	Situação
Relatório de Auditoria 201503675, Constatação: Inexistência de certidão Habite-se e/ou Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI) para prédios da UNIPAMPA.	Elaborar um plano de ação para obtenção de Certidão Habite-se, emitida pela prefeitura local, para os imóveis a seguir relacionados: 1) <i>Campus</i> Alegrete; 1.1) Acadêmico I; 1.2) Acadêmico II; 1.3) Administrativo; 1.4) Lab. Mecânica I; 1.5) Prédio Obras; 1.6) Pavilhão Eng. Agrícola; 1.7) Pampatec - Fase I; 2) <i>Campus</i> Bagé: 2.1) Blocos I, II, III, IV e V; 3) <i>Campus</i> Caçapava do Sul: 3.1) Cantina; 3.2) Acadêmico I; 3.3) Laboratório de Química; 4) <i>Campus</i> Dom Pedrito: 4.1) Bloco I - Administrativo/Acadêmico; 4.2) Pavilhão de Máquinas; 4.3) Centro de Empreendedorismo; 4.4) Fábrica de Rações; 4.5) Pavilhão Enologia; 5)	29/08/2020	Posicionamento da Auditoria em 01/04/20: Considerando a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Senhor Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem n.º 93, de 18 de março de 2020, e reconhecida pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e os esforços empreendidos em unidades da Administração Pública Federal em função da emergência de saúde pública de importância relacionada ao coronavírus (Covid-19), ficam prorrogados por 30 dias os prazos de entrega do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT e de manifestações para o Plano de Providências Permanente dos órgãos jurisdicionados à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.	Não implementada - Em prazo de atendimento

	<p><i>Campus Itaqui:</i> 5.1) Acadêmico I; 5.2) Acadêmico II; 5.3) Biotério; 5.4) Pavilhão Fitotecnia I; 5.5) Pavilhão Fitotecnia II; 6) <i>Campus Jagurão:</i> 6.1) Bloco I - Administrativo/Acadêmico; 6.2) Acadêmico I; 6.3) Casa do Estudante; 7) <i>Campus Santana do Livramento:</i> 7.1) Prédio Histórico; 8) <i>Campus São Borja:</i> 8.1) Acadêmico II; 8.2) Cantina / Restaurante; 9) <i>Campus São Gabriel:</i> 9.1) Acadêmico I; 9.2) Acadêmico II; 9.3) Biotério; 9.4) Pavilhão Paleontologia; 9.5) Pavilhão Engenharia Florestal; 10) <i>Campus Uruguaiana:</i> 10.1) Prédio Administrativo; 10.2) Ginásio; 10.3) Usina de leite; 10.4) Bloco 600; 10.5) Bloco 700; 10.6) Biotério; 10.7) Laboratório 1; 10.8) Laboratório 2; 10.9) Laboratório 3; 10.10) Laboratório 4; 10.11) Laboratório 5; 10.12) Laboratório 6; 10.13) Laboratório 7; 10.14) Hospital Veterinário; 11) Reitoria: 11.1) Reitoria I - Osório 900; 11.2) Reitoria II - Monsenhor 125.</p>			
Título	Texto da Recomendação	Data Limite	Última Movimentação	Situação
Relatório de Auditoria	Elaborar um plano de ação para obtenção de Alvará de Prevenção e	02/09/2020	Posicionamento da Auditoria em 01/04/20: Considerando a ocorrência do estado de calamidade	Não implementada - Em prazo de

<p>201503675, Constatação: Inexistência de certidão Habite-se e/ou Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI) para prédios da UNIPAMPA.</p>	<p>Proteção Contra Incêndio (APPCI), emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar, para os imóveis a seguir relacionados: 1) <i>Campus</i> Alegrete: 1.1) Acadêmico I; 1.2) Acadêmico II; 1.3) Administrativo; 1.4) Lab. Mecânica I; 1.5) Prédio Obras; 1.6) Pavilhão Eng. Agrícola; 1.7) Pampatec - Fase I; 2) <i>Campus</i> Bagé: 2.1) Blocos I, II, III, IV e V; 2.2) Cantina; 2.3) Restaurante Universitário; 3) <i>Campus</i> Caçapava do Sul: 3.1) Bloco I - Administrativo e Acadêmico; 3.2) Cantina; 3.3) Acadêmico I; 3.4) Laboratório de Química; 4) <i>Campus</i> Dom Pedrito: 4.1) Bloco I - Administrativo/Acadêmico; 4.2) Pavilhão de Máquinas; 4.3) Centro de Empreendedorismo; 4.4) Fábrica de Rações; 4.5) Pavilhão Enologia; 5) <i>Campus</i> Itaqui: 5.1) Acadêmico I; 5.2) Acadêmico II; 5.3) Biotério; 5.4) Pavilhão Fitotecnia I; 5.5) Pavilhão Fitotecnia II; 6) <i>Campus</i> Jaguarão: 6.1) Bloco I - Administrativo/Acadêmico; 6.2) Cantina; 6.3) Acadêmico I; 6.4) Casa do Estudante; 7) <i>Campus</i> Santana do Livramento: 7.1) Prédio Histórico; 8) <i>Campus</i> São Borja: 8.1) Acadêmico I; 8.2) Acadêmico II; 8.3) Cantina / Restaurante; 9) <i>Campus</i> São Gabriel: 9.1) Acadêmico I; 9.2) Acadêmico II; 9.3) Cantina; 9.4) Biotério; 9.5) Pavilhão Paleontologia;</p>		<p>pública nos termos da solicitação do Senhor Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem n.º 93, de 18 de março de 2020, e reconhecida pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e os esforços empreendidos em unidades da Administração Pública Federal em função da emergência de saúde pública de importância relacionada ao coronavírus (Covid-19), ficam prorrogados por 30 dias os prazos de entrega do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT e de manifestações para o Plano de Providências Permanente dos órgãos jurisdicionados à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União</p>	<p>atendimento</p>
---	--	--	---	--------------------

	9.6) Pavilhão Engenharia Florestal; 10) <i>Campus</i> Uruguaiana: 10.1) Prédio Administrativo; 10.2) Blocos 100,200,300,400; 10.3) Ginásio; 10.4) Usina de leite; 10.5) Bloco 600; 10.6) Bloco 700; 10.7) Biotério; 10.8) Laboratório 1; 10.9) Laboratório 2; 10.10) Laboratório 3; 10.11) Laboratório 4; 10.12) Laboratório 5; 10.13) Laboratório 6; 10.14) Laboratório 7; 10.15) Hospital Veterinário; 11) Reitoria: 11.1) Reitoria I - Osório 900; 11.2) Reitoria II - Monsenhor 125; 11.3) Reitoria III - Osório 1139.			
Título	Texto da Recomendação	Data Limite	Última Movimentação	Situação
Relatório de Auditoria 201603325, Constatação: Ausência de previsão na Resolução UNIPAMPA n.º 122/2015 da obrigatoriedade de Plano de Trabalho nos projetos e da incorporação de ganhos econômicos à	Proceder à revisão do normativo que trata da relação da UNIPAMPA com as Fundações de apoio à luz do contido no Decreto n.º 7.423/2010, incluindo dentre outros preceitos aqueles sobre a obrigatoriedade de Plano de Trabalho nos projetos e a incorporação dos ganhos econômicos à conta de recursos próprios.	02/09/2020	Posicionamento da Auditoria em 01/04/20: Considerando a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Senhor Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem n.º 93, de 18 de março de 2020, e reconhecida pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e os esforços empreendidos em unidades da Administração Pública Federal em função da emergência de saúde pública de importância relacionada ao coronavírus (Covid-19), ficam prorrogados por 30 dias os prazos de entrega do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT e de manifestações para o Plano de Providências Permanente dos órgãos jurisdicionados à	Não implementada - Em prazo de atendimento

conta de recursos próprios.			Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.	
Título	Texto da Recomendação	Data Limite	Última Movimentação	Situação
Relatório de Auditoria 201700846, Constatação: Falta de verificação periódica e sistemática da regularidade na acumulação de cargos e jornadas pelos servidores.	Estabelecer rotina para a verificação periódica e sistemática da regularidade na acumulação de cargos e da compatibilidade de horários pelos servidores da UNIPAMPA, mitigando assim, o risco de extrapolação dos limites legais.	02/09/2020	Posicionamento da Auditoria em 01/04/20: Considerando a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Senhor Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem n.º 93, de 18 de março de 2020, e reconhecida pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e os esforços empreendidos em unidades da Administração Pública Federal em função da emergência de saúde pública de importância relacionada ao coronavírus (Covid-19), ficam prorrogados por 30 dias os prazos de entrega do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT e de manifestações para o Plano de Providências Permanente dos órgãos jurisdicionados à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.	Não implementada - Em prazo de atendimento
Título	Texto da Recomendação	Data Limite	Última Movimentação	Situação
Relatório de Auditoria 201308778, Constatação:	Adotar providências para que sejam efetivadas as doações realizadas pela UFPEL dos imóveis relativos aos campi Bagé, Caçapava do Sul, Dom	02/09/2020	Posicionamento da Auditoria em 01/04/20: Considerando a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Senhor Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem n.º	Não implementada - Em prazo de atendimento

Ausência de registro e controle patrimonial de bens adquiridos para a UNIPAMPA pela Universidade Federal de Santa Maria e pela Universidade Federal de Pelotas, conforme consignado no RDE n.º 00222.000964/2008-17, item 2.1.2.1.4.	Pedrito, Jaguarão e Santana do Livramento e, quando cabível, regularizar também a situação dos prédios.		93, de 18 de março de 2020, e reconhecida pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e os esforços empreendidos em unidades da Administração Pública Federal em função da emergência de saúde pública de importância relacionada ao coronavírus (Covid-19), ficam prorrogados por 30 dias os prazos de entrega do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT e de manifestações para o Plano de Providências Permanente dos órgãos jurisdicionados à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.	
Título	Texto da Recomendação	Data Limite	Última Movimentação	Situação
Relatório de Auditoria 201308779, Constatação: Situação referente ao fato descrito no item 2.1.6.1.7 do RDE n.º 00222.000964/2008-17.	Apurar a responsabilidade pelos fatos apontados na presente constatação e buscar o ressarcimento do dano ao Erário, no valor de R\$ 115.853,37.	02/09/2020	Posicionamento da Auditoria em 01/04/20: Considerando a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Senhor Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem n.º 93, de 18 de março de 2020, e reconhecida pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, e os esforços empreendidos em unidades da Administração Pública Federal em função da emergência de saúde pública de importância relacionada ao coronavírus (Covid-19), ficam prorrogados por 30 dias os prazos de entrega do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT e de manifestações para o Plano de Providências Permanente dos órgãos jurisdicionados à Secretaria Federal de Controle Interno da	Não implementada - Em prazo de atendimento

			Controladoria-Geral da União.	
Título	Texto da Recomendação	Data Limite	Última Movimentação	Situação
Relatório de Auditoria 224854, Constatação: Pagamento de horas extras sem previsão contratual e de valores superiores aos originalmente estabelecidos referente ao contrato para prestação de serviços de motorista.	Proceder, em conjunto com a UFPEL e a Fundação Simon Bolívar, levantamento de todos os valores pagos em contratos mantidos com a empresa de CNPJ n.º 00.482.840/0001-38, verificando a ocorrência de pagamentos indevidos, apurando a responsabilidade dos fatos, se for o caso.	22/04/2019	Posicionamento da Auditoria – Luis Eduardo Koenemann Franco (CGURS/SE/CGU), em 06/12/2019: Recomendação implementada parcialmente. Em consulta aos documentos anexados pela UFPEL em recomendações do seu PPP, verificou-se que o Processo Administrativo Disciplinar n.º 23110.001646/2014-76 tem como objeto a apuração Do pagamento de serviços de 4 motoristas sem previsão contratual, autorizados pelo então Pro-Reitor Administrativo da UFPEL. Quanto ao pagamento de horas extras, a Comissão de Sindicância concluiu que "após a análise das notas fiscais emitidas pela empresa Liderança e Conservação Ltda no período de agosto a novembro não identificou-se pagamento de horas extras. Após este período o contrato foi sub-rogado à UNIPAMPA", responsável pela apuração da ocorrência a partir de novembro de 2008. O Parecer n.º 282/2017/CABJ/UF-UFPEL/PGF/AGU apontou um “conflito negativo de competência” sugerindo encaminhamento para Unidade Setorial de Correição junto ao Ministério de Educação e Cultura, na forma do art. 2o, inciso II, § 2o, do Decreto n.º 5.480/2005.	Concluída

Fonte: GABINETE.

Quadro 57 – Indicadores do TCU

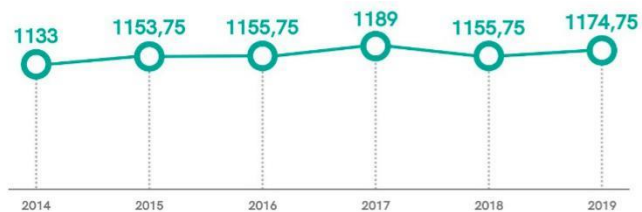
Custo corrente com HU



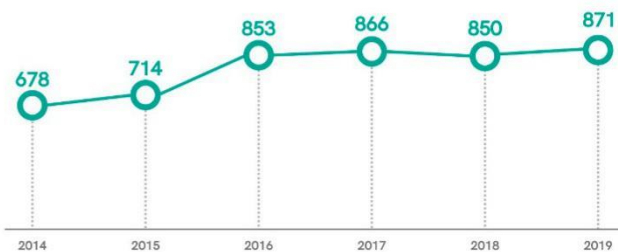
Custo corrente sem HU



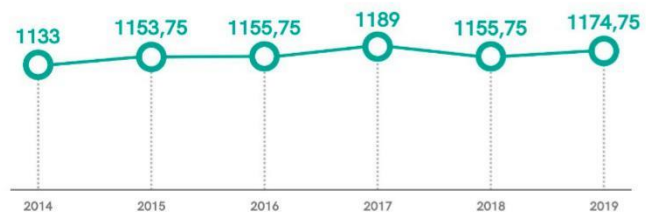
Número de Funcionários Equivalentes com HU



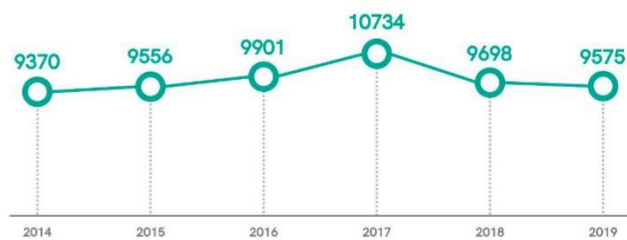
Número de Professores Equivalentes



Número de Funcionários Equivalentes sem HU



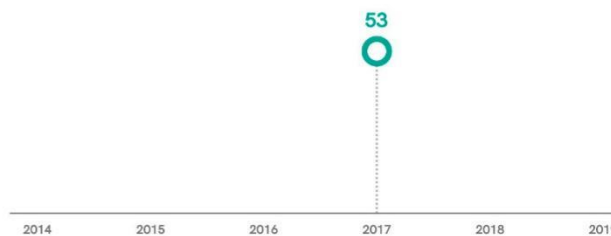
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)



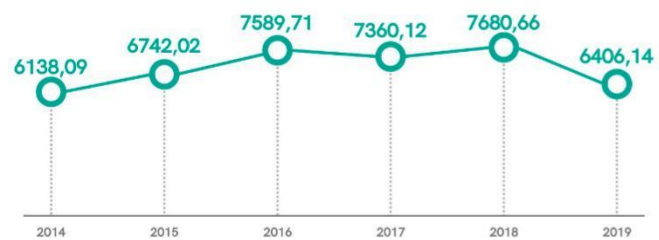
Total de Alunos na Pós-Graduação Strictu Sensu, incluindo-se Alunos de Mestrado e Doutorado (APG)



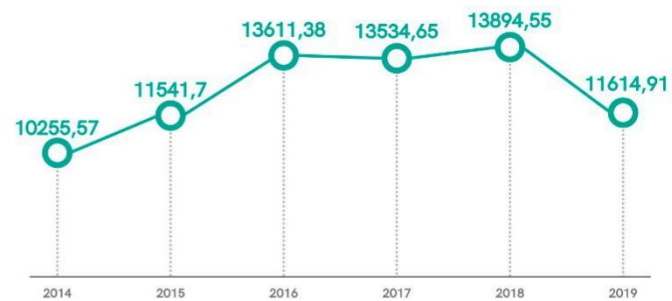
Alunos de Residência Médica (AR)



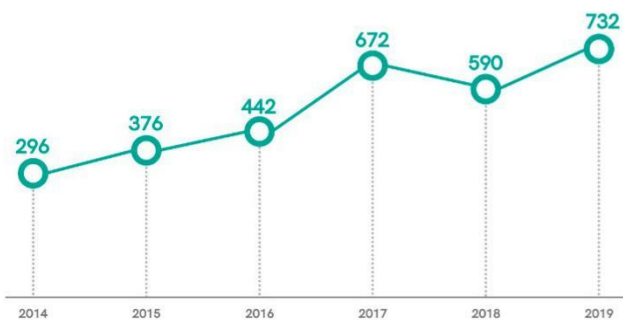
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)



Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)



Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI)



Número de Alunos Tempo Integral da Residência Médica (ARTI)



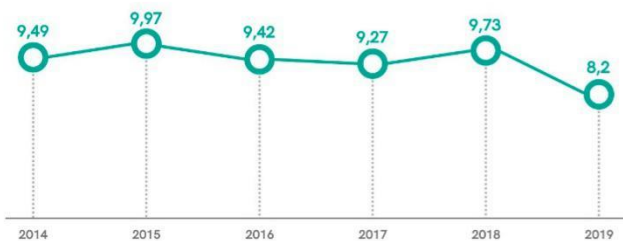
Custo Corrente Com HU / Aluno Equivalente



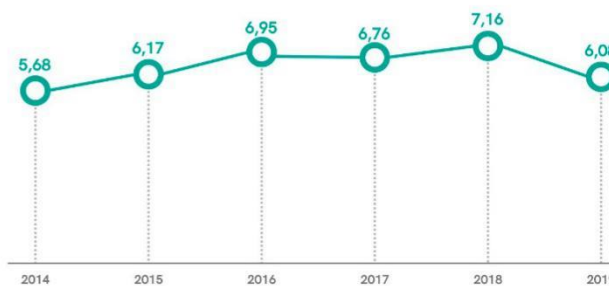
Custo Corrente Sem HU / Aluno Equivalente



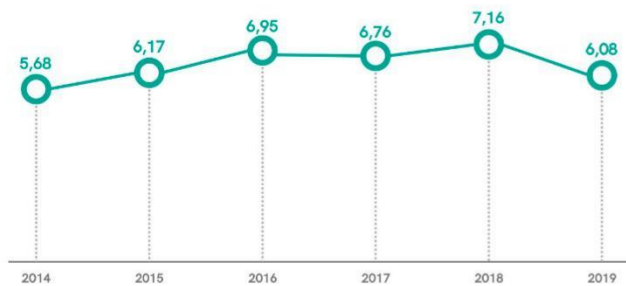
Aluno Tempo Integral / Professores Equivalente



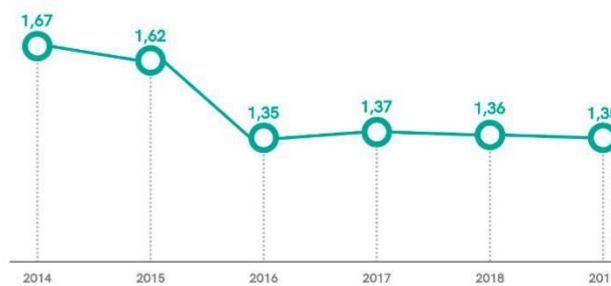
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente Com HU



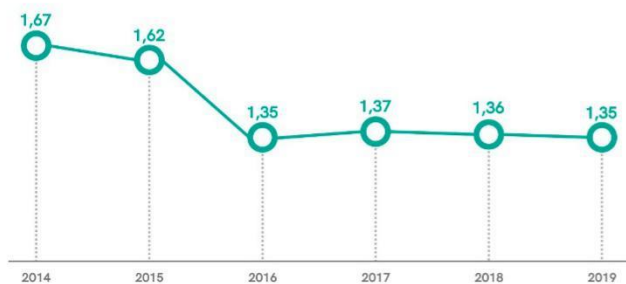
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente Sem HU



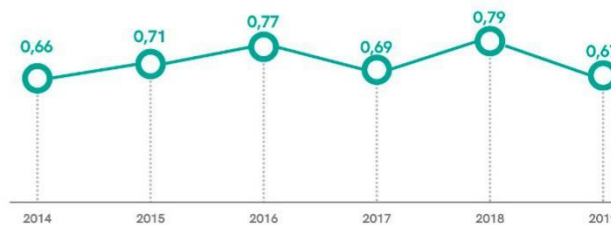
Funcionário Equivalente com HU / Professores Equivalentes



Funcionário Equivalente sem HU / Professores Equivalentes



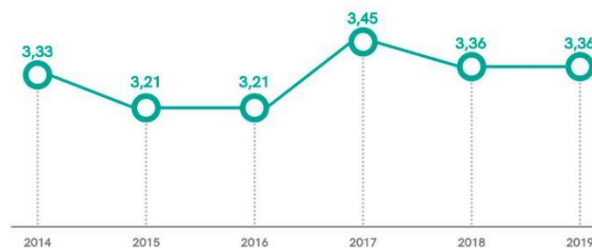
Grau de Participação Estudantil (GPE)



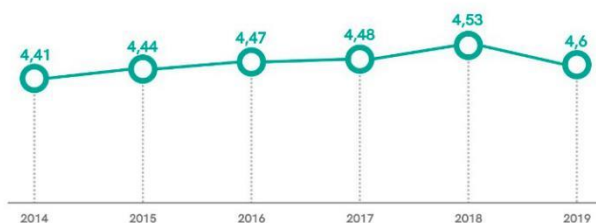
Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação (CEPG)



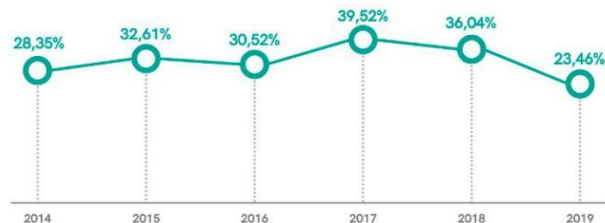
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação



Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)



Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)



Fonte: PROPLAN.

Quadro 58 – Indicadores de Avaliação Institucional

Eixos e dimensões SINAES (Lei N° 10.861, Art. 3º) avaliados em 2019:

Eixos	Dimensões
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação;
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição;
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade; Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes;
Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física

Fonte: UNIPAMPA - Relatório de Avaliação Institucional 2019, p. 7 (Comissão Própria de Avaliação – CPA).